

**ACTA Nº 18**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004**

Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e quatro, nesta vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas 21:00 horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

**PONTO UM:** Período de antes da Ordem do Dia:

**PONTO UM PONTO UM:** Leitura de expediente.

**PONTO UM PONTO DOIS:** Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

**PONTO DOIS:** Período para intervenção do público:

**PONTO TRÊS:** Período da ordem do dia:

**PONTO TRÊS PONTO UM:** Análise conducente à aprovação da acta nº 16, da sessão de 20 de Fevereiro de 2004.

**PONTO TRÊS PONTO DOIS:** Apresentação do inventário e documentos de prestação de contas: Balanço, Demonstração de resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexo às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão.

**PONTO TRÊS PONTO TRÊS:** Aditamentos à Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para ao o ano de 2004.

**PONTO TRÊS PONTO QUATRO:** Regulamento de venda de lotes:

a) Loteamento Habitacional de Nossa Senhora da Vitória - Barro Branco (alteração ao anexo A).

b) Loteamento da Zona Industrial da Cruz de Cristo - Borba (alteração ao anexo A).

**PONTO TRÊS PONTO CINCO:** Aquisição de parcela de terreno.

**PONTO TRÊS PONTO SEIS:** Alienação de parcela de terreno.

**PONTO TRÊS PONTO SETE:** Apreciação sobre as Actividades da Câmara Municipal e da sua Situação Financeira

O Presidente da Assembleia Municipal: Boa noite. Está aberta a sessão. Vamos proceder à chamada.

O Presidente da Assembleia Municipal: mandou realizar a chamada verificando-se a presença dos seguintes membros: Joaquim Maria Godinho Veiga, Maria Filipa Almeida, António José Moura Proença, Rui Manuel Bacalhau, António Andrade, Augusto Manuel Guégués, António Moura Lopes, Francisco Ramalho Mendes, Norberto João Figueiras Alpalhão, Luís Manuel do Nascimento, Joaquim Manuel Grego Esteves, António José Lopes Anselmo, António José Barroso Paixão, José António Carapeto Dias, Jacinto Mouquinho, Rui Sá e Roberto Ganito. Verificou-se a ausência do membro Joaquim Manguinhas, Jerónimo João Pereira Cavaco, Carlos Manuel de Almeida Cabral, Mário Joaquim Trindade de Deus. (que justificaram as suas faltas).

O Presidente da Assembleia Municipal: Vamos dar início à ordem de trabalhos.

**PONTO UM: Período de antes da Ordem do Dia:**

**PONTO UM PONTO UM: Leitura de expediente.**

O Membro António Proença : Boa noite, em termos de expediente, aquilo que a Mesa considerou mais relevante foi todo ele distribuído aos respectivos elementos da Assembleia Municipal. De qualquer das maneiras, encontra-se aqui na Mesa toda a documentação e se alguém a quiser consultar, é só pedi-la. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, queria ainda acrescentar que, posteriormente à distribuição dos documentos-base surgiram mais alguns documentos que coloquei sobre as secretárias por terem sido recebidos nas últimas horas.

**PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia.**

O Presidente da Assembleia Municipal: Passamos ao ponto um, dois (1.2): - "Outros assuntos de interesse para a Autarquia". Se alguém se quiser inscrever, faz favor. Doutora Filipa, faz favor.

O Membro Filipa Almeida : Boa noite a todos. Eu queria neste ponto da ordem de trabalhos levantar dois (2) assuntos, mas penso que podemos separar as coisas. O primeiro, como não podia deixar de ser, é uma proposta de saudação desta Assembleia Municipal aos trabalhadores em comemoração, em razão da comemoração amanhã do dia Internacional do Trabalhador. O segundo é um assunto que é mais especificamente local. Então, eu vou apresentar a proposta de saudação ao 1.º Maio. "Comemora-se amanhã, um de Maio (01/MAI), o dia Internacional dos Trabalhadores. Apesar de ser sábado, amanhã podemos cantar. Hoje não vais trabalhar porque faz anos que és trabalhador. Mesmo assim, muitos ainda hoje há que não o podem dizer. Algumas cadeias de Super e Hipermercado, por exemplo" - é só um exemplo - "impedem os seus trabalhadores de comemorar o 1.º Maio. Como o que interessa é o lucro a qualquer preço, não importa a data nem o seu significado e todos nós começamos a achar natural que esse comércio esteja aberto. O capitalismo desenfreado até consegue criar em nós essa indiferença perigosa, mas, apesar de tudo, é preciso ter esperança e continuar a luta e participar activamente afirmando que, se é feriado amanhã, é porque muitos lutaram e lutam por isso; é porque o trabalho é a força motriz do mundo; é porque muitas conquistas se conseguiram e muitas há por conquistar. Nos tempos que vivemos com o desemprego a crescer assustadoramente; com os direitos dos trabalhadores a serem todos os dias espezinhados por um patronato ávido de lucros; com um Governo que destrói diariamente conquistas de quem trabalha; com os recuos verificados desde há vários anos nos direitos dos trabalhadores é urgente marcar a diferença e comemorar o 1.º Maio. No ano em que festejamos trinta (30) anos da Revolução, faz todo o sentido deixar entrar o Maio e deixá-lo entrar com força e reforçar a nossa luta por melhores condições de vida e de trabalho. A liberdade conquistada permite-nos protestar firmemente contra as políticas de Direita que pretendem, na prática, destruir o essencial do que se conquistou em trinta (30) anos. Esta Assembleia Municipal, constituída por trabalhadores e só possível porque houve uma revolução em Abril de setenta e quatro (74), não pode ficar indiferente à data que amanhã se comemora. Assim, saudamos todos os trabalhadores portugueses, em especial os do concelho de Borba, e solidarizamos-nos com aqueles que ou vêem os seus postos de trabalho ameaçados por contratos precários ou são vítimas do desemprego crescente ou ainda, embora a trabalhar, sofrem as afrontas e ameaças de quem os dirige em claro desrespeito pela liberdade conquistada e pela dignidade das pessoas. A Assembleia Municipal de Borba, hoje reunida, apela à participação de todos nas comemorações do 1.º Maio".

O Presidente da Assembleia Municipal : Alguém se quer pronunciar sobre esta saudação? Isto é uma saudação? É, não é? Paixão, faz favor.

O Membro António Paixão : Senhor da Presidente da Assembleia, Membros da Assembleia, assim como Membros da Câmara Municipal, estimado público, boa noite a todos. É sempre de interesse para a Autarquia qualquer achega que venha, seja ela de onde vier. Eu, neste momento, gostaria de realçar aqui em plena Assembleia que tenho travado uma luta de alguns anos já que vão para além do período de vigência deste mandato, deste Executivo para que o abastecimento de água à Freguesia de Rio de Moinhos seja, tenha sido tomado em atenção e efectuadas algumas melhorias. Constatado agora que, na aldeia da Nora, se realizam obras com esse objectivo; mais propriamente na aldeia de Santiago, ou seja, na sede de Freguesia, temos atravessado ultimamente grandes dificuldades no abastecimento de água e tenho, tenho sido alvo de muitas queixas da própria população. Sem, contudo, eu ter trazido várias vezes - já no outro mandato e também neste - estas reivindicações, estes problemas aqui à Assembleia e até mesmo ao Executivo Camarário. Hoje posso regozijar-me, enfim, com alguma contenção porque ainda não sabemos os resultados definitivos, mas vejo que houve algum empenho deste Executivo, talvez nestes últimos meses começando por estudos e até, de facto, algumas intervenções que hoje constatei que houveram no terreno e parece que já trouxeram algumas melhorias. Era este, este agradecimento que, em nome da Freguesia de Rio de Moinhos, queria trazer também a este Executivo, mas - como disse - com alguma contenção, na medida que não sabemos até que ponto vai, de facto, melhorar o abastecimento de água. Agradecer por isso. Por outro lado também, a minha intervenção manifesta talvez aqui algum inconformismo porque, apesar desta melhoria no abastecimento de água e que será um ponto de primeira

importância talvez, nos tempos em que corre, quero manifestar também algum inconformismo relativamente a outras questões para que eu há tanto tempo que venho chamando a atenção do Executivo, dos Executivos - não só deste, mas também do anterior - mas é agora a este que temos que fazer as exigências que se prendem com as necessidades da população. Portanto, e este meu inconformismo vai no sentido de estar praticamente a um terço do terminus deste mandato e continuar a ouvir os lamentos constantes, persistentes e cheios de razão da população da minha Freguesia no que concerne, mais propriamente, à falta de terrenos para a habitação; à falta de terrenos ou de condições para levarmos por diante o tal desejado, o tão desejado Polidesportivo, o Centro de Noite e outras necessidades prementes e tão necessárias na Freguesia. Portanto, queria mais uma vez manifestar aqui nesta Assembleia este inconformismo que foi a palavra que achei que mais se ajustava, que não é só meu; é, este inconformismo é, de facto, da população de Rio de Moinhos. Faço um apelo a este Executivo, mais uma vez, para que veja o que é que tem em mãos para que possamos assim, em conjunto, satisfazer algumas destas necessidades. Por agora termino e fico agradecido ao Executivo da Câmara Municipal de Borba que, de facto, olhe com alguma atenção esta situação porque, enfim, parece que às vezes as coisas caem um bocadinho em saco roto. E eu gostaria sinceramente que, ainda neste mandato, fossem levadas a efeito, de facto, algumas das obras que, criámos na nossa população expectativas de que elas se iriam realizar. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal : Fizemos uma fotocópia da saudação que foi apresentada pelo Membro Filipa Almeida. Gostava que lessem, e se alguém se quiser pronunciar sobre isso, porque depois acho que podíamos votar para ver se é aprovado ou não.

O Membro Filipa Almeida : Eu continuo inscrita .

O Membro António Anselmo : Eu concordo - boa noite Mesa, Câmara, Assembleia - concordo que o 1.º de Maio é uma data importantíssima para quem trabalha. Agora é importante ressalvamos e mostrarmos os interesses dos trabalhadores. Não é importante dizermos outras coisas; toda a gente sabe o que é que são hipermercados; o que é que é o capitalismo desenfreado. É importante que saia daqui uma moção da Câmara de Borba, na minha opinião, um bocado remodelada em relação a essa. Ou seja, é importante que esta Assembleia dignifique, que respeite e apele a todos os trabalhadores que participe no 1.º de Maio. O resto, são pormenores, é a minha opinião. E se a Mesa o permitir, nós, o grupo do Partido Socialista e eu como Independente, podíamos reformular esta proposta. Concordo em absoluto com a proposta; agora, entendo que o importante é que todos os trabalhadores são trabalhadores; não são uns mais trabalhadores ou outros menos trabalhadores. Portanto, o importante é apelar que todos participem no 1.º de Maio por respeito por aqueles que lutaram no 1.º de Maio e que permitem que a gente todos aqui estejamos descontraídos a falar sobre o 1.º de Maio. Isso é que é importante. Agora, situações pontuais: cada um no seu lugar. Em primeiro lugar que viva o 1.º de Maio; que vivam todos aqueles que permitiram o 1.º de Maio como a gente o vive neste momento e que todas as pessoas são reconhecidas como trabalhadores. Não está em causa situações pontuais ou não pontuais, toda a gente as conhece. Toda a gente sabe o que é o Capitalismo; toda a gente sabe o que é que são pessoas que, desenfreadamente, exploram os outros de uma forma mais suave ou menos suave, de uma forma mais delicada ou menos delicada, mas o importante é que o 1.º de Maio seja entendido como o 25 de Abril de toda a gente e não de um grupo em especial, em particular. Se o Senhor Presidente o permitisse, provavelmente esse grupo do Partido Socialista e os Independentes podiam reformular a moção que poderia ser apresentada à Assembleia.

O Membro Filipa Almeida : Senhor Presidente, esta proposta de saudação foi feita com uma preocupação. Sem deixar de referir os aspectos nus e crus e duros do Capitalismo desenfreado que hoje ataca os direitos de todos nós que somos trabalhadores, houve, da minha parte, uma preocupação na linguagem no sentido de não ferir qualquer tipo de susceptibilidade; nomeadamente de não ferir a susceptibilidade dos eleitos do Partido Socialista que estão em maioria nesta Assembleia. Foi feita uma proposta de uma saudação com o objectivo dela poder ser aprovada por esta Assembleia. Não há aqui nada - penso eu - que qualquer Socialista ou qualquer Independente eleito pelo Partido Socialista não possa aprovar, mas isso é a minha opinião pessoal. Agora, esta, esta proposta não é reformulável. Esta não é, senhor António Anselmo. Se o Partido Socialista quiser apresentar outra, apresente e discuti-la-emos. Esta não vai ser reformulada. Esta

é discutida como foi apresentada; é votada, mas não é alterada, a não ser que houvesse aqui uma ou outra frase ou uma ou outra palavra que algum eleito propusesse que se retirasse e, se nós tivéssemos de acordo, ser retirado. Agora, este texto não é reformulado. Quem quiser apresentar textos que os apresente.

O Membro António Anselmo : Concordo em pleno com aquilo que a Filipa disse. Acho que é fundamental. Aquilo que é importante numa terra como esta, pequena, em que toda a gente depende de valores que são valores conhecidos de toda a gente, defendê-los de uma forma clara como ela o defendeu ou, pelo menos, como ela escreveu. Entendo é que uma Assembleia como esta, em que toda a gente respeita quem trabalha, poderia haver uma situação de muito mais, enfim, conveniência; de muito mais acordo entre todos os membros da Assembleia do que uma situação; isso não me incomoda nada a mim. O importante para mim é que, para mim e, para mim particularmente e pessoalmente - portanto, eu não tenho nada a ver com aquilo que os outros pensam - é que o 1.º de Maio é de toda a gente, toda a gente sabe - e estou-me a repetir outra vez - que o Capitalismo é desenfreado; que toda a gente sabe que há pessoas que abusam e que exploram. Mas o importante é que o nosso, a nossa posição de grupo, de grupo de pessoas de Borba, pessoas que, independentemente de votarem num lado ou no outro, têm que respeitar e têm fazer sentir às outras pessoas todas que, da Assembleia Municipal de Borba, sai uma saudação correcta, uma saudação perfeita em relação 1.º de Maio e essa saudação é de respeito a quem trabalha. Não é preciso, basta nós respeitarmos quem trabalha para perceber quem é que prejudica quem trabalha. É isso que eu quero dizer e queria, se a Filipa o permitisse, que podíamos pensar, em termos de comum, fazer uma saudação em comum nesta Assembleia Municipal em relação ao 1.º de Maio. Se a Filipa e o grupo entenderem, podíamos pensar numa coisinha em comum, sem mudar nada de fundo, era só uma questão de linguagem. Podíamos fazer isso.

O Membro António Paixão : Senhor Presidente, eu creio que se enquadra, de facto, nesta, nesta resposta, nesta conversa que eu ouvi agora ao nosso companheiro António Anselmo que o 1.º de Maio é, de facto, de toda a gente. Mas eu tenho ouvido a muito boa gente também, ou se calhar nem tanto isso, que também o 25 de Abril é de todos, é verdade. Agora é de todos, mas nem todos contribuiriam para ele e alguns até o querem, até o querem beliscar. Em vez de lhe chamar já a Revolução do 25 de Abril, já lhe vêm tirando letras até que, algum dia, não sei onde chegaremos. Portanto, o 1.º de Maio é de todos, mas é de quem, de quem contribuiu para que ele cá esteja assim desta maneira.

O Presidente da Assembleia Municipal : Portanto, doutora Filipa, dirigia-me a si - temos ali uma proposta do António Anselmo para tentar corrigir a saudação conseguindo uma única que merecesse a aprovação de todos. Está receptiva a isso?

O Membro Filipa Almeida : Senhor Presidente, isto é uma matéria feliz e infelizmente, infelizmente pelas circunstâncias em que, em que muitos trabalhadores estão a comemorar. Mas felizmente é uma matéria que pode ser objecto de mais do que um documento. Esta Assembleia até pode aprovar uma meia dúzia de saudações ou de moções ou de documentos sobre o 1.º de Maio. Eu estou, pessoalmente e penso que os eleitos da CDU também, em geral, estamos abertos a que haja outros, outros documentos para análise, para estudo. Não há, pelos vistos não há, mas pode vir haver durante sessão. Estamos abertos a isso. Agora, está em cima da mesa um documento; é sobre este documento que, neste momento, nos temos que pronunciar e poderemos vir a pronunciar-nos sobre outros. A CDU até pode aprovar duas saudações, duas moções. Agora, neste momento, esta está em discussão.

O Presidente da Assembleia Municipal : António Anselmo, faz favor.

O Membro António Anselmo : Se a Assembleia o permitisse e a Mesa e, a Filipa e demais camaradas, eu entendo que podíamos suspender esse ponto de aprovação desta moção apresentada que eu, na íntegra concordo, mas que entendo, por uma questão de respeito por toda a gente, que deveria ser reformulada. Agora, se a Filipa e as pessoas, os camaradas que, enfim fizeram ou meteram essa moção, podíamos suspender um bocado essa votação e, a seguir, tentarmos, daqui por mais um bocado, no intervalo, fazer uma coisa boa. Que o importante aqui nestas coisas é que, quando se fala para mim, é uma coisa muito importante. Na Assembleia da República é muito engraçado, é muito bonito. Agora, uma Assembleia Municipal, todas as pessoas estão a gostar de Borba e nós, quando defendemos os trabalhadores,

defendermos principalmente os trabalhadores de Borba. Isso é que era importante. Não é contra a proposta apresentada, é uma questão de reformularmos a proposta e sair daqui uma situação boa, de toda a gente. As pessoas representam Borba; no fim de contas, esta Assembleia representa quem trabalha em Borba. É só isso. Propunha que, se houvesse hipótese, passássemos essa votação da moção à frente e tentássemos, num bocadinho num pequeno intervalo, duas ou três pessoas, fazermos uma coisa boa; que saísse daqui um resultado de respeito pelos trabalhadores do mundo inteiro. Mas, acima de tudo, pelos trabalhadores de Borba que é isso que conta. Não queremos aqui inventar coisas nenhuma do mundo. É importante que saia daqui uma posição reforçada de quem representa as pessoas de Borba em defesa dos trabalhadores de Borba. É só isso. Se me permitirem, se o senhor Presidente e a Filipa o permitisse, podia-se pensar numa coisa em comum, que é fácil fazer-se, penso eu. Em dois minutos faz-se.

O Membro Filipa Almeida : Ó senhor Presidente, eu estava a perceber, mas já não percebo. Eu confesso que já não percebo porque eu acho que as pessoas têm que dizer o que é que as incomoda e o António Anselmo tem que dizer o que é que deste documento, o incomoda a ele particularmente. Porque isto dirige-se aos trabalhadores; diz aqui que esta Assembleia é constituída por trabalhadores; somos todos trabalhadores; saudamos os trabalhadores; apelamos à participação nas comemorações do 1.º de Maio. Nem particularizamos nada, que tipo de comemorações; cada um comemore o 1.º de Maio como melhor entender. Se isto incomoda o Anselmo ou alguém, que digam o que é que os incomoda, digam o que é que propõem que se retire porque eu não entendo. E suspender esta Assembleia para fazer um documento conjunto, até podemos fazer outro documento conjunto, mas sobre este, eu gostava de perceber o que é que está a incomodar.

O Membro António Anselmo : Em particular, não me incomoda nada. Se calhar, o que me incomoda a mim particularmente é que nós, bancada do Partido Socialista, tivemos a coragem de fazer esse tipo de saudação, se calhar. Isso é o que me incomoda a mim, mas isso particularmente e como particularmente me incomoda a mim, penso que incomoda toda a bancada do chamado Partido Socialista. Por isso proponho-me e, aquilo que disse há bocado, mantenho. Se houver necessidade de ser votada essa moção, naturalmente que essa, cada um votar de acordo com a consciência própria. É uma questão de posição. O que me incomoda, a mim, não é a linguagem; é atitude e a posição. Há pessoas que pensam em tudo. Se calhar, respeitando de menos aquilo que escrevem e há outros que deveriam pensar e não o pensam. É só isso. Não tem nada em causa a linguagem; a linguagem é correcta. Não há necessidade, para respeitar quem trabalha, de ofender os outros porque os outros serão sempre ofendidos. Quem trabalha é cada vez menos respeitado. Lamentavelmente em Portugal, aqueles que se arvoram em defensores daqueles que trabalham, são cada vez mais elogiados. O importante numa Assembleia Municipal de Borba, o importante, para mim - na minha opinião - é que saia um documento conjunto porque aqui não há discussões de como se vai fazer, do orçamento mal feito, bem feito. Não está em causa isso. Está em causa coisas muito mais evoluídas, coisas muito mais avançadas. É quem trabalha e, quando se respeita quem trabalha, tem que haver uma opinião de toda a gente desta Assembleia. É a minha opinião. Não sou contra nada o que está escrito. É só isso.

O Membro Moura Lopes : Agora o António Anselmo, creio que foi mais claro, mas eu colocava esta questão. Houve pessoas que se preocuparam em trazer aqui um documento; também já foi dito, se houver uma questão, uma frase que eventualmente um membro desta Assembleia não esteja de acordo, que diga: "Olha, eu sugeria que se substituísse esta frase por outra ou que se retirasse esta frase". Naturalmente que nós não estamos fechados a essa questão. Agora, suspender a Assembleia para fazer, para o Partido Socialista fazer uma proposta, uma saudação? Não a trouxe, podia-a ter trazido ou então que a escrevam aí entretanto. Esta já está feita. E dizer uma outra coisa, e dizer uma outra coisa que me parece que seja talvez o mais importante disto tudo. Quando esta saudação for aprovada, esta saudação já não é da CDU, é da Assembleia Municipal. Portanto, digamos, as preocupações do António Anselmo, creio que aí estarão ultrapassadas porque, daqui a cinco minutos (5min), esta proposta é da Assembleia - quer seja aprovada, quer seja rejeitada - já não é da CDU. A CDU apresentou-a; depois deixa de ser da CDU. É da Assembleia. Disse.

O Membro António Anselmo : Uma vez que a posição é essa e acho que o senhor Presidente deve meter a

proposta à votação e cada um, de acordo com a sua consciência, votará. Nada impede que, qualquer pessoa normal, entenda que a primeira coisa que conta numa situação de uma saudação como este tipo é a defesa dos trabalhadores e penso que ninguém mete isso em causa. Poderá meter em causa, provavelmente - não são palavras. A mim, o que me custa - já disse, e já o disse - nós é que devíamos fazer esse tipo de moção. Mas em relação aos outros interesses, "Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia", queria falar de outra maneira e penso que vou falar a seguir. Penso que, se o senhor Presidente entender que deve meter à votação, que meta e as pessoas votam como entenderem.

O Presidente da Assembleia Municipal : Eu considero que, de facto, esta saudação ou outra devia ser votada aqui por unanimidade porque todas as pessoas estão interessadas em fazer essa saudação ou uma saudação aos trabalhadores no 1.º de Maio. Portanto, não gostaria que a saudação apresentada pela doutora Filipa fosse votada sem haver um consenso de aprovação ou a elaboração de uma outra proposta. Portanto, se houver uma outra proposta que se possa ler, analisar e discutir, pois podíamos votar depois as duas, não é? Eu acho que era importante que esta saudação fosse votada por unanimidade, não é? Quer dizer, não estamos aqui contra o 1.º de Maio nem contra os trabalhadores. Não percebo porque é que não havemos de votar. É claro que pode haver aqui termos que choquem algumas pessoas, mas eu acho que isso devia ser ultrapassado. Tendo presente a vantagem grande que haveria em aprovar, de facto, uma saudação como esta, como esta que foi apresentada, saúda os trabalhadores no 1.º de Maio e incentiva-os à participação nas manifestações ou nas comemorações, acho correcto. Portanto, eu digo: alguém quer apresentar outra proposta de saudação?

O Membro António Anselmo : Eu posso apresentar uma proposta. Se quiserem tomar nota, eu tenho que escrever, não é assim? Eu, para mim, a única coisa, a única proposta que fazia em nome desta Assembleia era a seguinte: "Os eleitos desta Assembleia Municipal de Borba respeitam e não-de respeitar sempre aqueles que lutaram pelos trabalhadores. Que viva o 1.º de Maio e que todos participem, cada vez mais, no 1.º de Maio". Bastava isso. Qualquer pessoa entende isso. Não é preciso muita conversa. Só isso. Posso escrever?

O Presidente da Assembleia Municipal : Pronto. Mas isso, então tinha interesse em ser escrito e, se a apresentante da saudação não se importar, nós passávamos a outro ponto e depois voltávamos a este para analisar e votar estas propostas. Parece-me que tinha outro ponto para falar, não é?

O Membro Filipa de Almeida : Ó senhor Presidente, eu tenho outro assunto para falar, mas acho que não devemos misturar os assuntos. Eu não vejo porque é que não devem ser ou que não deve ser votada. Aliás, tem que ser votada, vai ser posta à votação.

O Membro António Anselmo : Sim.

O Membro Filipa de Almeida : E outra proposta que apareça ou que vai aparecer também é posta à votação. São duas. Se houver duas, são duas. Não há, neste tempo que já se gastou a discutir uma coisa que parece, que é a discussão do sexo dos anjos, já havia tempo para se ter escrito um texto. Digo eu.

O Presidente da Assembleia Municipal : Então, vamos esperar um pouco, senão passamos a outro assunto. Temos que esperar um pouco para a apresentação da proposta por escrito, não é?

O Membro António Anselmo : Isso é um minuto só. Em relação a "Outros Assuntos para a Autarquia" queria falar. Em relação, neste mesmo ponto da Ordem de Trabalhos, eu queria falar em relação a "Outros Assuntos de Interesse". Estou a dizer que, em relação a "Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia" queria falar uma coisa que acho que é importante, pelo menos para as pessoas perceberem e que, a mim, me toca particularmente. Portanto, "Os eleitos do Partido Socialista respeitam e respeitarão sempre quem trabalha. Que viva o 1.º de Maio; que todos participem activamente em todas as manifestações e que obriguem a respeitar quem trabalha". Essa é a minha proposta.

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, se não há mais intervenções, vamos passar à votação da primeira saudação. A proposta de saudação, a primeira proposta de saudação ou alguém quer falar sobre

este assunto ainda?

Membro Filipa Almeida : Só um, só um pedido de esclarecimento, antes de passarmos à votação. Aquele, aquele documento ou aquela proposta são os eleitos do Partido Socialista ou são os eleitos desta Assembleia Municipal? É que, se são os eleitos do Partido Socialista, a Assembleia não tem que votar. Se isto é para ser um documento da Assembleia Municipal, são os eleitos da Assembleia.

O Presidente da Assembleia Municipal: Vamos passar, então, à votação da primeira proposta de saudação apresentada, portanto, pelos eleitos pela CDU. Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem se abstém? . Faz favor de baixar. Quem vota contra? Portanto, está aprovado por maioria, com três (3) abstenções. Quem vota a favor da segunda (2.<sup>a</sup>) saudação, faz favor de levantar o braço.

O Membro António Anselmo : Sim. "Os Membros da Assembleia Municipal respeitam e respeitarão sempre os trabalhadores. Que viva o 1.º de Maio; que todos participem activamente em todas as manifestações e que obriguem a respeitar quem trabalha". É só isso.

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, passávamos à votação desta saudação. Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota, que se abstém? Quem vota contra? Portanto, foi aprovada por unanimidade. Agora, há outro ponto que estava inscrita a doutora Filipa. Faz favor de apresentar.

O Membro Filipa Almeida : Senhor Presidente neste, neste outro assunto, não tenho nenhuma proposta, nenhum documento. Tenho preocupações; é um assunto que, em primeiro lugar, eu gostaria de fazer algumas perguntas à Câmara. Não é um assunto de actividade da Câmara porque senão não incluiria aqui, mas a Câmara pode ter já tido alguma intervenção nesta matéria e gostaria de saber, da parte do senhor Presidente se sabe mais coisas do que aquelas que eu sei, pelo menos. Tem sido com grande preocupação que vimos assistindo às propostas de encerramento das estações dos CTT em vários pontos do país, nomeadamente no concelho de Borba. Este encerramento ou esta substituição das estações propostos vai retirar alguns serviços - e não são poucos, e são fundamentais - alguns serviços às populações. Parece que, e isto é o que consta, parece que a estação de Borba vai mesmo deixar de ser estação e irá mesmo ser transformada em posto, a não ser que haja coisas que eu não conheço e, informações que a Câmara tenha e que eu não tenho. Mas penso que deve ser uma preocupação de todos nós eleitos, embora não tenhamos poder para impedir uma coisa destas se, efectivamente, ela se concretizar. Também, falando um bocado de cor e daquilo que, que tenho ouvido, são umas operações financeiras, e que são muitas, que se realizam nos Correios, através dos Correios neste momento. São muitos reformados que vão receber reformas aos Correios. São transferências de verbas. São encomendas. São pagamentos de serviços e, se calhar, a Câmara tem informações mais pormenorizadas sobre esta matéria. Portanto, a minha primeira intervenção era no sentido de perguntar ao senhor Presidente da Câmara o que é que, efectivamente, há de concreto; como é que está a situação e o que é que a Câmara sabe ou o que é que a Câmara tem conhecimento que vai acontecer a curto prazo em Borba.

O Presidente da Câmara : Muito obrigado. Boa noite a todos. Esse assunto é um assunto que, realmente, nos tem preocupado há bastante tempo. Aliás, os Vereadores aqui presentes são testemunha de que esta Câmara foi das primeiras Câmaras que tomou posição, numa primeira fase, relativamente a este assunto. Posteriormente, voltámos a retomar posição, após eu ter recebido aqui o sindicato que me alertou para, enfim, variadíssimas intenções do Governo e que passariam, efectivamente, para essa razão das estações de Correios, nomeadamente, a estação de Borba. Aliás, foi-me transmitido, nesse dia, que, por exemplo, os carteiros já não dependem da estação de Borba. Os carteiros que, neste momento, estão a trabalhar em Borba, já dependem da estação de Estremoz. Depois dessa entrevista com o sindicato, enfim, nós temos feito seguir todas as nossas tomadas de posição para os órgãos competentes: para o Primeiro-Ministro, para a administração dos CTT, para a ANAFRE, para as Juntas de Freguesia do concelho de Borba, para as Associações de Municípios e não há dúvida que há muitas coisas que se passam nos bastidores que nós desconhecemos. Portanto, nós, Câmara Municipal; eu, como Presidente da Câmara, não tenho conhecimento de muitas coisas que se passam e, além das tomadas de posição que já tomámos,

desencadeámos inclusivamente, com a colaboração de algumas pessoas de Borba, um movimento pela manutenção da estação dos CTT's em Borba. Estão aqui umas centenas de assinaturas e que deixo à vossa consideração. Quem ainda não assinou, há aqui folhas que podem, de facto, subscrever e que vamos enviar também para os mesmos órgãos para onde temos enviado as restantes tomadas de posição. Portanto, eu penso que, de facto, temos que bater o pé. Acho que é um serviço importantíssimo para Borba. Acho que é um serviço importantíssimo para a população de Borba e a testemunhá-lo está aqui as centenas de assinaturas, portanto, penso que não pode ser à custa das privatizações e de poupar dinheiro que vamos aniquilar serviços públicos que são importantíssimos para a população do concelho, são importantíssimos para Borba, são importantíssimos para o Alentejo. Portanto, encerraram-nos há anos o Centro de Saúde; se calhar agora, preparam-se para encerrar a estação dos CTT; qualquer dia preparam-se para encerrar sabe-se lá quantos serviços públicos no concelho o que é muito mau para nós. Portanto, a minha posição em relação a isso, não sei muito mais do que aquilo que tem sido público e que nós temos tomado posição nas reuniões de Câmara. Não há dúvida que, portanto, além dessas tomadas de posição, desencadeámos este movimento. Embora desencadeado pela Câmara, pela Câmara Municipal, portanto, isto é uma manifestação popular; não tem nada que ver com a Câmara propriamente dita, mas nós vamo-nos associar à tomada de posição da população do concelho, subscrevendo as posições que nós temos tomado na Câmara Municipal. E não sei mais do que isto.

O Membro António Paixão : Senhor Presidente, é para trazer aqui uma preocupação e penso que os órgãos Autárquicos deste concelho deviam tomar também alguma posição relativamente a este assunto. Ontem, foram feitas reuniões entre o Centro de Saúde de Borba e a Sub-região de Saúde de Évora com os familiares dos internados no Centro de Saúde de Borba. O objectivo é transferir os acamados que se encontram internados naquele internamento. Portanto, suponho que esta Assembleia, os órgãos Autárquicos do concelho deviam também ter alguma posição e manifestá-la em relação a isto. Portanto, estão a transferir os internados que fazem parte do internamento no Centro de Saúde de Borba: pessoas acamadas e algumas com graves dificuldades de toda a ordem mesmo. Eu ia a dizer de subsistência, mas isso, quem nos dera que fosse só isso. Por isso, esta é uma preocupação que me assiste e suponho que também faz parte de todos os eleitos deste concelho. Muito obrigado.

O Membro António Anselmo : Vamos lá ver. Isto, em primeiro lugar, eu penso que ainda bem e estou contente com esta Assembleia; muito contente com a Assembleia. A Filipa falou de uma coisa que é fundamental e o Paixão falou de uma outra coisa que é fundamental. E queria começar por contar uma história de uma terra muito bonita; uma terra muito bem localizada: está a quinhentos metros (500m) da auto-estrada, está no centro do mundo. Uma terra que tem uma agricultura mais ou menos; tem uma indústria boa e que, qualquer dia - como dizia uma pessoa de Estremoz em relação às pessoas de Vila Viçosa - é uma terra tão bonita, tem tanta coisa boa, só tem um defeito: é ser habitada. Eu penso que Borba nunca tenha esse defeito de ser habitada. Em relação àquilo que o Paixão falou, em relação àquilo que a Filipa falou, eu quando recebi uma comunicação, na Junta de Freguesia de São Bartolomeu, da ANAFRE, digo assim: "Estes gajos são tontos, são tolos, não têm noção nenhuma do que é respeitar ninguém". Provavelmente, como são profissionais da Política, interessa-lhe ter alguns benefícios, não sei quais são. Em vez de, como a Associação Nacional de Freguesias, respeitarem, pedirem para que cada vez tenham mais respeito pelas Freguesias, cada vez as Freguesias tenham mais possibilidades de descentralização em relação às Câmaras Municipais; cada vez tenham mais hipóteses de poder desenvolver os meios por que, por que eles foram votados. Não, é o contrário. Aceitam propostas. Mais uma vez tenho que dar razão à Filipa, de um Capitalismo escondido que pretende apenas privatizar os CTT's; diminuir a capacidade, o número de trabalhadores e resolver os assuntos. É a verdade. Isso, o resto é conversa. Em relação a essa situação de que o Paixão falou, dói-me particularmente. Não quero moções, não quero coisa nenhuma. Mas é uma situação muito engraçada: em Novembro de dois mil e três (NOV/2003), a Protecção Civil faz uma inspecção ao Hospital de Borba - hospital, entre aspas - ao Hospital de Borba onde se encontram acamados com poucas possibilidades de estarem em casa. A maior parte desses acamados tem, um (1) ou dois (2) tem filhos; o resto tem primos, sobrinhos e, enfim. Lamentavelmente, os que têm primos e sobrinhos e aparentados são pobres porque, se fossem ricos, tinham muitos primos e muitos sobrinhos. Entretanto, essas pessoas vão para o hospital; têm condições mínimas de assistência e, entretanto esse relatório da Protecção Civil, de dois mil e três, diz o seguinte:

"O edifício do hospital está a cair. A instalação eléctrica do hospital, qualquer dia arranja um curto-circuito, morre toda a gente". Isso em Novembro de dois mil e três (NOV/2003). Em Março de dois mil e quatro (MAR/2004), a minha mãe recebe um telefonema de uma senhora assistente social a dizer que tinha que resolver o problema de um familiar que tinha no hospital. A minha mãe percebe um bocado mal as coisas, é um bocado mais velha e também ouve um bocadinho mal e disse isso à minha irmã que, entretanto, me comunicou, a mim, de uma forma mais ou menos e eu não percebi bem. Entretanto, no dia vinte e oito de Abril (28/ABR), a minha irmã recebe, em casa dela, uma carta por Correio Azul a dizer que ia haver uma reunião, no Hospital de Borba, às dez da manhã (10:00), com as pessoas da - eu não sei - Direcção da Sub-região de Saúde, uma assistente social, onde estava presente uma senhora enfermeira-chefe não sei da onde, um senhor doutor director do Centro Clínico de Borba - não sei se é assim que se diz - ou Centro de Saúde e uma senhora assistente social. Entretanto, quando as pessoas começam a falar, eu percebo imediatamente que, quem fala assim, defende o lugar delas. É perfeito. Quem é empregado, naturalmente, é obrigado a ter que ter uma postura, enfim. Quando fala para pessoas que eles pensam que ninguém percebe nada. E, então, a primeira coisa que me dizem é assim: "O relatório da Protecção Civil obriga as pessoas a irem para a rua". Mas mais grave, a Subdirecção - ou como é que se chama essa porcaria - a sub, a Direcção Regional diz que no dia, uma carta de vinte e três de Março (23/MAR), que imediatamente, no dia trinta de Abril (30/ABR), as pessoas tinham que sair dali para qualquer lado. A reunião é no dia vinte e nove (29). Entretanto, as pessoas responsáveis que foram simpáticas, foram muito agradáveis, nem meteram em causa pessoas - defendem, provavelmente, o lugar de trabalho delas - disseram simplesmente assim: "Portanto, amanhã é dia trinta, vai tudo para o alcatrão" - desculpem o termo. E imediatamente, que eu disse assim: "Estes senhores não têm, em primeiro lugar, não têm noção nenhuma do que é uma coisa dessas. Se a Protecção Civil, em Novembro, diz que está mal, se a inspecção foi feita no dia trinta de Novembro (30/NOV). Se, por qualquer motivo, a situação fosse uma situação mais ou menos previsível, vocês tinham obrigação de comunicar a familiares para tentarem resolver o assunto. Nomeadamente, falar com a instituição de Solidariedade Social aqui mais importante que é a Santa Casa da Misericórdia e tentar, de qualquer forma, acamar ou, pelo menos, permitir que um Lar a tempo inteiro permitisse que as pessoas lá ficassem". Mas não, foi assim. Entretanto, muito pomposamente, dividiram os doentes em dois (2) tipos de doentes: os doentes médicos e os doentes sociais. De maneira que, os doentes médicos arranjaram lugar noutra qualquer. Os doentes sociais, como é o caso do meu tio, que teve um - como pomposamente, agora se diz - um Acidente Vascular Cerebral, que se mexe mal, como é que se consegue, não se consegue levantar, era considerado um doente social. São pessoas que, felizmente, têm sobrinhos; outros têm mães ou têm pais, têm filhos, não é? Agora, o grave da questão: como é que é? No dia trinta de Abril (30/ABR) tinham que sair. A reunião foi ontem, a vinte e nove (29); hoje é dia trinta (30). Naturalmente que eu falei e pedi um bocado de bom senso às pessoas para resolverem o assunto. Não está aqui em causa respeitar. Se aquilo fosse um hospital, eu era a primeira pessoa a dizer que libertem câmaras porque pessoas. Para meter lá pessoas como a gente que aqui estamos, que podemos estar doentes de um momento para o outro. Não, é o contrário. O que é que se verifica? Verifica-se aquilo que toda a gente sabe: a saúde em Borba cada vez é pior. A culpa nem é da Câmara, esta que está agora, nem da outra; a culpa é de nós portugueses, nós borbenses que não participamos. Porque, se isso fosse do Norte, arranjava-se um pé-de-vento que ninguém se entendia e "Aqui d' El Rei, quem me acode?", mas não, é que em Borba. Aqui em Borba somos pessoas de bem, somos pessoas, pessoas de bem; muito civilizados; respeitamos toda a gente e o que está em causa, o que é que está em causa? São pessoas, pessoas com setenta e três (73) anos de idade; pessoas que não se conseguem mexer. Ninguém me perguntou a mim se o meu tio, que eu sei lá se ele tem muito ou tem pouco dinheiro, tinha que pagar. É natural que tenha que pagar. Agora, se essa Administração ou Subdirecção Regional de Saúde aqui de Évora tivesse falado com a Santa Casa, provavelmente em seis (6) ou sete (7) meses se resolvia o problema de seis ou sete pessoas, são seis ou sete pessoas. É só isso. E até que ponto é que a Câmara sabe de uma coisa destas ou sabe de coisa nenhuma? Até que ponto é que o por essa situação da Acção Social sabe disso? Não sabe de nada. Até que ponto é que a Subdirecção Regional de Saúde falou com a Santa Casa? Ninguém falou. E então, o que é que eles dizem, pomposamente, ontem para mim? Não está em causa a pessoa, não está em causa a atitude. Está em causa respeito pelas pessoas. Todos, aparentemente, somos novos; amanhã somos velhos e os nossos filhos, naturalmente, casam ou ele ou ela dizem assim: "Pois. O teu pai é muito boa pessoa, mas é muito chato. Eu trabalho, tu trabalhas, como é que é?". Até que ponto é que nós resolvemos,

conseguimos resolver esse problema? É esse problema importante que eu pedia ao Vereador ou, pelo menos, à pessoa responsável pela Acção Social desta Câmara que tomasse em atenção. Em relação àquilo que a Filipa disse e que o Presidente da Câmara disse, concordo em absoluto. É importante que, se houver necessidade aqui em Borba, de um momento para o outro, de uma vez por todas, que haja união em relação aos borbenses e que percebam, em relação a essa situação da Santa Casa, do Hospital, não falo. Não falo porque acho que é uma acção, enfim, mal conduzida, sem tacto nenhum, sem respeito nenhum pelas pessoas humanas. Em relação aos Correios, concordo em absoluto. É importante que nós, pessoas de Borba, quando alguém tocar naquilo que é de Borba, que tenhamos a coragem de nos unir e dizer assim: "Poça, já chega". Eu não me incomodo de ver pessoas inteligentes, não me incomoda de reconhecer qualquer pessoa inteligente em qualquer parte do mundo; incomoda é que façam de mim parvo, isso é que é chato. Portanto, deixem de fazer da gente parvos, nessas alturas, em que as pessoas têm necessidade de perceber. Como é que é possível querer fechar os CTT, se são necessários Express Mails a toda a hora, numa indústria mais ou menos produtiva existente nesta zona, como é que é possível isso? E ninguém se manifesta? Os abaixo-assinados não servem, vamos para a rua gritar outra vez, se for necessário, que tenhamos essa coragem. E queria pedir - em relação aos Correios está tudo falado - em relação à situação do Hospital, eu queria pedir ao Vereador ou à pessoa responsável pela Acção Social que tome atenção a isso. Atenção: o prazo era trinta de Abril (30/ABR) e ontem, apesar de, depois de eu ter brigado um bocado com aquela gente, deram-me até à próxima quinta-feira, que eu penso que é para aí cinco (05) ou seis de Maio (06/MAI). Eu peço ao Vereador da Acção Social que fale com a Santa Casa da Misericórdia de Borba; que fale com as Santas Casas da Misericórdia em volta disto que aqui está e que tente resolver o problema de seis (6) ou sete (7) acamados que, a maior parte deles estão completamente imobilizados. É só isso.

O Presidente da Câmara : Senhor Presidente, permite-me que eu faça só aqui um breve comentário a estas duas (2) questões? Bom, em relação aos CTT's, só acrescentar mais uma coisa. A intenção que há é transformar aquilo que já se faz, ou seja, pelo que eu percebi da conversa que tive com o sindicato, é que querem fazer da estação de Borba aquilo que fazem, por exemplo, em Rio de Moinhos. Ou seja, acho que há uma lojinha em Rio de Moinhos que desempenha a função de posto de Correio, de certa forma. Recebe cartas, distribui cartas, etc.. Acho que é isso que querem fazer em Borba, transformando aquela loja num escritório, provavelmente de uma companhia de seguros, que depois também trata - além de vender seguros, entre outras coisas - também trata o problema dos, dos Correios. Portanto, nós temos tomado posição, desde o princípio, em relação a esse tipo de coisas e continuaremos a batermo-nos no sentido de que esse encerramento não se faça e aí, se for caso de termos que fazer para aí alguma manifestação de rua, não têm problema nenhum em fazê-lo e em convocar a população para a praça pública no sentido de nos batermos pelo não encerramento. Relativamente à questão do Centro de Saúde, a situação é um bocado mais complicada. Efectivamente, esse relatório é um relatório que existe - as datas, não as tenho precisas - e acontece que houve uma mudança de atitude, e que depois havemos de falar mais à frente - aliás faz parte dos pontos da Ordem de Trabalhos - houve uma mudança de atitude da Administração Regional de Saúde relativamente à construção do novo Centro de saúde, em relação à Câmara Municipal de Borba. Enquanto que, numa fase inicial, quando nós nos batíamos para que o Centro de Saúde voltasse a constar em PIDAC, estava tudo muito bem e a ARS chegou, inclusivamente, a querer apresentar propostas de aquisição do terreno para instalação do Centro de Saúde. A partir do momento em que sai esse relatório, vai-se ver aqui uma contradição. Por um lado, há, a partir do momento em que sai o relatório, há a necessidade de, o mais rapidamente possível, se construir o novo Centro de Saúde, mas por outro lado, dizem-nos: "Sim senhor, mas nós só construímos o Centro de Saúde se a Câmara Municipal de Borba pagar o terreno" e foi isso que nós fizemos, contra algumas decisões que foram tomadas inclusivamente pela Associação Nacional de Municípios Portugueses. Mas não, não queremos de forma nenhuma que digam que seja pela falta do terreno que o novo Centro de Saúde se deixa de construir em Borba. Mas em relação à outra situação, de facto há uma parte do edifício que está bastante degradada e os responsáveis têm um certo receio que haja algum problema dentro do Hospital. Pronto, isso aí é um problema que é legítimo, se calhar, se nós lá estivéssemos, provavelmente teríamos uma atitude, não diria semelhante, mas pelo menos, se calhar tínhamos um certo receio que viesse a morrer ali alguém e depois dissessem que nós éramos os culpados, não é? Enquanto responsáveis políticos pela Administração Regional de Saúde. Informações que tive e alguns contactos que tive, o que é que eu sei? O que eu sei é

que houve alguns contactos entre técnicos, no sentido de encontrar solução para as pessoas que estavam instaladas no Centro de Saúde. Portanto, para os acamados do Centro de Saúde, houve alguns contactos no sentido de os transferir uns; outros, colocá-los em casa e ser a própria ARS a pagar. Aliás, como há o problema de transporte, até se disponibilizaram para levar os funcionários de táxi a casa dessas pessoas a prestar o apoio domiciliário. Isto é a informação que eu tenho e sei que, neste momento, se anda em Borba a encontrar, a tentar encontrar soluções provisórias para que, enquanto o novo Centro de Saúde não se construir, se ocupe uma outra instalação qualquer no sentido de que o Centro de Saúde saia imediatamente do lugar onde está. Isto é a informação que eu tenho neste momento. Claro que essa situação é uma situação que diz respeito a Borba. Não nos diz respeito, porque até é uma situação que não depende directamente da Câmara Municipal de Borba. Nós temos feito esforços no sentido de que o novo Centro de Saúde se construa; tomámos posição; comprámos o terreno; doámos o terreno e não queremos que seja pela falta do terreno que o Centro de Saúde não se constrói. Agora, em relação às pessoas que estão acamadas, os utentes que - salvo erro - são seis (6) ou sete (7) pessoas. A informação que eu tive nesta semana que passou foi que tinha sido encontrada solução para quase todos eles, estava-se - isto é a informação que eu tenho - que se estava a, ou que pelo menos, se iam entrar em contacto, ia-se encontrar, entrar em contacto com a Misericórdia no sentido de encontrar a melhor solução para um caso ou outro de mais difícil resolução. Portanto, isto é a informação que eu tenho neste momento, mas não há dúvida que nós temos tomado as nossas posições; temos tomado, temos feito os esforços e penso que fazer o esforço financeiro para adquirir um terreno é muito importante, é muito importante para a Câmara, sobretudo neste momento em que há falta de dinheiro, mas não queria, não quisemos deixar essa tarefa por mãos alheias. Relativamente à outra situação, pois respeito que haja posições diferentes; respeito que haja uns que defendem uma coisa, outros que defendem outra. Naturalmente que, se calhar, quem está, da parte da ARS, poderá estar a querer poupar dinheiro. Admito isso, admito isso perfeitamente, mas, portanto, segundo a informação que tenho, eles tinham encontrado praticamente solução para todos os casos. E isto era a informação que me transmitiram nesta semana que passou.

O Membro Luís Nascimento : Ora, boa noite. Sobre a questão dos Correios, de facto, agrada-me que a Câmara já esteja a liderar de, alguma forma, o processo. Portanto, está atenta ao desenrolar deste problema que está a surgir a nível nacional e, de facto, o que se passa é isto, é que a troco de meia dúzia de euros - por assim dizer - é transferido um serviço de uma entidade pública para um particular. E o que é que se perde com isto? Em primeiro lugar, perde-se o sigilo profissional porque, numa mercearia ou outro tipo qualquer de estabelecimento, quem está a gerir o negócio não é obrigado pela Associação Nacional de Telecomunicações a prestar, perante eles qualquer responsabilidade, por assim dizer. Perdem-se todas - como já disse a Doutora Filipa - perdem-se todas as operações financeiras e isso tem a ver com os Certificados de Aforro; são as transferências para o estrangeiro; são os vales. Portanto, é tudo o que é operações financeiras sai também de Borba. Depois, fica só instituído todo o serviço que é simplificado nos Correios. Ou seja, fica simplesmente a correspondência até cento e cinquenta gramas (150g). Tudo o que é encomendas postais e quem vai aos Correios vê que as prateleiras estão sempre cheias porque se difundiu muito a compra através da via postal, estão sempre cheias de encomendas. Portanto, esse serviço deixa também de ser prestado aqui assim em Borba. Eu queria, de facto, alertar a Câmara que, já que está alerta, mas era mais um alerta que eu lhe deixava, que era procurar desmobilizar qualquer tentativa que houvesse por parte de alguma das nossas autarquias, eu não sei se há porque não ouvi todos os Presidentes de Junta a falar sobre esta matéria, em receberem, porque há tentativa e sei que há pressão dos técnicos dos Correios e Telecomunicações, há técnicos especializados em pressionar os Presidentes de Junta de Freguesia para que venham a aceitar, que venham a aceitar este serviço, este serviço a troco de meio salário. Creio que é de meio salário; creio que é assim que eles estão a fazer. Portanto, que a Câmara sensibilizasse, de facto, e já aqui a Assembleia, já que estamos aqui todos, que ficassem sensibilizados para não virem a aceitar qualquer tipo de serviço desta matéria. O mesmo em relação - pelas formas que fossem possíveis - de facto, sensibilizar outras entidades que tenham de alguma forma, a tentação de vir a aceitar este serviço. Tivemos o exemplo que se viu na televisão de uma Cooperativa que queria aceitar o, a transferência do posto de Correios para lá, mas depois acabou por deixar de aceitar, de facto, pela pressão popular porque perde-se na qualidade do serviço prestado pelos Correios neste momento e perde-se também na quantidade dos serviços prestados. E era um prejuízo, era mais um prejuízo aliado ao facto da EDP cada vez estar mais longe do interior do país e mais longe de

Borba e outros serviços públicos que se vão afastando gradualmente das zonas mais desertificadas. Era isto, para já.

O Presidente da Câmara : Já agora, senhor Presidente, se me permite, só dizer que, quem quiser assinar este documento, mesmo do público, o Carlos passa lá por trás e, quem quiser subscrever, faz favor. Obrigado.

O Membro António Anselmo: Só em relação àquilo que disse o senhor Presidente. É evidente que a - como é que se chama? - a Sub-direcção Regional de Saúde? São termos muito complicados para mim, depois mais assistentes sociais. Enfim, é muita gente movimentada no mesmo sítio. Tentou resolver o assunto? É evidente que eles procuraram-no resolver da melhor maneira. Agora, a melhor maneira é aquilo que disse o senhor Presidente. O Estado nem tem que ser social, nem tem que ser presidente, nem tem que ser patrão, nem tem que ser polícia. O Estado tem que ter obrigações em relação a certas situações. Em relação àquilo que disse às pessoas que lá estão, quando nós temos um pai ou uma mãe, são nossos familiares directos e a gente faz o que pode. Eu e a minha família fazemos o que podemos por um tio. Agora, o problema não é fazer por um tio. O problema é, são os outros tios todos do mundo que não têm ninguém. E o que é que é? Vão para casa sem uma casa de banho? E as pessoas vão lá limpar-lhe o rabo de manhã e, depois à noite, vão deitá-las na cama? E uma noite inteira estão sozinhos? Qual é o critério? Uma pessoa que precisa de tomar medicamentos e outra que não precisa de tomar medicamentos? Quem é que define esse critério? O director do Centro de Saúde de Borba teve uma postura correcta; a assistente social muito calma, está farta de reuniões dessas, muito simpática; a senhora enfermeira-chefe também muito simpática, com um bocado menos de experiência. O importante nessa situação é que se sabem que o Centro Hospital - entre aspas - de Borba está, está a cair há, pelo menos, seis (6) ou sete (7) meses, tinham que ter a obrigação de resolver o assunto. Resolver o assunto com quem? Com os familiares e com as instituições de solidariedade social de Borba, que é a Santa Casa. Não há hipótese de pormos as pessoas em Borba, pomos aonde? Évora, Lisboa, Estremoz. Quanto é que custa em Elvas? Cento e quarenta contos (140.000\$00). Quanto é que ele ganha por mês? Cinquenta contos (50.000\$00). Então todos e pagamos o resto. Não está em causa o dinheiro, está em causa a atitude e a forma como se resolvem as coisas. Assim foram resolvidas facilmente. Porquê? O número de empregados que continuam em Borba, no Hospital, são iguais. Se forem para a reforma, como são funcionários públicos, recebem o mesmo e têm que o justificar. Os táxis, paga o Estado. O problema grave é que não há respeito nenhum pela dignidade humana. E o importante é essa situação e esse Estado, que vive principalmente para defender défices que dizem que é dois vírgula um (2,1) ou um vírgula dois (1,2), e agora disse o Banco de Portugal que são cinco vírgula seis (5,6). Poças, a gente vê como é que está o país. E o país nunca pode progredir se não houver respeito pelas pessoas, pessoas velhas e pessoas doentes. Ai de nós que aqui estamos, que trabalhamos todos os dias e somos mais ou menos saudáveis, não respeitarmos quem trabalhou para a gente. É só isso.

O Membro Filipa Almeida : Agora, agora estamos de acordo, Toy. Agora, agora estamos de acordo. É que não há que ter medo das palavras. Não há que ter medo das palavras. E quando os problemas estão mais próximos de nós, nós não temos medo das palavras e, e esta intervenção não foi tão clara, mas tem, tem a ver com razões técnicas. Acho que ele se aproximou muito do microfone e, se eu fizer o mesmo, o resultado é igual. Só não foi clara por causa disso porque, de resto, é clara. E eu penso que este é um problema muito, muito sério que não se resolve - lá iremos depois àquele ponto na Ordem de Trabalhos sobre a aquisição e a alienação do terreno - não se resolve com um gesto de boa vontade de nenhuma Câmara Municipal porque, se as instalações agora não têm condições, não é há seis (6) ou sete (7) meses. É há anos, há anos que elas não têm condições. Eu tinha a responsabilidade do pelouro da Acção Social e, num Inverno particularmente chuvoso, houve também uma visita da ARS às instalações do Centro de Saúde porque os funcionários diziam que já não podiam cozinhar, já não podiam fazer nada porque tinham medo dos curtos-circuitos e aquilo já estava negro, mas quando eu digo negro, era negro em termos objectivos. Era preto, as paredes estavam pretas de humidade, de chuva, de água lá dentro e punha-se em perigo já a continuação do serviço. Mas agora nós podemos todos perguntar-nos - e como o Toy disse - de quem é a responsabilidade? É que, quando depois os responsáveis do Ministério da Saúde, os responsáveis da ARS, representantes do Ministério da Saúde constatarem, pura e simplesmente, que as

instalações não têm condições e que até põem em perigo a vida das pessoas já doentes, debilitadas, idosas que lá estão, a responsabilidade não é nossa. Não é nossa, eleitos locais, não é da Câmara Municipal, seja ela qual for, não é da família dos doentes que lá estão, não é dos borbenses. A responsabilidade é do Ministério da Saúde que nunca tomou medidas porque aquele edifício está à responsabilidade, tem um proprietário em Borba, tudo naturalmente, toda a gente sabe, mas está à responsabilidade do Ministério da Saúde como qualquer casa que nós alugamos e que não a podemos deixar degradar a este ponto. Então, agora não podemos, nós não somos culpados, não podemos sentirmo-nos culpados e temos que estar é no papel daqueles que exigem e exigem qualidade e - como o Toy disse - exigem respeito pela dignidade das pessoas e eu digo, como ele disse, ele estava entusiasmado com o que disse há bocadinho, mas eu subscrevo. Vamos para a rua; se for preciso, vamos para a rua. Por causa dos Correios, mas se calhar, mais importante ainda, por causa do Centro de Saúde. Porque não venham agora os senhores do Ministério da Saúde com paliativos dizer: "Ah, sim senhor, a Câmara agora até já ofereceu o terreno. Isto vai ser tudo muito bonito". Não é. O que está em causa são os serviços e o Centro de Saúde está degradado fisicamente porque não tem serviços. Porque, para além daquilo que já foi dito nesta Assembleia, há outras coisas que se calhar alguns de nós, por sermos um bocadinho menos desafortunados ou termos um bocadinho mais de possibilidades financeiras, vamos ao médico particular e pagamos as consultas ao preço que esse médico ou que esses médicos quiserem, mas a maior parte dos nossos munícipes, os reformados, que têm trinta contos (30.000\$00) de reforma ou que têm quarenta contos (40.000\$00) de reforma, vão marcar uma consulta ao Centro de Saúde -e temos aqui um Presidente de Junta de Freguesia que conhece muito melhor do que nós estes problemas por dentro - vão marcar uma consulta, marcam uma consulta para daí a, para daí a um (1) mês, para daí a dois (2) meses. Chegam lá no próprio dia da consulta - e isto aconteceu na semana passada - a médica não pôde ir por razões que não interessam, nem sei quais foram. A médica não foi dar consulta, as consultas foram passadas para o mês de Junho. Quer dizer, é este o serviço que nós temos no concelho. Se calhar, dir-me-ão e dir-me-á o Paixão que em Rio de Moinhos é pior e dir-me-á o Presidente da Orada que na Orada ainda é pior. Mas isto, isto vai de mal a pior; isto vai de mal a pior. As pessoas têm que adivinhar e depois voltamos sempre a dizer a mesma coisa e lembro-me que o Joaquim, o doutor Joaquim Miguel disse isto muitas vezes na Assembleia. Quanto menor é o serviço, maior é a procura. As pessoas depois até marcam consultas sem estarem doentes porque nunca sabem quando é que estarão doentes. Agora, isto, isto é uma perfeita desgraça, isto é uma desgraça. É verdade que, quando vêm deputados ou candidatos a deputados ao concelho e vão ao Centro de Saúde, são recebidos com a máxima simpatia e eu estou a falar pelo deputado Lino de Carvalho do PCP que, cada vez que lá vai, é recebido com a máxima simpatia, mas os problemas não se resolvem com a simpatia das visitas. Os problemas nem se resolvem, nem são os médicos de Borba os culpados por isso. Eles têm o serviço que têm: se o cumprem bem ou mal, não sei - nem é para aqui chamado - mas que a população está muito mal servida, está e este mau serviço não se resolve com um edifício por mais bonito que ele seja, por mais bem construído que seja e até se ele, se ele fosse, se em vez do terreno fosse o edifício oferecido, não era por isso que os problemas se resolviam. Isto, com esta política, o tal Capitalismo desenfreado - que eu não retiro uma vírgula, nem, nem uma letra - com esta política de Direita cada vez pior, eu não tenho esperanças nenhuma, mas ainda cá estou, ainda cá estou. Ao fim destes anos todos, ainda cá estou para as lutas que forem necessárias e, se decidirmos ir para a rua e levar a população connosco, aí, podem ter a certeza que aqui não há divisões partidárias. Aqui há unidade e os munícipes que assinaram aquele abaixo-assinado contra o encerramento da estação dos Correios ou contra a sua substituição, que assinarão qualquer abaixo-assinado contra o mau serviço dos serviços de saúde no concelho, podem ter a certeza que esses não se preocupam com as caras que estão à frente.

O Presidente da Assembleia Municipal : Este ponto um (1) - "Período Antes da Ordem do Dia". Um, dois (1.2) - "Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia" está que esgotado. Portanto, apelava a intervenções curtas.

O Membro Rui Bacalhau : Bom, boa noite a todos, boa noite à Mesa, aos eleitos, e à Câmara. Só queria referir que há pouco, naquela saudação, não dignificámos em nada o trabalhador porque fomos muito pouco produtivos e agora, nesta questão do Centro de Saúde, penso que estamos a ser um pouco mais trabalhadores e a dignificarmos esse termo. Relativamente ao Centro de Saúde, acho que em vez de

estarmos com tantas palavras, há que chamar - como a eleita da CDU, a dona Filipa acabou de citar - dizer as palavras todas e aqui há que responsabilizar alguém. Esse alguém é a Administração Regional de Saúde. Se é a Administração Regional de Saúde, porquê esta Assembleia não tomar uma posição firme e de fazer essa responsabilização e agora, sim, fazer uma moção e que, por vezes, todos nós tomámos essa posição e apresentámo-la à própria Administração Regional de Saúde? Eu sei, eu sei, até porque tenho alguns conhecimentos - como devem entender -que Administração Regional de Saúde, ao longo destes anos, se tem sempre desresponsabilizado em fazer qualquer investimento naquele edifício, em fazer algo naquele edifício e aquilo que os senhores já disseram é plenamente verdade, o que eles querem é sair cá de Borba e só não saíram já cá de Borba porque alguém tem-nos sustido para eles não saírem de cá porque esta situação, de facto, está a ultrapassar os limites. Porquê esta Assembleia agora não tomar uma posição firme, em vez de estarmos aqui com esta retórica, em vez de irmos para a rua? Tomávamos uma posição firme e aí, sim, uma moção que fizéssemos chegar à própria Administração Regional de Saúde. É esse só o meu voto.

O Membro António Paixão: Senhor Presidente, a minha intervenção era mesmo neste sentido. Não podemos ficar pela resposta que o senhor Presidente nos deu, que a sub-região resolveu ou está a resolver. Mas isto resolver a todo o custo, resolver, mandar as pessoas acamadas ou de cadeira de rodas para o Centro de Dia de Rio de Moinhos, por exemplo? Isto não é solução para o povo. Portanto, o que eu queria, sou cem por cento (100%) solidário, é vincar aqui uma posição da Assembleia, dos órgãos Autárquicos deste concelho em relação a esta situação. Não podemos ficar por esta resposta de que eles estão a resolver. Então, enquanto eles não resolverem os nossos problemas, estamos bem, estamos.

O Presidente da Assembleia Municipal : Portanto, ficamos a aguardar por um documento que seja aqui realizado e discutido nesse sentido, referente ao posto dos Correios, ou à estação dos Correios e ao fecho do internamento do Centro de Saúde.

#### **PONTO DOIS: Período para intervenção do público:**

O Presidente da Assembleia Municipal : Vamos entrar no período para intervenção do público. Alguém quer usar da palavra? Ninguém quer falar. Vamos passar ao ponto seguinte.

#### **PONTO TRÊS: Período da ordem do dia:**

#### **PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 16, da sessão de 20 de Fevereiro de 2004.**

O Presidente da Assembleia Municipal: Vamos passar ao ponto número três (3) - "Período de Ordem do Dia". Ponto três, um (3.1) - "Análise Conducente à Aprovação da Acta número dezasseis (16) da sessão de vinte de Fevereiro de dois mil e quatro. Se alguém se quer inscrever sobre a acta, para falar sobre a acta, faz favor. Senhor Jacinto Mouquinho, faz favor.

O Membro Jacinto Mouquinho : Boa noite. Senhor Presidente, deve estar recordado no dia vinte de Fevereiro (20/FEV), antes de começar a sessão, o senhor Presidente perguntou-me quem é que eu substituí. Eu disse que substituí o Joaquim Miguel Manguinhas. Afinal, o meu nome não vem aqui mencionado na acta. Vem sim o nome do doutor Joaquim Miguel que faltou e, se foi feita a chamada em meu nome, porque é que vem cá o nome do Joaquim Miguel e não vem o meu? Era isto.

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, a ausência do doutor Manguinhas está aí assinalada na acta, não é? O que não está é o seu nome como estando presente em substituição. Ficam certificadas as presenças de Joaquim Mouquinho e Roberto Ganito em substituição respectivamente dos membros Joaquim Manguinhas e Jerónimo Cavaco. Mais alguém se quer pronunciar sobre a acta? Então, vamos passar à votação. Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. A acta está aprovada por maioria, com 11 votos a favor, 5 votos contra e 1 abstenção.

## **PONTO TRÊS PONTO DOIS: Apresentação do inventário e documentos de prestação de contas: Balanço, Demonstração de resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexo às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão.**

O Presidente da Assembleia Municipal: Vamos passar ao ponto três, dois (3.2) da Ordem de Trabalhos - "Apresentação de um Inventário e Documentos de Prestação de Contas, Balanço, Demonstração dos Resultados, Mapas de Execução Orçamental anexa às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão". Passava a palavra ao senhor Presidente de Câmara.

O Presidente da Câmara: Muito obrigado, senhor Presidente. Bom, eu penso que, na sequência da reunião e das observações que foram feitas o ano passado por esta digníssima Assembleia, penso que este ano houve um cuidado redobrado na apresentação deste documento, até porque já tínhamos a experiência do ano anterior. Em relação ao inventário, portanto, escuso de fazer qualquer apresentação. Existe o livro, naturalmente que o inventário está em permanente actualização. Existem inclusivamente alguns erros; está-se a fazer um trabalho com grande esforço no sentido de conferir e inventariar todos os bens da Câmara Municipal. Relativamente ao relatório digamos que é um documento, resumo, de certa forma, que vai permitir que as pessoas fiquem muito mais facilitadas, analisando este documento do que analisando essa resma de papel que vos foi enviada e que eu procurarei, no ano que vem, que haja documentos que não sejam enviados porque me parece que não fazem sentido. Há coisas que estão aí que me parece que não fazem sentido serem enviadas e, portanto, é um gasto excessivo de papel, de trabalho e que não me parece que valha a pena porque se calhar, à semelhança daquilo que eu fazia, se calhar poucos lêem. Mas este documento mais sintético, penso que, de facto, é um documento que nos parece muito mais importante e que eu passo a explicar. Portanto, ele aparece dividido - salvo erro - em três (3) grandes capítulos: um primeiro (1.º) que tem que ver com a introdução e essa introdução que, no fundo, tem que ver com aspectos legais da apresentação do relatório. Portanto, procurou-se ter muito mais rigor na elaboração dos documentos de suporte à prestação de contas, como também na própria rectificação dos procedimentos e dos valores apresentados no ano transacto, portanto, houve melhorias significativas que foram feitas. Pensamos que ainda há muito mais para fazer. Em termos de sistema informático, temos tido um trabalho muito grande, uma pressão muito grande nossa junto dos técnicos e os técnicos junto da empresa que é responsável pelo sector informático para que os documentos e para que as melhorias do sistema informático se façam cada vez mais no sentido de ter as coisas cada vez mais operacionais. Pensamos que este ano dois mil e três (2003) é um ano que é marcado pela crise económica nacional e que, obviamente, se reflectiu negativamente no poder local; particularmente na redução das receitas de capital e, portanto, abrandando conseqüentemente o investimento público e reduzindo a concretização do plano. E, se eu vos disser, por exemplo, que isto passou-se o ano passado e passa-se este ano. Este ano, se eu vos disser, por exemplo, neste momento temos cerca de cinquenta mil contos (50.000.000\$00) - falando em contos - para receber em autos de medição, já deste ano, da CCR e um projecto de mais de trinta mil (30.000) que está para, para promulgação há cerca de dois (2) meses. Portanto, isto, oitenta mil contos (80.000.000\$00) numa Câmara desta dimensão é muito dinheiro e traz-nos problemas complicados. Depois, em relação à "Síntese da Actividade Desenvolvida", o que é que nós fizemos? Procurámos ir às Grandes Opções do Plano e, de certa forma, aparece aí espelhado, claro que este relatório é um relatório, esta "Síntese da Actividade Desenvolvida" é eminentemente política, não é? E que respigámos as grandes linhas estratégicas das GOP's - portanto, das Grandes Opções do Plano - e transferimos para aí aquilo que nós achámos de mais significativo. Em relação aos verdadeiros instrumentos de planeamento, por exemplo, respigámos daí do que ressalta como, como actividade mais importante, a revisão do PDM que continua, que está na fase de elaboração, portanto, o projecto de ordenamento. O Estudo Global da UNOR II e o Plano de Pormenor da zona industrial do Alto dos Bacelos; o Plano de Pormenor da Cerca e do loteamento da zona Norte; Plano de Pormenor do loteamento da saída zona H1; Quanto ao desenvolvimento integrado ressaltam aí em primeiro (1.º) lugar as três festas: Festa da Vinha e do Vinho, Feira do Queijo e Feira das Ervas Alimentares que também não nos foram pagas. Foram candidatas, foram aceites, não nos foram pagas e estamos a falar de mais de trinta (30), quarenta mil contos (40.000.000\$00). Portanto, isto, isto significa que, no peso da Autarquia, é extremamente importante. Depois, também adquirimos as instalações para instalar o ninho de empresas, que está neste momento adjudicado um estudo para que lá se faça, se possa fazer a candidatura de

instalação desse ninho de empresas. A implementação e a aprovação do programa FAME. Quanto à descentralização, ressalta aí os protocolos com as Juntas de Freguesia e naturalmente que nós não damos mais porque não temos, não podemos dar mais. Portanto, a crise toca a todos e, portanto, as nossas limitações orçamentais não nos têm permitido fazer mais descentralizações ou, pelo menos, acompanhar essas descentralizações com verbas mais significativas porque também temos as nossas grandes dificuldades. Quanto à preservação do ambiente e qualidade de vida das populações, ressalta a importante obra do Jardim Municipal, o seu alargamento que começámos e que continua. A iluminação pública do concelho, portanto, a renovação de toda a iluminação pública do concelho transformada, portanto, a substituição das luminárias, das lâmpadas brancas por amarelas que vai agora ser concluída porque houve uns problemas de contagem de lâmpadas. A questão da adesão ao Sistema Multi-municipal de Águas que esperamos venha a trazer, a curto prazo ou, pelo menos, a curto e médio, a trazer, portanto, aquilo que nós precisamos e que são, além da qualidade da água, principalmente, a resolução dos problemas das ETAR's. O aglomerado da Parreira que está, neste momento, concluído e a respectiva ETAR. Os loteamentos que estão em fase de conclusão: o loteamento da Nora; o loteamento da Senhora da Vitória no Barro Branco e, em estado adiantado, o loteamento do Forno. Os concursos lançados do Cineteatro e do Palacete dos Melos. Quanto ao outro vector, o vector cinco (5) - que é prestado, sensivelmente, em Educação, Cultura e Desporto - temos, portanto, a criação do Concelho Municipal de Educação e a participação activa das pessoas que o compõem. O aparecimento da Educação Física que foi suportado por nós nas Escolas Primárias. A questão da Sala de Estudo Acompanhado foi um êxito e também o grande trabalho feito ao nível dos transportes em visitas de estudo que tem colocado esta escola, esta Câmara, enfim, comparativamente com as anteriores, numa posição, com as Câmaras vizinhas e com as Câmaras, se calhar, até do distrito, numa posição muito privilegiada porque, de facto, temos apostado na deslocação dos nossos jovens porque entendemos e defendemos que educação sobre o terreno é fundamental. Não é dentro de quatro (4) paredes que se aprende, às vezes aprende-se muito mais numa hora (1h) numa visita de estudo do que durante um ano inteiro dentro de uma escola, dentro de uma sala. A aposta no espaço, no espaço Internet que há-se ser inaugurado brevemente. O estabelecimento de protocolos com todas as entidades do concelho, entidades culturais, com actividades culturais, desportivas e que demonstra o nosso, o nosso empenhamento, o nosso grande desejo de que cada vez mais esses organismos participem. Não nos queremos substituir às colectividades; queremos que elas participem activamente nas nossas actividades e apoiar todas aquelas que elas queiram desenvolver. A candidatura ao programa INTERREG III em parceria com o IPJ, o programa "Pira-te já" que vai ter como objectivo a criação do fórum da Cultura e Juventude transfronteiriço com a recuperação do hospício. O apoio e a colaboração com o projecto de intervenção comunitária com o PIC da Santa Casa da Misericórdia e o apoio à criação de alguns serviços que vão facilitar o apoio domiciliário, defendido muito mais do que em certa contradição com os Lares que por aí existem. Portanto, há quem defenda que as pessoas devem estar muito mais em casa com o apoio domiciliário do que estar em Lares, muitas vezes à espera da morte, naturalmente. Também os apoios que têm sido dados a associações de idosos do concelho e às suas actividades e o estudo que foi feito e que esperamos que venha a ser implementado no mais curto espaço de tempo, relativo ao Cartão Social do Idoso e ao Cartão-jovem que não aparece aí, mas que também está em estudo. O vector seis (6), procurar os problemas da saúde sejam minorados, portanto, aparece-nos a questão do Centro de Saúde e a pressão que tem sido exercida junto do ARS no sentido da resolução de alguns problemas de saúde no concelho que são problemas muito complicados porque, tudo o que envolve médicos, tudo o que envolve serviços da saúde, com os cortes orçamentais que tem havido, é muito complicado de se resolverem. No que se refere às acessibilidades no vector sete (7) e trânsito, e melhoria do trânsito no concelho, são de destacar o estudo que foi adjudicado relativamente ao trânsito da Vila. O acesso à zona industrial da Cruz de Cristo, aquela ligação à rotunda que nós fizemos e que vai facilitar o escoamento proveniente da variante. A grande recuperação que tem, que fizemos já no ano passado e que, neste momento, estamos a complementar na Estrada Mil e Quarenta e Dois (EN1042) em Rio de Moinhos que vai facilitar, em termos de acessibilidade, a saída das pessoas de Rio de Moinhos que querem ir em direcção a Évora. A recuperação dos caminhos da UNOR II e a publicação do concurso que se irá aguardar a publicação da estrada Nora - Barro Branco. Também ainda a colaboração importante que foi prestada na estrada, na variante à Estrada Nacional Duzentos e Cinquenta e Cinco (EN255). No que se refere à localização estratégica, temos desenvolvido esforços e tomado posições no sentido de tentar atrair para aqui empresas, servindo-nos desta localização privilegiada que temos no eixo Lisboa - Europa. No

que se refere à modernização, portanto, temos investido muito em termos de modernização dos nossos serviços, tendo em vista a sua agilização. Ao nível informático, temos feito bastante esforço financeiro e pensamos que temos que continuar a fazer porque nos parece importante ao nível de melhoria e ao nível de condições de trabalho das pessoas, portanto, dos trabalhadores da Autarquia. E também, para terminar, o vector dez (10) que era a participação em empresas municipais e intermunicipais. Municipais ainda não, não criámos; esperemos vir a criar, e ao nível das intermunicipais, o caso do trabalho desenvolvido na EDC Mármorez que se venham a retomar e que essa empresa venha a dar os frutos desejados em termos da solução ambiental para o concelho. No que se refere à "Contabilidade e Execução Orçamental", o terceiro (3.º) capítulo, aparece-nos aí, portanto, estão aí espelhados, porque nós mostramos transparência, estão aí espelhadas aquilo que nós fizemos; os problemas que temos; aquilo que pretendemos fazer e, não há dúvida que, em termos de execução orçamental - como já foi dito anteriormente - ficou condicionada pela actividade de abrandamento económico que condicionou a arrecadação de receitas. No entanto, em termos de receitas recebidas dos fundos, de fundos comunitários, tiveram um peso bastante significativo. Só para dizer-vos que recebemos de fundos comunitários no ano dois mil e dois (2002) de fundos provenientes de candidaturas ao FEDER, quinhentos e sete mil, quatrocentos e cinquenta e um ponto vinte e sete euros (€507.451.27), este ano, no ano de dois mil e três (2003), recebemos novecentos e quinze mil, seiscentos e quarenta e seis ponto zero seis euros (€915.646.06). Isto significa trabalho; isto significa que, em termos de candidaturas que foram feitas, significa que está aqui muito trabalho feito pela Autarquia porque a CCR só nos dá dinheiro com autos de medição lá apresentados e passámos de quinhentos e sete mil (507.000) para novecentos e quinze mil (915.000). Claro que há sempre críticas que podem ser feitas ao nível do PPI, ao nível, enfim, mas isso depois ficará para outras oportunidades. Um ponto, um quarto (4.º) capítulo: "Políticas Contabilísticas Adoptadas", estão aí, está aí escrito, está aí escrito o esforço que fizemos e os problemas que existem. Nós detectámos esses problemas e não tivemos medo nenhum de os escrever aí, não temos medo do que está aí escrito. São problemas que nós temos, são problemas que nós queremos resolver e não foram resolvidos ainda porque não tivemos possibilidades. Muitos deles são ao nível informático e deixem-me dizer-vos que a Câmara de Borba deve ser das Câmaras aqui assim na região que, a este nível tem um melhor serviço feito, sem problema nenhum porque eu tenho obtido os relatórios das outras Câmaras e, portanto, não tenho medo nenhum daquilo que estou a dizer. Alguém que compare este relatório com os das restantes Câmaras e digam-me a diferença, e digam, e analisem as diferenças. E isto significa muito trabalho, significa muito esforço dos técnicos e nosso, sobretudo porque os temos pressionado bastante. Depois, também ainda ao nível de execução e evolução da política orçamental desenvolvida pela Autarquia, enfim, aparecem números, claro que os números são números e é óbvio que, em termos políticos, as forças políticas da Oposição poderão ter e deverão ter - se a minha posição fosse essa, se calhar, também o fazia - uma leitura diferente. Quem trabalha com números sabe perfeitamente as voltas que lhe há-de dar. Portanto, não fico nada escandalizado que haja pessoas que tenham uma postura diferente, que trabalhem os números de outra maneira, mas isto que está aqui e está feito com seriedade, com transparência. Em relação à evolução da situação económica e financeira, também aparece aí, aparece aí espelhada. E depois, poderemos depois ir a mais alguns pormenores, se assim o entenderem, mas deixem-me só dizer-vos que, em termos de resultado líquido, o resultado líquido em dois mil e três (2003), embora negativo de menos cento e dezassete ponto novecentos euros (€117.900), representou uma melhoria bastante significativa face ao ano dois mil e dois (2002), cujo valor ascendia a dois milhões, seiscentos e sessenta e três mil, zero quarenta e cinco ponto setenta e oito euros (€2,663,045.78). Naturalmente que isto resultou do facto do ano passado termos feito as coisas e não estarem tão perfeitas como este ano, mas não há dúvida que, se retirássemos, se colocássemos agora aqui o valor das amortizações, o resultado era muito, era muito positivo. Este indicador, portanto, representa uma diminuição de um ponto quinze por cento (1.15%) do total dos fundos e, fundos de proveitos próprios em dois mil e três (2003), face a uma diminuição de dezassete vírgula oitenta e três (17,83) em dois mil e dois (2002). E nos meios libertos tem um valor positivo em dois mil e três, situando-se entre um milhão, cento e trinta e sete, quinhentos e oito, ponto cinquenta e seis euros (€1,137,508.56), face ao valor negativo de quinhentos e quarenta e dois mil, setecentos e sessenta ponto setenta e quatro (542.760.74) do resultado do ano anterior. Portanto, os meios libertos, deixem-me dizer-vos que são resultados operacionais mais as amortizações e provisões. No que se refere à rendibilidade dos fundos próprios, portanto, apresentam um valor de menos um ponto quinze (-1.15) em dois mil e três (2003), face a menos dezassete, ponto oitenta e três (-17.83) em dois mil e dois

(2002). Portanto, isto, penso, eu penso que isto que aqui está que significa muito trabalho. E para já, fico-me por aqui.

O Membro Luís Nascimento : Bom, acabámos de ouvir o senhor Presidente, de facto, a fazer a sua leitura política sobre aquilo que espelha a actividade da Câmara durante o ano dois mil e três (2003). Em primeiro lugar, quero felicitar os técnicos da Câmara porque, de facto, este documento tem melhorias bastante significativas comparativamente com o do ano anterior. Acho que o esforço que desenvolveram, de facto, apoiados - e, de facto, a Informática para isso serve - apoiados nos meios que têm ao seu dispor, conseguiram um trabalho que não está exemplar - diga-se de passagem - porque há sempre pontos a apontar. O senhor Presidente está-se a rir, mas o senhor Presidente sabe que é verdade e depois, e depois lança as culpas para o sistema informático. Em relação às contas, em si, podemos ver que o ano de dois mil e três (2003), ou os senhores, no orçamento, tiveram, quando fizeram o orçamento, tiveram mais olhos que barriga ou, então, tiveram uma grande incapacidade de execução porque só conseguiram executar cerca de sessenta por cento (60%) daquilo que tinham orçamentado no início do ano. Houve uma grande parte, de facto, daquilo que tinham proposto fazer que não o conseguiram fazer. E isto em termos globais, porque já vamos ver em termos das receitas e das despesas. Em termos de receitas e despesas correntes e de capital, podemos ver que, de facto, em relação às receitas e despesas correntes, houve um nível de execução muito próximo da realidade. Gastaram-se noventa e dois por cento (92%), noventa e dois por cento das - aliás - noventa e quatro por cento (94%) das despesas correntes, o que quer dizer que houve uma grande incapacidade em conseguir conter as despesas conforme tinham propalado inicialmente. Enquanto que, nas receitas correntes, tiveram uma execução de noventa e dois, vírgula sessenta e quatro por cento (92,64%), o que quer dizer que não conseguiram, não conseguiram cobrir, nas despesas correntes, com as receitas correntes. Portanto, houve um défice - aliás, o senhor Presidente já o disse - houve um saldo negativo, houve um défice nesta, nesta matéria. Em relação às verbas de capital, aí assim a coisa muda de figura porque, de facto, os senhores conseguiram apenas receber quarenta e dois por cento (42%) do que tinham previsto, mas gastaram - quarenta e dois, vinte e quatro por cento (42,24%) - mas gastaram quarenta e dois, quarenta e cinco por cento (42,45%) daquilo que tinham previsto gastar. O que quer dizer que, de facto, também as receitas de capital não conseguiram cobrir as despesas de capital. Portanto, mais um défice a juntar. Esta contas, de facto, alteraram muito o peso que as despesas correntes e as despesas de capital assumiram no final da execução porque, no orçamento, as despesas correntes tinham um peso de trinta e seis, cinquenta e nove por cento (36,59%) e as de capital sessenta e três, quarenta e um por cento (63,41%). No final da execução as correntes passaram para cinquenta e cinco por cento (55%) e as de capital baixaram para quarenta e quatro por cento (44%). O que quer dizer que, de facto, inverteu-se a tendência que inicialmente tinha sido prevista; que despesas correntes aquém ou mais baixas que as de capital. Portanto, havendo investimento ou mais investimento, naturalmente que as despesas de capital teriam que ser superiores às despesas correntes. Isso não conseguiram, isso foi o que orçamentaram, mas, no final de dois mil e três (2003), isso não aconteceu, foi o contrário. As despesas correntes tiveram mais peso que as despesas de capital. Toda esta evolução até ao final do ano, de facto, está bem espelhada em termos de execução do PPI. Os senhores, no PPI, inscreveram com acções com verbas para dois mil e três (2003), cento e quarenta e quatro (144) acções que totalizariam seis milhões, novecentos e vinte mil euros ( €6,920,000) se, de facto, fosse tudo executado. Mas o que aconteceu foi que, dessas cento e quarenta e quatro acções previstas, só sessenta e três (63) tiveram alguma execução. Portanto, só quarenta e três por cento (43%) das acções previstas é que tiveram alguma execução, numa execução final do PPI da ordem dos quarenta por cento (40%). Portanto, é uma execução do PPI ainda mais baixa do que a execução global do orçamento. Destas, as restantes acções - portanto, oitenta e uma (81) acções - portanto, mais de metade das acções previstas no PPI tiveram execução zero (0), mais de metade das execuções do PPI tiveram execução zero. De referir ainda que, destas cento e quarenta e quatro (144) acções que estavam previstas no PPI, sessenta e cinco por cento (65%) delas tiveram uma execução abaixo dos dez por cento (10%), o que é extremamente significativo. Sessenta e cinco por cento, dois terços (?), praticamente dois terços das acções que tinham previstas tiveram uma execução abaixo dos dez por cento. Enquanto que apenas seis por cento (6%) das acções tiveram uma execução acima de noventa e cinco por cento (95%). Portanto, foram poucas as acções que, no final de dois mil e três (2003), os senhores puderam dar como finalizadas ou quase finalizadas. Quanto ao endividamento, a situação é extremamente grave, no meu ponto de vista, não é? Os

senhores acabaram dois mil e três com uma dívida à Banca de três milhões e noventa mil euros ( €3,090,000), uma dívida à Banca de três milhões e noventa mil euros. Portanto, agravaram a dívida desde o início do vosso mandato mais oitocentos e setenta e cinco mil euros ( €875,000). Acabaram o ano sem pagar o empréstimo a curto prazo no valor de trezentos e vinte e um mil euros ( €321,000). Devem a fornecedores oitocentos e cinquenta mil euros ( €850.000) e devem a outros fornecedores duzentos e vinte e nove mil euros ( €229.000). O que dá uma dívida total de quatro milhões, quatrocentos e noventa e seis mil euros ( €4,496,000), mais de novecentos mil contos (900.000.000\$00). Se a isto juntarmos as contratações administrativas e, neste momento - neste momento não - em dois mil e três, no final de dois mil e três, havia novecentos e setenta e seis mil euros ( €976,000) comprometidos com contratos de empreitada, quer dizer que a dívida total da Câmara é uma dívida que ascende a cinco milhões e quatrocentos e oitenta mil euros ( €5,480,000) mais ou menos. Mais ou menos um milhão e cem mil contos (1.100.000.000\$00). Portanto, a dívida total da Câmara, no final de dois mil e três (2003), ascendia a um milhão e cem mil contos. De referir aqui que, só à AMDE, os senhores deviam, no final do ano mais de trinta mil contos (30.000.000\$00). Dizer que isto são de tarifas pagas pelos municípios. Portanto, e gostava aqui de ter, de facto, algumas respostas. Como é que é possível cair, no nosso ponto de vista, vertiginosamente no investimento - o senhor chamou abrandamento do investimento - e, ao mesmo tempo, aumentar o endividamento da Câmara? Sem obra realizada, com empréstimos contraídos, como é que aumentam o endividamento da Câmara? Porque não se compreende que, de facto, as taxas de execução que os senhores apresentam não indicam, de forma alguma, que haja, que haja um aumento de endividamento sem haver obra, não é? Em Ordenamento e Urbanismo executaram trinta e nove por cento (39%). Dos loteamentos urbanos, infra-estruturas e terrenos, etc., uma execução de vinte e nove por cento (29%). No Ambiente e Qualidade de Vida que o senhor Presidente há bocado aí falou, executaram vinte e seis por cento (26%). Arranjos Paisagísticos, catorze por cento (14%). Sistemas de Águas e Abastecimento Público, trinta e dois por cento (32%). Iluminação Pública que o senhor Presidente disse que tinham feito e, Iluminação Pública zero, execução zero por cento (0%), só se houve aí algum problema informático. Trânsito e Acessibilidades quarenta por cento (40%); dos quais, arruamentos, passeios, etc., quinze por cento (15%). Saúde, Cultura e Desporto vinte e nove por cento. Educação, Cultura e Desporto trinta por cento (30%); dos quais, Promoção Turística vinte e sete por cento (27%); Espaços Culturais, Desporto e Lazer vinte e nove por cento; equipamentos desportivos estão propagandeados na Campanha Eleitoral. Os Polidesportivos catorze e meio por cento (14,5%) de execução. Desenvolvimento Económico quarenta e nove por cento (49%). Modernização dos Serviços sessenta e quatro por cento (64%), que se vem a reflectir, de facto, na qualidade do trabalho apresentado. Participação em Empresas noventa e seis, sessenta e oito por cento (96,68%). Aí assim, sim. Quase que cumpriram, de facto, o que se tinham proposto. Dizer que, no final do ano, e o senhor Presidente há pouco, quando apresentou esse documento síntese, referiu, se calhar já estava a pensar no que estava feito já este ano, mas nós estamos a analisar até dois mil e três (2003), é a questão que está aqui assim. O Barro Branco apresenta uma execução de trinta e dois por cento (32%) durante o ano de dois mil e três. O loteamento da Nave, uma execução de trinta e nove por cento (39%) no final de dois mil e três (2003). O loteamento do Forno, na Orada, uma execução de catorze, setenta e cinco por cento (14,75%), no final de dois mil e três (2003). Em relação às águas, remodelação das águas da vila, zero por cento (0%). Portanto, não houve, se calhar, uma torneira apertada ou uma, uma porca mais desajustada. E a remodelação das águas da Nora, que também foi outra bandeira da campanha dos senhores, vinte e sete por cento (27%) de execução no final de dois mil e três. Mas por outro lado, por outro lado, de facto, vê-se que não há investimento, que não há aplicação de verbas nestas matérias, mas depois aparecem-nos aí coisas que, subsídios das refeições dos órgãos Autárquicos, um aumento de cento e setenta e oito por cento (178%). Deslocações e estadas, um aumento de quatrocentos e vinte por cento (420%). Honorários e recibos verdes, um aumento de cento e um por cento (101%). Espectáculos, um aumento de duzentos e trinta e dois por cento (232%). Isso são alguns dos exemplos que, trabalhos, outros trabalhos especializados, mais de trezentos e vinte e cinco por cento (325%). O mesmo para o Centro de Convívio do Barro Branco, não aplicaram um cêntimo. Centro da Noite de Santiago, Rio de Moinhos, zero por cento (0%) de execução. Centro de Convívio da Orada, zero por cento (0%) de execução. Estação da CP para fins sociais, zero por cento (0%) de execução. Isto era tudo projectos ou acções que estavam previstas na área social para dois mil e três (2003). Os equipamentos culturais - como já aí falou - o Palacete dos Melos, pouco mais de zero por cento. O mesmo para o Cine Teatro, pouco mais de zero por cento. Em treze (13) acções de

equipamentos culturais mexeram ligeiramente em quatro (4), em quatro acções. Equipamentos desportivos, em quinze (15) acções previstas, mexeram em três (3) acções. Polidesportivos: Barro Branco, zero por cento (0%) de execução; Polidesportivo da Orada, zero por cento (0%) de execução; Polidesportivo de Santiago, Rio de Moinhos, zero por cento (0%) de execução; Balneários do Campo de Futebol de Orada, zero por cento (0%) de execução. E os senhores também, na Campanha Eleitoral, os polidesportivos, de facto, eram para ser começados a construir no dia dezassete de Dezembro (17/DEZ). As eleições foram a dezasseis (16) e a dezassete começavam a construir. Queria de facto, só aqui e porque li com algum prazer o folheto da II Feira das Ervas da Orada e dou os parabéns, de facto, ao técnico que fez este folheto que está com muita qualidade, sinceramente e li o texto que diz, diz o seguinte: "A Freguesia da Orada e a Feira das Ervas Alimentares vem demonstrar que é possível promover uma Freguesia que estava esquecida no tempo. A Orada merece o esforço financeiro que é feito". Cito só estas duas (2) frases. Então vamos ver qual foi o esforço financeiro que foi feito em dois mil e três na Orada, só para termos esta ideia. A Feira das Ervas em dois mil e dois (2002) nem sequer está inscrita. Deve lá estar a despesa, mas não tem rubrica própria. O Centro de Convívio de Orada - como já disse - tinha dez (10), dez mil euros (€10,000) inscritos, zero por cento (0%) de execução, de esforço financeiro. O Polidesportivo da Orada tinha vinte e cinco mil euros (€25,000), zero por cento (0%) de execução, mais um esforço financeiro. Os balneários do Campo de Futebol, dez mil euros (€10,000) inscritos, zero por cento (0%) de execução. O Plano de Urbanização da Orada tinha duzentos euros (€200) inscritos, zero por cento (0%) de execução. O loteamento do Forno com cento e sessenta e quatro mil euros (€164,000) inscritos, teve uma aplicação de vinte e cinco mil euros (€25,000), catorze vírgula setenta e cinco por cento (14,75%) que foi a verba mais elevada. O reforço em iluminação pública de Orada tinha seis mil euros (€6,000) inscritos, zero por cento (0%) de execução. O projecto de remodelação do tráfico urbano de Orada tinha duzentos euros (€200) inscritos, zero por cento (0%) de execução. As vias municipais de Orada nem sequer aí aparecem no PPI. Arruamentos diversos tinham seis mil euros (€6,000) inscritos, executaram quatro mil, cento e setenta (4.170), à volta de oitocentos contos (800.000\$00). Para a Junta de Freguesia de Orada, em verbas correntes receberam, cinco mil e setecentos euros (€5,700) mais cento e vinte e oito euros (€128); de capital para investimento em esforço financeiro receberam seiscentos e setenta e seis, seiscentos e sessenta e três euros (€663), cento e trinta contos (130.000\$00). O que quer dizer que a Orada, em dois mil e três (2003) - que estava esquecida e passou a estar lembrada - teve um investimento global de vinte e nove mil e oitocentos euros (€29,800) em verbas de capital; cinco mil e oitocentos euros (€5,800) em verbas correntes mais a Feira das Ervas. O que quer dizer que, se isto tenha sido tudo à volta de cinquenta mil euros (€50,000) - não sei quanto é que terá sido a Feira das Ervas - numa execução de seis milhões e quinhentos e trinta e dois mil euros, isto é uma gotazinha, de facto, de, de água, de água na Orada. Daqui posso concluir que, de facto, esta prestação de contas revela uma grande incapacidade de gerir a Autarquia; uma incapacidade tremenda de conter as despesas e uma incapacidade de realizar receitas. Contas, estas contas revelam quem muito prometeu e pouco pode cumprir. Para já, era isto.

O Membro Rui Bacalhau : Bom, novamente, boa noite a todos. Senhor Presidente, o senhor disse, as suas primeiras palavras foi que este ano houve um cuidado redobrado e eu, depois desta exposição longa do Deputado Luís Nascimento, penso e espero que para o ano haja ainda mais cuidado redobrado porque há mesmo necessidades de melhorar isto, mas começava só por um breve esclarecimento. O Plano Plurianual de Investimentos - Plurianual é mais do que um ano. Estar agora aqui a ler todos aqueles valores, todas aquelas rubricas e dizer zero, zero, zero, é natural porque aquilo é plurianual, é mais que um ano. Agora, e, puxava-vos só à memória. Eu pertenci a esta Assembleia em mil novecentos e noventa e cinco (1995) - e não gosto de ir ao passado, mas - pertenci a esta Assembleia em mil novecentos e noventa e cinco e, na altura, fiz uma pergunta, era membro na Assembleia e fiz uma pergunta e até me lembro da frase que utilizei para o Executivo da altura que, com aquela taxa de execução, numa empresa, não estavam, nem sequer entravam à porta. Eram logo demitidos. E aquela taxa, fui vê-la nestes dias, era trinta e dois, vírgula quatro (32,4). Em mil novecentos e noventa e cinco (1995), trinta e dois, vírgula quatro. E a resposta que me deram foi o senhor, o actual Vereador Serra - na altura, era membro da Assembleia - disse que havia necessidade de fazer aqueles planos plurianuais e aqueles orçamentos porque senão, não podiam candidatar as obras. Devem-se ter esquecido deste pequeno pormenor. Eu, a minha opinião pessoal - e não é opinião da Bancada - é minha opinião pessoal, eu sou a favor que os orçamentos sejam

rigorosos porque é assim que os faço no meu dia-a-dia. Os orçamentos têm que ser rigorosos. Aquilo a que nos propomos temos que fazer. E depois, se não conseguirmos executar o orçamento, temos que o corrigir. E até vos dou um conselho - não para a actual Câmara, mas para todos - há instituições em Borba que fazem isso e que depois na discussão das contas, praticamente o que foi orçamentado, é real. Portanto, é uma questão de irem à procura e verem onde é que se faz já alguma coisa. Relativamente ao relatório de contas, senhor Presidente, já há pouco disse que os cuidados têm que ser redobrados. De facto, eu li o relatório de contas com algum cuidado e digo-vos uma coisa muito simples: ainda há muitos erros, ainda há muitos erros. Houve um grande progresso, isso houve. Já está de acordo com o POCAL, já tem as peças como devem ser. Há muitos erros ainda e louvo a vossa humildade de dizer e de escrever - porque normalmente diz-se, mas não se escreve - os senhores tiveram a humildade de escrever que há erros e temos que corrigir. Acho que é um bom princípio, é um bom princípio. Esta Bancada do PS nunca está satisfeita; é, por si, exigente e então, está-vos a pedir, ao Executivo que melhor, porque há mesmo necessidade ainda de melhorar e nós queremos é o perfeito e não queremos só o "Está bom" e depois, daqui a um bocadinho, vou dizer que está mau. Não é isso. Portanto, ainda há muita coisa a melhorar. Houve um grande progresso: já há indicadores de gestão, já há um balanço e uma demonstração já minimamente elaborados. Não são comparáveis com o exercício de dois mil e dois (2002) - por acaso, houve já aqui alguém que fez comparações - não são comparáveis porque, no exercício de dois mil e dois, os critérios não foram, de certa forma, os mesmos que foram utilizados em dois mil e três (2003), portanto, é estar a comparar alhos com bugalhos. Pronto, obviamente, se estamos a ler umas coisas que os outros nos mandam ler, a gente lemos as coisas e não sabemos o que é que lá está. Há que começar, também nestas coisas, a ser, a ser um bocado mais rigoroso nas exposições que apresentamos aqui perante a população, que as pessoas que lá estão atrás não têm estes calhamaços - como o senhor Presidente disse e muito bem - e não sabem o que é que aqui está escrito. E vir para aqui a dizer, e vir para aqui a dizer - eu tenho aqui um mapa, tenho aqui um mapa que já vou mostrar a seguir - vir para aqui a dizer que as receitas correntes, face às despesas correntes tiveram um grande desvio, é completamente absurdo. Se analisarmos o mandato da CDU, o último mandato da CDU, só um ano, as receitas correntes foram superiores às despesas correntes e sempre com desvios bastante significativos. Ora, este ano, tivemos um desvio nas receitas correntes face, face às despesas correntes de cinquenta e dois mil euros (€52,000) - e estou a fazer a conta aqui de cabeça, penso que não me estou a enganar por muito: vinte e sete (27) para noventa e dois (92) dá sessenta e cinco, sessenta e cinco mil euros (€65,000), para ser mais preciso - acho que é diminuto face ao volume com que estamos a comparar. As despesas de capital e as receitas de capital e idem, idem; aspas, aspas. Nestas então há uma diferença de quinze mil euros (€15,000) em desfavor às receitas de capital. Portanto, estar aqui a dizer que há um grande não cumprir ou nem deixaram de cumprir, é pura e simplesmente demagogia e as pessoas - volto a dizer - as pessoas que lá estão atrás não têm estes calhamaços, não sabem os números, portanto, não atirem areia para cima das pessoas, para os olhos das pessoas. As pessoas podem ter uma perspectiva política e isso, todos nós - o PS e a CDU - temos que nos respeitar uns aos outros, e PSD que hoje não está presente. Mas, agora, perspectivas técnicas, não deve ser assim. Devemos dizer a verdade às pessoas para as pessoas poderem fazer o seu juízo. Vir para aqui ditar números dessa forma enquanto eu cá estiver, pelo menos, vou sempre realçar isso e vou sempre dizer, vou sempre dizer que não deve ser assim que se trabalha. Relativamente só ao endividamento, de facto, eu também, relativamente ao endividamento, neste momento, o dois mil e três (2003) ainda não é aquilo que se pretende. Mas, em relação ao dois mil e dois (2002), o endividamento diminuiu e isso é já de louvar porque o ano de dois mil e dois, de facto, a Câmara teve de contrair novos empréstimos para fazer face a coisas que já vinham do passado e, em dois mil e três, já houve uma diminuição substancial face ao dois mil e dois. Senhor Serra da Silva, não se ria assim - porque eu já lhe disse, aprendeu Contabilidade depois de velho - vou-lhe só mostrar aqui, leia aí o relatório na página quarenta e seis (pg.46). Diz: "No que se refere aos empréstimos a médio e a longo prazo, o valor em dívida era, não início, de três milhões, trezentos e noventa, duzentos e noventa e nove (3,390,299) e, em Dezembro de dois mil e três (DEZ/2003), o valor era de três milhões e noventa mil, novecentos e sessenta e nove (3,090,969)". Pelas minhas contas isto é menos.

O Vereador Serra Silva : Trezentos e oitenta (380)

O Membro Rui Bacalhau : Pelas minhas contas, não é? Se tens outras, outro tipo de informação, é

diferente. Relativamente a este esclarecimento, falar sobre o PPI, já dei a minha opinião pessoal e penso que não vale a pena estarmos aqui a falar. Esta Câmara, a obra será julgada politicamente - como será óbvio - não tecnicamente e penso que há que fazer, ainda, melhorias substanciais neste orçamento, neste relatório de contas para podermos ter uma interpretação mais rigorosa e, pronto, e também, ao mesmo tempo, mostrar-me de alguma forma, satisfeito porque muitas das situações que, o ano passado, aponte, este ano já vêm aqui contempladas e que se revelam um pouco mais adequadas, nomeadamente os trabalhos para a própria empresa. Por agora, fico por aqui. Depois, com certeza, há indicadores de Gestão a falar.

O Presidente da Assembleia Municipal: Doutor Nascimento, faz favor.

O Membro Luís Nascimento : Bom, sobre o PPI estamos aqui a escamotear as coisas, não é? Porque eu fui claro e falei em relação à execução de dois mil e três (2003). Todos nós sabemos que o PPI é um plano plurianual com uma vigência de quatro (4) anos, mas que os números que eu referi foram números que foram apresentados em orçamento, no orçamento do PPI, pela Câmara e as execuções que eu referi foram execuções no final de dois mil e três (2003). Foi tudo dois mil e três. Foi tudo dois mil e três. Sabemos isso perfeitamente, não é? Que as coisas não são estanques e que são, de facto, prolongadas por outros anos. Mas uma coisa, acima de tudo é verdade. É que não cumpriram quarenta por cento (40%) do orçamento, em termos globais, e aqui assim não se está a escamotear se as verbas foram ou não foram iguais em termos de rubricas - às dos anos anteriores. É que, em relação ao orçamento, de facto, não cumpriram, não cumpriram quarenta por cento (40%) do orçamento. Em relação à execução orçamental, em relação às receitas de capital e às despesas de capital e às despesas correntes, não executaram sessenta por cento (60%). Isso é que é verdade. Isso é que é verdade. Empolaram o orçamento em termos das receitas e das despesas e depois não conseguiram executar aquilo que se tinham proposto. Essa é que é a verdade. E não executaram quarenta por cento (40%) no orçamento em termos globais e não executaram sessenta por cento (60%) em termo das receitas de capital e das despesas de capital. Isto é que é verdade. Não houve investimento. Baixou no investimento. E esta apelação que eu quis fazer em relação às receitas correntes e às contas correntes e às contas de capital e ao seu peso que tinham no orçamento e o seu peso que tinham em termos da execução, é uma realidade. Procuraram que o orçamento tivesse um peso inferior nas contas correntes e não conseguiram. Não conseguiram conter as despesas o que foi a levar a que houvesse uma inversão do peso das contas correntes e das contas de capital, comparativamente àquilo que se tinham proposto inicialmente. E a verdade dos factos é esta; não executaram aquilo que tinham proposto. Venha cá agora o senhor, o senhor Deputado Rui Bacalhau com a sua capacidade técnica inverter a situação que não é, não consegue porque não é verdade.

O Membro Rui Bacalhau: É verdade isto que o doutor Luís Nascimento diz nesta parte. Nesta parte, não posso estar a negar. Obviamente, até os próprios números dizem que só houve uma execução orçamental de sessenta por cento (60%). Portanto, é verdade. Agora, quando comparamos com mil novecentos e noventa e cinco (1995), em mil novecentos e noventa e cinco foi trinta e dois, vírgula quatro (32,4). Isso é que é preocupante, senhor Deputado Luís Nascimento. Eu não estou a dizer que não é verdade isso que o senhor está a dizer. Estou a dizer é que foi, não cumpriram - e são palavras suas - não cumpriram quarenta por cento (40%). É verdade. É verdade, sim senhora. Agora, em noventa e cinco, não tinham, em noventa e cinco - e era a CDU que era, na altura, Câmara - não tinham cumprido sessenta e oito, vírgula, sessenta e oito por cento (68%) e não é o que eu estou a dizer é que os senhores varreu-se-lhe a memória, não? Esqueceram-se agora desse tipo. Se tivermos aqui então, em termos comparativos, desculpe. Se estivermos aqui em termos comparativos - e peço ao Deputado Luís Nascimento que veja - as despesas e as receitas de dois mil e dois (2002) e de dois mil e três (2003), são muito superiores a todas as outras. São do ano de mil novecentos e noventa e nove (1999). Portanto, a execução orçamental ser muito superior, isso também é verdade e o senhor reconhece que essa, ficaram quarenta por cento (40%). Não deve ser assim. Deveria ser um orçamento muito mais rigoroso. Concordo plenamente com aquilo que você diz, é a minha proposta para que se faça.

O Vereador Serra Silva : Para o ano, para o ano vamos ver.

O Membro Rui Bacalhau : Exactamente. Mas isso é a minha proposta. O Executivo é soberano.

O Presidente da Assembleia Municipal : Portanto, passava a palavra ao senhor Presidente da Câmara, mas antes queria dizer o seguinte: eu também concordo que estes orçamentos, como eram feitos e como são feitos, não são orçamentos. São ideias, não é? Quer dizer, são promessas, são capacidades. E isto para mim, surpreendeu-me imenso. Nunca, na minha vida profissional, tinha visto um orçamento como estes. Mas pronto, isto era a tradição, era assim que trabalhavam, que faziam, etc., mas isto, de facto, não são orçamentos. Isto, nas empresas, não existe. Isto, na realidade prática da vida, da Economia nacional também não existe. Quer dizer, isto são ideias que as pessoas têm e depois põem lá e depois vão ver se têm verbas, se não sei o quê e não sei quantos. Quer dizer, nada disto existe. Isto é tudo irreal. Eu acho, e por acaso, estou de acordo com o Rui Bacalhau e já exprimi a minha ideia, é que, efectivamente, se caminhe para um orçamento realista, real. E que, para o ano, a gente esteja aqui a discutir uma execução, por exemplo, de noventa e oito por cento (98%) ou de cento e dez por cento (110%), por exemplo, não é? Portanto, essa é que será uma coisa parecida com a realidade. E é isso para onde se tem que caminhar e é isso que o POCAL exige, não é? O POCAL exige isso. Portanto, tem que se caminhar, efectivamente, para um rigor dos orçamentos, senão assim não se consegue perceber. Dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal : Bom. Já agora, só, e a propósito desta situação, era muito simples ter resolvido esta situação. Bastava termos, no final do ano, ter feito uma revisão ao PPI e uma revisão orçamental e a estes valores, se isto os satisfazia,

O Membro Luís Nascimento : Isso era escamotear, não é?

O Presidente da Câmara Municipal : Então, mas se isso os satisfazia, se isso os satisfazia, era por aí que se ia. Era por aí que os senhores vão noutras Câmaras.

O Membro Luís Nascimento : Isso é escamotear.

O Presidente da Câmara Municipal : Pois. É, isso é escamotear. Quando não agrada, é escamotear. Bom, em relação a algumas observações que aqui, que aqui foram feitas, queria apenas, ia só responder em termos políticos porque, em termos técnicos, poderia, ia estar para aqui a enjoar as pessoas com números e não vale a pena. De qualquer maneira, quero apenas dizer-vos que não há memória - e isto já foi discutido noutro lado - de haver execuções em termos médios de sessenta por cento (60%) enquanto a CDU esteve no Poder. Em relação às receitas e despesas correntes, portanto, o Rui Bacalhau já tinha dito, já disse há bocado que estão muito próximas da realidade e não tem nada que ver com aquilo que é dito. O que a CDU deveria querer dizer e o que o senhor Deputado Luís Nascimento veio aqui dizer era o seguinte: eu tenho inveja desta conta. Eu tenho inveja deste relatório. Eu tenho inveja de, nas Câmaras onde maioritariamente existe CDU não fazer um documento destes porque não foram capazes e até podemos marcar uma reunião - que não precisa de uma Assembleia - só para vocês trazerem os documentos das Câmaras onde está a CDU e comparem-nos com este e vejam a diferença. Aqui há transparência; aqui há simplicidade na apresentação dos documentos e é isso que aqui está escrito. Em relação ao PPI e às cento e quarenta e quatro (144) acções, é óbvio que um PPI é um plano plurianual, naturalmente, nós temos sempre tendência para deixar, o mais possível, o maior número de acções no PPI do respectivo ano até porque podem sempre surgir oportunidades de candidatura. E, portanto, naturalmente que, isso até nos é prejudicial, mas foi essa a nossa decisão e, portanto, daí que, algumas daquelas acções tenham investimento zero (0). Quanto à dívida, há, mas os senhores pensavam o quê? Que isto era a Câmara do Partido Socialista, aqui há uns anos atrás, que pagou a dívida da CDU e que permitiu que vocês cá estivessem doze (12) anos? Não. Esta Câmara aumentou a dívida e vai aumentar. E vai aumentar. Porque não houve obra, explique-me só como é que a Comissão de Coordenação que, em dois mil e dois (2002), tinha enviado para a Câmara de Borba quinhentos e sete mil, quatrocentos e cinquenta e um ponto vinte e sete euros (€507,451,27); em dois mil e três (2003) enviou novecentos e quinze mil, seiscentos e quarenta e seis zero seis (€915,646.06). Andámos cá a brincar. Andámos cá, não fizemos obra, portanto, eu como sou amigo lá dos fulanos da CCR, digo assim: "Eh pá, estou enrascado. Mandem-me lá daí quatrocentos mil euros (€400,000) a mais". Não. Isto é trabalho. Isto que aqui está, é

trabalho. Portanto, fica a saber, fica a saber e fica aqui dito que, sem endividamento, não há obra e não fique a pensar que eu estou cá durante quatro (4) anos a pagar a dívida de um milhão e duzentos mil contos (1.200.000\$00) que a CDU cá deixou. E disse há bocado que era um milhão e duzentos mil, estamos empatados. Mas veja a diferença que há no concelho em termos de obra. Veja a diferença e a população tem visto a diferença. Em relação, já agora, em relação às estadas e às deslocações, naturalmente - isto até para a população que está lá atrás - se eu tivesse previsto gastar vinte contos (20.000\$00) e aumentar para duzentos (200), se calhar o valor é assustador. Mas quero-lhe dizer aqui o seguinte: eu não gosto de falar do passado. Mas, olhe, doutor Luís Nascimento, eu não me ando a passear aí pelo mundo nem pelo país, nem tenho chofer nem passeio no carro, nos carros da Câmara fora do período normal de trabalho. E fico-me por aqui porque tenho muitas provas para dizer, para provar aquilo que estou a dizer. Em relação à política, à política social e à rede social, claro que o Centro Comunitário de Rio de Moinhos, é óbvio, se nós temos tido dificuldades em adquirir terrenos em Rio de Moinhos, é óbvio que não podíamos fazer o Centro de Noite virtual, um Centro de Dia virtual. Mas fique descansado que o negócio está quase feito. Comprometemo-nos e fazemos. É que nós prometemos e fazemos. Além dos equipamentos desportivos, é óbvio que a situação é exactamente a mesma e os senhores estiveram cá. A CDU esteve cá; o senhor, por acaso, não estava cá. Mas o perímetro urbano vergonhoso de Santiago e Rio de Moinhos - tem que ser dito às pessoas - não foi definido pela Câmara do Partido Socialista. Foi a Câmara CDU que esteve no Poder e que permitiu aquele perímetro urbano vergonhoso quando aprovou o PDM. Isto não é da minha responsabilidade. Se não há polidesportivo em Santiago é porque não há um pedaço de terra, um pedaço de terra em sítio, naturalmente, acessível a este tipo de equipamentos para que ele se possa fazer. Mas fique descansado que, se calhar, até final do mandato ele é feito e depois, aí, além do louvor que dá aos técnicos, tem que dar o louvor ao Executivo. Isso é que lhe vai custar muito. Em relação a Orada, é óbvio, então a Feira, a Feira das Ervas Alimentares, claro que não estava no PPI, não estava em termos de despesas de investimento do PPI. Foi uma decisão - e, aliás, isso foi dito o ano passado, e suponho que até já foi dito aqui - era uma questão de oportunidade e tinha que se lançar no ano passado e não foi oportunismo político. Foi a necessidade de lançar uma feira na Orada porque, se a ideia não fosse lançada o ano passado, era agarrada por outro município. E foi essa a única razão. E entrou como despesas correntes e até nos penalizou em termos de despesas correntes. Portanto, repare, se retirássemos desse valor de despesas correntes ainda, se calhar, havia um equilíbrio muito, muito maior. Em relação à Orada, naturalmente, que a Orada tem um investimento muito superior. Às vezes, o que acontece é que, em termos de números e em termos de rubricas orçamentais, as coisas às vezes não são tão lineares como parecem. É óbvio que estamos a aprender e, às vezes, há investimentos que se fazem e que estão feitos, mas não, não aparecem, não estão espelhados em determinadas rubricas, estão noutras. Problemas informáticos e técnicos às vezes levam-nos a isso. Agora, balneário do Campo de Futebol de Orada - não me faça rir. Então se acabou o futebol, eu era estúpido e ia investir nos balneários do Campo de Futebol de Orada? Isso era uma estupidez da minha parte. Loteamento do Forno - então mas, vamos lá ver como é que lá estava e dê lá uma volta - porque vocês não quiseram acompanhar-nos na visita - dêem lá uma volta para ver como é que estão e imediatamente verificam que há umas diferenças abismais, abismais. Aliás, a população de Orada sabe disso e, em relação à iluminação, claro que houve porque nota-se a diferença, não é? Aquilo fazia lembrar uma aldeia do terceiro mundo e passe lá agora à noite e veja como a iluminação está completamente diferente. E em relação a vias municipais, por acaso, os caminhos - não sei se refere, não sei se disse municipais, se caminhos - mas a Freguesia de Orada foi daquelas que teve maior investimento. Maior investimento. Estava o Vereador a dizer que tivemos que espalhar algumas carradas de tuvenan que vocês lá deixaram na véspera das eleições. Mas isso também não faz mal. Não faz mal a ninguém deixar lá e nós espalhámos porque nós gostamos de continuar o trabalho. Em relação ao endividamento e só para terminar, volto-vos a dizer: endividamento, não fiquem a pensar que eu pago a vossa, a dívida que cá estava. Vai aumentar e vai aumentar até à capacidade limite para fazer obra e, se for possível ir além dos limites, vou pois. há tanta coisa para fazer. É que eu chego à conclusão - depois destes dois (2) anos de mandato - eu chego à conclusão que a CDU esteve no poder e queria acabar com o concelho. Isto é a minha opinião pessoal e muito sincera. Porque se a gente começar a ver as necessidades que o concelho tem, só de quem não se interessava pelo concelho é que tinha este tipo de atitude. E nem acredito que, hoje, pensando friamente - hoje, se pensarem friamente, não acredito, não pode, é inconcebível, para mim, que deixassem passar três quadros comunitários sem fazerem candidaturas de fundo para este concelho. E fico-me por aqui. Ó senhor Presidente, desculpe lá é que o

Vereador Humberto estava-me a pedir a palavra. Se não se importar, eu passava primeiro a palavra ao Vereador Humberto.

O Vereador Serra Silva : Antes de mais, muito boa noite a todos. Obrigado pela palavra. Eu gostaria de dizer duas ou três coisas porque fui visado aqui duas ou três vezes; o direito de resposta é para isso mesmo. A primeira é se aprendi Contabilidade depois de velho, foi, acho que foi assim. Acho que nunca é velho para aprender, mas é preciso que se aprenda. Há aqueles que aprenderam muito novos, mas não aprenderam: andaram lá. E, por isso, logo a intervenção começou com uma asneira que, dita por qualquer pessoa daquelas que estão lá atrás, não tinha razão de ser. Mas, dito pelo senhor, sobre o PPI que é um plano plurianual e não se lembrar que tem lá uma coluna que é do plano anual e que diz quais são as verbas definidas e, e a definir, essa não tem perdão. A segunda diz que se faz, que não se podem fazer comparações do ano de dois mil e dois (2002) com o ano de dois mil e três (2003) e depois faz comparações com o ano de mil novecentos e noventa e cinco (1995), com realidades completamente diferentes. Quer em legislação, quer da lei das Finanças Locais, quer até da própria elaboração de contas e dos próprios documentos. Sabemos que o POCAL é muito recente e o procedimento que se fazia antes do POCAL não tem nada a ver com aquele que se tem de fazer hoje. Antes do POCAL fazia-se, efectivamente, orçamentos em que se tinham que considerar todas as despesas de capital respeitantes às obras, independentemente do valor que elas tivessem porque era assim que a CCR as entendia como candidaturas. Hoje em dia o entendimento já não é esse. Porquê? Porque existem os planos plurianuais em que está, e transparece, no plano plurianual, qual é o encargo em cada um dos anos respeitante a determinada obra ou a determinado evento. Por isso, comparar o ano de mil novecentos e noventa e cinco (1995) com o ano de dois mil e dois (2002) ou com o ano de dois mil e três (2003) não tem qualquer razão de existir porque os critérios são diferentes e foi o Rui Bacalhau que o disse, há pouco, relativamente a dois mil e dois, dois mil e três. Depois, dizer duas ou três coisas sobre, sobre estes documentos também, que, efectivamente estão melhores, não estão os ideais. Na Câmara, debrucei-me sobre eles e fiz os comentários que tinha a fazer sobre alguns dos erros que existiam e penso que foram tomadas notas para os resolver. E dizer também que, efectivamente, em termos técnicos, houve grandes melhorias, mas aquilo que me parece é que, em termos do desenvolvimento, depois, político das acções esse não, não acompanhou o desenvolvimento técnico. Estamos com um bom documento técnico, mas estamos com uma má prestação de serviço à população e um mau desempenho por parte dos eleitos desta Câmara Municipal em maioria. Como tinha pedido duas ou três coisas, dizer também ao senhor Presidente da Câmara que disse ali que isto era fácil de resolver, as execuções: bastava fazer uma revisão no final. Digo-lhe só que não é possível fazer revisões em baixa. E também dizer, para aqueles que não sabem, que esta execução está assim, mas, ao longo do ano, teve dezoito (18) alterações orçamentais e uma (1) revisão orçamental.

O vereador Humberto Ratado: Meus senhores, muito boa noite a todos. Senhor Presidente. Permita-me um bocado a ousadia porque é um, efectivamente, é um bocado a minha área, mas não tenho o tempo disponível para me dedicar a ela que tanto gosto, mas não tenho, efectivamente, todo esse tempo. De qualquer das formas, fiz um pequeno trabalho de casa e gostava de o fazer reflectir aqui porque os números são o que são. Cada um trabalha os números como bem entender e é legítimo, desde que apresente depois o argumento. De qualquer das formas, eu trabalhei-os da maneira que vou descrever a seguir e também me parece legítimo que aqui, entre todos, possamos partilhar. Mas antes disso, gostava ainda de dizer que, quando se diz que aumenta o endividamento sem haver obra, eu também faço uma reflexão, senhor Deputado. Os senhores estiveram cá muitos anos, também aumentaram muito o endividamento e eu também não vi muita obra. Quanto à iluminação: não sei se o senhor só anda de dia ou se vai só no caminho onde ela ainda não foi, por acaso, substituída por as razões que já foram apontadas pelo senhor Presidente, mas eu, particularmente, como vivo em Santiago de Rio de Moinhos passo por Barro Branco, Talisca e chego a Santiago de Rio de Moinhos e noto realmente a diferença, que é enorme e era necessária. Agora, falando relativamente à taxa de execução. Efectivamente, os critérios agora são diferentes e concordo com o Deputado Rui Bacalhau quando ele diz que temos que ser mais rigorosos, temos que ter um orçamento mais equilibrado no sentido que transpareça a realidade, no final, em termos de execução. Sem dúvida. O que é planeado tem que ser executado na maior percentagem possível para evitar uns desvios muito grandes. É para isso que existem os planeamentos; é para isso que

existem os orçamentos e nas empresas - como ele disse e muito bem - com estas taxas de execução, com estas coisas assim, seguramente, não estaria, só estaríamos lá a primeira vez que apresentávamos estas contas. Mas, efectivamente, vamos ver, os números são números e os orçamentos iniciais são iniciais; independentemente dos critérios. E desde noventa; já agora, peço imensa desculpa por demorar algum tempo, mas penso que vou ter que os maçar por algum tempo com os números. Mas é assim: tenho aqui um levantamento do último mandato de Vossas Excelências: noventa e oito (98), noventa e nove (99), dois mil (2000) e dois mil e um (2001) e depois temos dois mil e dois (2002) e dois mil e três (2003). E, acontece que, com os orçamentos iniciais -e repito, tendo em conta os orçamentos iniciais e não os orçamentos corrigidos já no final do ano, por vezes favorecem, por vezes desfavorecem - mas, jogando só com os orçamentos iniciais, os senhores apresentaram uma taxa de execução, respectivamente, iniciando em noventa e oito (98) de quarenta por cento (40%) na receita, quarenta por cento (40%) na despesa, aproximadamente. Setenta e seis por cento (76%) na receita, setenta e seis por cento (76%) na despesa, em noventa e nove (99); aí têm parabéns, chegaram a uma boa execução. Cinquenta e nove (59), sessenta e três (63). Cinquenta e dois (52), cinquenta e dois (52), já em dois mil e um (2001). Vêm constantemente a decair. Entretanto, dois mil e dois/dois mil e três (2002/2003), nós apresentámos, relativamente - repito - ao orçamento inicial, sessenta e um (61), cinquenta e dois (52); cinquenta e oito (58), quarenta e seis (46) e sessenta (60), sessenta e oito (68); sessenta e um (61), quarenta e três (43). Portanto, não sei onde é que estão aqui, realmente, as taxas de execução mais baixas. Depois permitam-me aqui uma análise que é abismal, aquilo que eu vou fazer reconhecimento, digamos, que é abismal mas, se calhar, vale a pena, às vezes, reflectir um bocadinho sobre ela porque é o seguinte: é, aquilo que se pretende, é que nós queremos orçamentos muito reais com aquilo que planeamos. E, então, o que eu verifiquei é que o orçamento inicial de noventa e oito (98) jamais foi, foi suprimido até hoje, até dois mil e três (2003); até final de dois mil e três. E, então, fiz uma análise do género: mantenha preços constantes, esse orçamento, tanto na receita como na despesa até dois mil e três. E, mantendo essa análise assim, constante, o que quer dizer que nós em dois mil e dois (2002) e dois mil e três estamos, faz de conta que fizemos, um orçamento - como os senhores - sempre baseado no orçamento de noventa e oito (98); aparece-nos umas taxas de execução que vão reflectir - porque as coisas são diferentes. Trabalhar em taxas de execução quando os orçamentos iniciais são completamente diferentes e quando, mesmo assim, até temos taxas de execução superiores, aí me não parece muito bem a sua, a sua análise e, então, se depararmos como nunca foi ultrapassado aquele montante, então nós podemos fazer uma, quer dizer, para dois mil e oito (2008) é que eu não posso fazer análise nenhuma. Posso fazer previsão. Agora, para trás, posso sempre andar e fazer análises. E então os senhores aparecem aqui com a taxa de execução, respectivamente, quarenta (40), cinquenta e três (53); trinta e três (33), trinta e nove por cento (39%). E nós aparecemos com cinquenta e dois (52) e quarenta e cinco (45). Depois, para não, não nos acusarem que fomos buscar o vosso orçamento inicial, nós metemos o nosso orçamento inicial de dois mil e dois (2002) e reportamos até noventa e oito (98) e os senhores aparecem com taxas respectivas de execução quarenta e sete (47), sessenta e um (61); trinta e oito (38), quarenta e seis (46) e nós sessenta e um (61) e cinquenta e dois (52). Eu, com isto, só quero dizer, pura e simplesmente para dismantelar essa história que está para aí a dizer da taxa de execução, não há dinamismo, não há isto, não há aquilo. Por amor de Deus. Em termos de execução, reflecte-se que temos uma execução mais alta e eu, particularmente, já disse até numa reunião de Câmara que isso das execuções, para mim, e foi logo na primeira, até na primeira, na primeira análise de contas quando tomámos posse, eu até fiz referência do género: "Se quiser ter uma taxa de execução muito elevada, então gasta-se o dinheiro". Agora, é preciso é saber onde é que ele se gasta, onde é que ele está gasto. Onde é que ele está gasto. Isso é que é, isso é que é ainda mais importante do que, propriamente, as taxas de execução. Isto é, propriamente, aquilo que eu, que eu vos queria dizer. Portanto, tenho aqui mais umas pequenas análises, mas não vos vou maçar muito mais e, de momento, fico por aqui. Obrigado.

O Membro Filipa Almeida : Só algumas notas, senhor Presidente. Tenho estado divertida a assistir a este debate sobre a conta de gerência e o relatório de actividades e estou muito tranquila deste lado, mas, se estivesse desse lado, não estava nada tranquila. Estaria mesmo muito preocupada porque, depois de tantas promessas, eu compreendo perfeitamente algumas ausências nesta Assembleia hoje. É que a minha mãe diz-me muita vez, muitas vezes uma coisa que os mais idosos dizem: "Não há nada que se pague tão depressa como a semente da língua". E, realmente, durante vários anos, ali sentada - mais ou menos, onde está o Vereador Artur - assisti a frases bombásticas, conselhos, obrigatoriedades - e eu digo

obrigatoriedades porque a CDU não tinha a maioria absoluta no último mandato e, portanto, o Partido Socialista mais o PSD até definiam e obrigavam-nos, às vezes, a redefinir os orçamentos - então assisti a tantos conselhos sobre o rigor, sobre o empolamento, sobre as megalomanias que agora esperaria outra coisa. E, quando eu digo que estou divertida - sinceramente sem nenhum desrespeito - diverte-me a forma como o senhor Presidente da Câmara justifica estas coisas porque eu utilizei muitas das expressões que ele utilizou hoje aqui e que já utilizou noutras Assembleias para justificar orçamentos mais altos do que a capacidade de realização. Exactamente como o senhor Presidente hoje já disse. Algumas acções, algumas obras, é preciso inscrevê-las porque pode até haver oportunidade de as fazer. Mas isso tanto é válido agora como era válido nos mandatos anteriores. Não passou a ser válido agora desde que o Partido Socialista está na Câmara. Portanto, estas coisas e, quando estamos aqui a assistir a tentativas de comparação e a tentativas de julgamento de contas de noventa e cinco (95), de noventa e seis (96), de noventa e oito (98), é bom nós compararmos com aquilo que uma força política diz agora e com isso, e com aquilo que a mesma força política dizia quando não tinha a responsabilidade de estar na Câmara. E o senhor Presidente da Câmara - isto é mesmo um aparte de uma coisa que me lembrei agora mesmo que o senhor Presidente disse - senhor Presidente da Câmara que, quando está calmo e tranquilo, como tem estado a maior parte desta Assembleia, eu gosto muito de o ouvir; mas, quando se começa a enervar, diz algumas coisas que depois, se ouvir as gravações, deve-se arrepender. De certeza que se arrepende. Então, a CDU estava na Câmara e queria acabar com o concelho? Ó senhor Presidente, esta é de mais. A CDU queria acabar com o concelho. O senhor era Presidente da Assembleia Municipal; o senhor deixava acabar com o concelho? Era Presidente da Assembleia Municipal, não se pode esquecer disso. Tinha responsabilidades. É que os eleitos não têm só responsabilidades quando estão em maioria. Nós estamos aqui cinco (5) da CDU, mas também temos responsabilidades. Sabemos que o nosso voto não vai alterar a votação da maioria desta Assembleia. Sabemos isso perfeitamente. Mas, quando abrimos a boca, temos responsabilidades perante a situação, perante a população. Os mil e quinhentos (1.500) eleitores que nos elegeram têm, a eles temos que lhe prestar contas, pelo menos a eles. Os senhores têm que prestar contas a muito mais. Mas estas coisas, às vezes, muda-se o tempo, "Mudam-se os tempos e mudam-se as vontades". Em relação ao trabalho técnico, não foi feito aqui nenhum reparo, nenhuma crítica. Foi dito por todos - Maioria e Oposição - que o trabalho está muito melhor. Tem algumas falhas, é natural, mas está muito melhor do que estava. Já me espanta que, da Bancada do Partido Socialista, haja um conselho, digamos, à Câmara para que entregue estes trabalhos a empresas porque não é rigoroso, isso foi dito há bocado pelo Rui Bacalhau. Há empresas que fazem, há empresas - isso foi dito - há empresas que fazem estas coisas com mais rigor. E a Câmara, o Presidente da Câmara já o reconheceu - todos nós o reconhecemos - que, de acordo com o POCAL, estas coisas têm que ser feitas assim. É muito papel, tudo bem. Se calhar, pode ser menos papel. Não sei se pode ser, não é a minha especialidade. Depois do levantamento que o doutor Luís Nascimento fez em relação a questões de números e análise dos números, não vou sequer acrescentar mais nada. Mas, em relação à realização política, eu convivi com um eleito do Partido Socialista na Câmara, num determinado mandato, que dizia que, uma coisa deste tipo: "Façam as alterações e as revisões orçamentais que quiserem. Gastem o dinheiro como entenderem porque, no fim do mandato, a população vai julgar se o gastaram bem ou mal". E, em relação às contas, o Tribunal de Contas também existe para julgar se as contas estão bem feitas, se estão correctas, se há desvios orçamentais, se há ilegalidades. Eu também lhe quero dizer que, em termos de desajuste, digamos, do não cumprimento de algumas regras legais com as quais não concordo, não é essa a minha grande preocupação. Agora, as obras e as realizações têm uma característica: ou se vêem ou não se vêem, ou se fazem ou não se fazem. E a população há-de saber, de julgar se elas existem ou se não existem. Porque às vezes até nem se vêem e existem, mas são poucas. Mas há uma coisa que me causa muita estranheza. Como é que não houve obra nos mandatos da CDU - porque agora ainda é muito fácil, ao fim de dois (2) anos de mandato, ao fim de dois anos e meio, sensivelmente, de mandato, dizer-se tudo o que, o que está mal, tudo o que não se faz é por culpa do que vinha de trás - como é que não houve obra nos mandatos da CDU, se os senhores, até agora, só têm continuado as obras que vinham do mandato anterior? Isso é que eu não entendo. Como é que, como é que não havia obras e como é que as continuaram? Porque isto também tem servido de desculpa. Isto também tem servido de desculpa: "Não fizemos mais, não fizemos outras coisas porque tivemos que continuar e era lógico e não sei o quê, que continuássemos as obras". Nós podíamos interromper. Então não houve, mas continuaram. Há aqui, há aqui contradições. Depois, em relação a realizações e até em relação a este relatório de actividades, há dias, um Camarada meu,

numa reunião da CDU dizia-me uma coisa deste tipo também: "Então como é que aquilo não há-de estar desequilibrado? Como é que a taxa de realização pode ser alta se, para além de todas aquelas que nós lá tínhamos, eles ainda meteram mais aquelas que queriam?". Portanto, aquilo já estava empolado, ainda ficou super empolado. O desajuste já era grande, ainda ficou muito mais desajustado. E, e o desajuste - e estou a falar de desajuste político, não estou a falar de questões técnicas - o desajuste político é tão grande, na minha opinião, que o relatório até tem frases no futuro. E eu lembro, estamos a falar, estamos a apreciar um relatório de actividade do ano de dois mil e três (2003). Mas há títulos neste relatório, como por exemplo este "Apostar decisivamente na Educação, Cultura e no Desporto será o nosso lema". Isto fica muito bem num programa eleitoral e fica muito bem até num plano de actividades ou num plano plurianual de actividades. Acho que não fica muito bem num relatório quando se está a avaliar o que foi feito e não aquilo que se vai fazer. Eu percebo que estes títulos faziam parte; eram os títulos, estes eram os títulos do plano. Estes eram os títulos do que se propunha. Não podem ser os títulos do relatório. Até porque isto ainda pode ser verdade: "Será o nosso lema" porque se escrevesse "Foi o nosso lema" estariam a mentir. Porque, na verdade, não apostaram na Cultura, nem na Educação, nem no Desporto. E, em relação a isto, o balanço político que fazemos é pouco mais do que zero.

O Presidente da Assembleia Municipal : Bom. Na defesa da honra dos ausentes, eu queria dar uma pequena justificação que é a seguinte: o membro Carlos Cabral encontra-se em serviço profissional em Angola. O membro Mário de Deus encontra-se em serviço em Moçambique, em serviço profissional, e o membro Jerónimo Cavaco tem o cunhado, se calhar, no meio de uma operação grave. Agora passava a palavra ao membro Luís Nascimento.

O Membro Luís Nascimento : Senhor Presidente, só meia dúzia de coisas, se calhar, não tanto, daquilo que disse. E antes um reparo, em primeiro lugar um reparo: é que, de facto, o PS insiste e volta a insistir em ir buscar o passado para esconder a incapacidade presente. Mas eu, eu aqui assim, até posso, até me atrevo a ir falar no futuro. Até me atrevo a falar no futuro que é o facto deste orçamento que foi feito para dois mil e três (2003) ter apresentado um valor global de dez milhões de euros (€10,000,000) e teve a execução que teve, que já vimos - sessenta por cento (60%), em termos globais - e, corroborando as preocupações do Deputado Rui Bacalhau, como é que será quando analisarmos as contas de dois mil e quatro, em que o orçamento, o orçamento tinha cerca de treze milhões de euros (€13,000,000)? Está mais empolado do que este está. E isto é tão mais grave, quanto o orçamento de dois mil, dois mil, dois mil e três já obrigava a cumprir regras do POCAL quer na determinação das receitas, quer na determinação das despesas. Portanto, houve para aí assim coisas que, de facto, eu falei em coelhos dentro da cartola; aliás, que estão expressos na informação financeira que fazem do mês de Março de dois mil e quatro (MAR/2004), mas depois veremos, isso veremos depois lá mais à frente. O senhor Presidente disse que o PPI teve uma execução baixa e que optaram em guardar as acções. Espero que também tenham guardado o dinheiro. Espero, sinceramente, que também tenham guardado o dinheiro para depois fazerem essas acções lá mais à frente. Quando falei nas estradas, alojamentos, etc., eu não referi nomes, senhor Presidente. O senhor Presidente é que se chamuscou, não sei porquê. Não acusei ninguém. Não disse que os senhores passeavam no carro, nos carros da Autarquia. Eu não falei em nada disso, senhor Presidente. Em relação aos balneários do campo de futebol, senhor Presidente, só para, isto parece a política do taberneiro falido. É, é claramente a política do taberneiro falido. Então, não há, não há futebol, não há jogadores de futebol, então não vale a pena - havendo já lá como houve - não vale a pena investir em melhorar os balneários. Porque assim é uma forma, se não há balneários, os jogadores deixam de procurar criar uma equipa. Isto é a política do taberneiro, do taberneiro falido, na minha, na minha perspectiva. O que é um facto - e os senhores não conseguem escamotear - é que a execução, a execução deste, deste orçamento foi extremamente baixa e o investimento foi extremamente baixo. Os senhores dizem que "Então a CDU também estava endividada. Tinha um milhão e duzentos mil contos (1.200.000\$00) de dívida" - dizem os senhores - "mas não tinham obra feita. A minha Companheira Filipa já deu um toque nessa matéria. Então os senhores estão a fazer obras que eram nossas, que foram iniciadas pela CDU. Quem é que começou os loteamentos municipais da Orada, da Nora, do Barro Branco, do Pisão, do Chalé? Quem é que iniciou? Quem é que iniciou os loteamentos, o loteamento industrial? Agora, de facto, se os senhores vêm muita obra vossa, eu não sei. Só se é rotundas da variante e de acesso à variante e a circular urbana que dá ligação à variante e é o alcatroamento aqui da saída para Elvas, não é? Senhor

Vereador Humberto, eu, de facto, eu gostaria que me explicasse, eu gostaria que me explicasse, sinceramente, onde é que, no PPI, está alguma verba de iluminação, no concelho. Onde é que está no PPI? Eu não encontrei. Sinceramente, não encontrei. Ajude-me, por favor. O senhor, de facto, é formado, é técnico de Gestão e a execução que vem a iluminação pública no PPI, quer para a vila de Borba, quer para a Orada, quer para Rio de Moinhos, é zero. É zero. Só se houve mais um problema informático, houve algum bug informático e as verbas que eram para ir, ser, em termos informáticos, colocadas nesta rubrica fugiram para outra. Certamente, pode ter sido uma coisa dessas. E ao vir para aqui comparar noventa e oito (98) e outros anos com, agora, dois mil e dois (2002) e dois mil, dois mil e três (2003), o senhor teve razão. De facto, é diferente. Muito diferente. É muito, é muito diferente. Até o próprio enquadramento legal era perfeitamente diferente e o senhor Vereador Serra já o disse. O próprio enquadramento legal era muito diferente. Não se pode estar aqui a comparar alhos com bugalhos, como é evidente, não é? E há aqui uma coisa que, de facto, eu discordo com o Vereador Serra. Ainda não discuti isto com ele, mas eu discordo com ele, sinceramente. Ele acha excessivo, ele acha excessivo dezoito (18) alterações orçamentais e uma (1), e uma revisão orçamental. Isto, na minha perspectiva, só demonstra, de facto, o empolamento que o orçamento teve porque tinha lá verbas à vontade onde poderiam ir buscar quando quisessem. A verdade é esta. Isto não revela, de facto, nenhum rigor orçamental. Antes pelo contrário. Era isto.

O Membro Rui Bacalhau : Queria usar da palavra para usar de alguns direitos de resposta, se assim posso dizer. Para o Vereador Serra da Silva, quando lhe disse que aprendeu Contabilidade depois de velho, era uma mera constatação, não era nenhuma ofensa. Eu sei que você agora já sabe algumas coisas de Contabilidade, eu sei disso. Aliás, das poucas vezes que troco impressões consigo, tenho já constatado que você já sabe. Era só uma constatação. Relativamente, relativamente ao plano anual, agradeço-te efectivamente o esclarecimento que me deste, está lá a coluna - sim senhora - do ano. Eu não tinha, ainda não tinha observado isso. De facto, agradeço-te essa, mas eu, antes de fazer aquela afirmação sobre o plano anual; antes, fiz uma exposição, em que defendia que o orçamento deveria ser rigoroso e o plano plurianual de investimentos, no próprio ano, devia ser mais, mais enquadrado com a realidade e não aquilo que se tem vindo a passar e que agora o Deputado Luís Nascimento acabou por me dar a razão que ele também concorda com aquilo que eu defendi há pouco. Mas, já agora, deixa-me lá só dizer: fui eu que defendi essa situação, mas pronto. Relativamente às comparações de dois mil e dois (2002), dois mil e três (2003), não faças confusão - Serra - com o de mil novecentos e noventa e cinco (1995). O mil, novecentos e noventa e cinco era uma comparação em termos de execução orçamental. É diferente, é diferente, tem lá calma. É diferente da comparação que eu te disse que não se podia fazer, era em termos de demonstração dos resultados e em termos de balanço. São duas coisas diferentes, Serra. Estás a ver? Às vezes, quando se aprende depois velho, depois falham os pormenores. É melhor teres uma formação fundamentada. É só para te dizer isto. Desculpa lá. Ora, não pode haver comparações orçamentais, senão eu vinha para aqui fazer, comparar, relativamente, o dois mil e dois (2002) com o dois mil e três (2003) e vinha para aqui a falar em resultados operacionais, resultados financeiros que isso importa. Eu recorde-me - e são palavras tuas - uma vez aqui, nesta Assembleia, que disseste o seguinte: "As Câmaras, as Autarquias todas deste país, no futuro, vão ser avaliadas pela sua performance em termos de indicadores de Gestão"; pelo rentings que depois vão ser atribuídos e isso para poderem captar endividamentos, ou seja, empréstimos no futuro. Obviamente que, neste momento, neste momento e como as contas aqui estão, o dois mil e dois (2002) com o dois mil e três (2003), ainda é difícil, ainda é difícil porque os critérios não foram, de certa forma, os mesmos de um ano e do outro. Foi só para esclarecer a tua breve confusão. Obviamente que te disse que aprendeste Contabilidade depois de velho, mas foi uma mera constatação. Foi só, eu não estou a dizer o contrário, não estou a dizer o contrário. Que tu sabes, eu já percebi. Relativamente à Deputada Filipa, também queria dizer porque, em política, nós temos que respeitar todas as pessoas. Que a doutora, que Deputada Filipa tenha uma opinião política, tenho que a respeitar como é óbvio. Assim como a minha, ela tem que respeitar a minha. Agora, vir para aqui a dizer inverdades, não pode dizer. Eu nunca disse nesta Assembleia, e tenho a certeza que ela, após a leitura da acta, me vai pedir desculpa porque fez uma afirmação que não é verdadeira. Eu não disse para virem para aqui empresas; disse que, nas empresas, não se pode fazer como se faz na Câmara. Nas empresas. É diferente. Agora, de qualquer das formas, eu sei que ela depois vai-me pedir desculpa. Aliás, não poderia esperar dela outra coisa. É muito mau, é muito mau estar aqui a invocar os ausentes, é muito

mau. Então, tenham opiniões políticas e, se ela diz que tem responsabilidades para mil e quinhentas e tal pessoas ou mil e oitocentas e tal pessoas; quando abre a boca, tem que ter responsabilidade. Tragam contributos para o futuro para a vila de Borba, em vez de virem para aqui só: "Sim", "Não"; "Sim", "Não". Tragam contributos, digam o que é que se pode fazer. Agradeçam, olhe, eu, como membro desta Assembleia do Partido Socialista, agradeço muito o vosso projecto para o jardim municipal, está bonito e que este Executivo o consiga fazer. Está bonito, foram vocês que fizeram o projecto, sim senhora. Que este Executivo faça porque é a Câmara Municipal de Borba, é Borba que vai beneficiar com isto. Não é nem a Deputada Filipa nem eu, mas é Borba. São os idosos, são as crianças e são as pessoas do activo que vão beneficiar com a realização do jardim. E mais, mais coisas dessas; tragam mais contributos desses, vem para aqui "Sim" e "Não"; "Sim" e "Não". E depois não há qualquer substracto neste tipo de intervenções. Por amor de Deus. Não tentem lavar - mais uma vez, lá venho eu com a mesma coisa - não tentem lavar os olhos das pessoas com areia ou algo parecido. Venham para aqui com política, tragam política, mas tragam política coerente. E agora, em resposta, eu não vou fazer comparações, tenho aqui vários mapas de indicadores de Gestão e tudo isso, mas - como disse há pouco - em termos de demonstração de resultados e volto a frisar, em termos de demonstração de resultados dois mil e dois (2002), dois mil e três (2003), não é comparável. Os critérios da Contabilidade não são os mesmos que se praticou de um ano para o outro. Portanto, vir para aqui falar que os resultados operacionais dois mil e dois e dois mil e três foram um bocadito melhores, que os resultados financeiros, de um ano e do outro, foram um bocadito melhores ou piores - na minha óptica - não é vantajoso nem traz valor acrescentado para a discussão. Se quisermos ter discussões políticas, muitas, muitas poderíamos ter. Em Borba efectivamente, vocês podem muito bem argumentar que não há obra, compete aos eleitos do Partido Socialista e ao Executivo dizer que há alguma obra. Há dias - eu provavelmente, se calhar, também tinha esse tipo de resposta - há dias, meteram-me aqui dentro de um autocarro e fui pelo concelho e vi, por exemplo, que na Orada, lá o loteamento está alcatroado, está arranjadinho, está calçetado; passei em muitos caminhos rurais. Se quer que lhe diga, era uma bandeira do partido, do Partido Social-Democrata, o PS apanhou-a e fez para aí caminhos rurais por todo lado. Portanto, vimos alguma obra. Agora, dizer que não há obra absolutamente nenhuma, também é um pouco incoerente. Os números - volto a dizer - os números destes dois (2) anos, são melhores que os outros, que os membros da CDU devem contribuir com projectos e com ideias para o avanço do concelho.

O Membro Moura Lopes : Nesta fase do campeonato já é um bocado complicado. Quase meia-noite, há uma certa, enfim, há uma certa repetição já de alguns argumentos, mas eu gostava de dizer o seguinte. Por vezes, ouço os debates da Assembleia da República e, às vezes, ouço o senhor Presidente da Assembleia da República chamar a atenção dos Deputados para a sua linguagem. Eu não posso deixar passar em claro e com desagrado - digamos - duas passagens do senhor Presidente da Câmara. Uma foi, uma já foi aqui dita, mas, vou repeti-la porque, enfim, não me parece que seja este o caminho que devemos seguir. O senhor Presidente disse: "Aqui há transparência". Quer dizer, nas outras Câmaras não há transparência. Eu penso que esta linguagem, devemos ter todos cuidado com ela. E a outra, é fazer uma afirmação que a CDU queria acabar com o concelho. Eu penso que isto é excessivo; penso que nós todos temos as nossas dificuldades; penso que devíamos todos ter alguma humildade e responder dentro da realidade. Naturalmente, e aqui tenho que dizer também, o confronto político é positivo é uma conquista do 25 de Abril; há trinta anos (30) estamos em Democracia, não devemos ter receio do confronto político. Mas, na minha opinião, a política e o confronto político tem uma ética, não podemos usar qualquer tipo de linguagem. Há uma linguagem própria; eu estou quase há vinte (20) anos aqui nesta Assembleia, que me diga o primeiro membro desta Assembleia se eu já o ofendi. Que me diga que eu estou disponível para lhe pedir desculpa e já são quase vinte anos. O que eu gostava de ouvir e eu estou a ver também com mágoa o senhor Vereador Humberto, está com os mesmos tiques dos velhos, está com os mesmos tiques dos velhos. Estou a dizer, digo-lhe isto com muita mágoa porque, repare, o que o senhor Vereador Humberto tem que dizer é que nos temos cem mil contos (100.000.000\$00) e precisamos de duzentos mil (200.000). Isso é que tem que dizer aqui a nós todos e à população, que não temos dinheiro e não, e temos execução zero (0) nisto porque não conseguimos lá chegar, isto é que tem que ser dito. Não é dizer que é uma coisa que me irrita profundamente é o PSD, o PSD dizer que a culpa é dos Socialistas e depois irrita-me aqui em Borba que os Socialistas dizem que a culpa é da CDU. Então e a culpa, agora a culpa é sempre dos outros, não é nossa? É que o PS, neste momento, é que tem o poder de decisão. Tem três (3) vereadores

em cinco (5), pode decidir. Agora, se não tem dinheiro, diga que não tem dinheiro, mas não ande a voltar as culpas constantemente para a CDU. Desculpem lá, mas eu tenho que dizer isto porque eu penso que andamos há dois (2) anos aqui com uma política parva. Esta é a minha opinião.

O Membro António Anselmo : Números são números e naturalmente que cada um interpreta-os como entender. Para mim, o problema grave de uma Câmara - seja ela aqui da CDU ou do PS ou seja de quem for - é a forma como são feitas as coisas. Conclusão: despesas e receitas têm que ser equilibradas, não há um ponto de equilíbrio em relação ao desempenho daquilo que se deve fazer. Não estou a tentar dizer que as Câmaras devem ser geridas como uma empresa privada, mas deveria haver a rentabilidade de uma empresa. As Câmaras nunca têm a hipótese, que têm é a execução orçamental ou execução de investimento. É evidente que, quando em dois mil e um (2001), o Partido Socialista toma conta da situação, propõe um plano plurianual de investimentos, na minha opinião, mais que justo para as necessidades das pessoas de Borba. É evidente que houve pouco dinheiro e é natural que o investimento tenha sido pouco ou, pelo menos, pouco conseguido. Nós, Bancada do Partido Socialista, assumimos isso. Assumimos e, como assumimos, soubemos pelo menos, tentar fazer com que determinadas prioridades fossem realizadas. É evidente que qualquer pessoa decente e normal segue o trabalho que vem detrás. Ninguém que vá para a política, seja quem vier a seguir, vai meter em causa o trabalho feito por essas pessoas, como o Partido Socialista meteu em causa o trabalho feito pela CDU. Agora, o que é que o Partido Socialista fez? Tentou aumentar o trabalho feito pela CDU, isso é que é importante. Como não há dinheiro - como disseram aqui há bocado e muito bem - caímos na mesma situação. A CDU dizia que a culpa era da Comissão de Coordenação do Alentejo. Neste momento, o Partido Socialista diz que a culpa é da Comissão de Desenvolvimento do Alentejo. É a mesma história. É, lamentavelmente, a mesma história. O Poder Central não tem respeito nenhum pelas Autarquias e nós perdemos aqui o tempo a discutir cinquenta por cento (50%) da execução, vinte e cinco por cento (25%), dez por cento (10%), cinco por cento (5%), não importa, e perdemos o tempo a discutir. O noventa e cinco (95) é importante em termos históricos, mas o importante é o dois mil e três (2003). Mas é importante que as pessoas da Oposição percebam que os que cá estão neste momento a comandar a Câmara de Borba saibam o que é que se passava antigamente, isso é importante que as pessoas saibam. Segunda situação, em relação à forma como as coisas são conduzidas, parece que muitas vezes é evidente que a Oposição tem que ter a opção dela e eu, se fosse Oposição, votaria contra, sempre - como diz o Rui Bacalhau - com postura, com objectivos e com proposta. Eu penso que, a pouco e pouco, estamos a conseguir isso, estamos a conseguir. Lamentavelmente, quando se discutem números, há sempre hipóteses de os escamotear de uma maneira e de outra maneira. Cada um tem a sua opção. Agora, há uma coisa que é fundamental e que toda a gente sabe, penso que para o próximo ano vai haver eleições e o povo, que não dorme e nem é estúpido, vai julgar as pessoas. É só isso.

O Presidente da Assembleia Municipal : Já vamos bastante adiantados, é cerca da meia-noite e, portanto, eu pedia que as próximas intervenções fossem sucintas e curtas para se passar, portanto, à votação. Dou a palavra ao senhor Presidente da Câmara, se faz favor.

O Presidente da Câmara Municipal : Muito obrigado. São só dois ou três comentários que me parecem importantes e dá-me a sensação que houve aqui alguns mal entendidos. Com esta resposta que vou dar, suponho que vou responder à Deputada Filipa e ao Deputado Moura Lopes. Quando eu disse que queria acabar com o concelho, naturalmente que era sentido figurado, obviamente, e veio na sequência de algum empolgamento que também faz falta em termos políticos. Às vezes, a gente empolga-se um bocadinho, mas eu não queria, é óbvio, é óbvio que vinha na sequência de quê? De uma série de projectos que agora quero candidatar e que o tempo das vacas gordas já acabou. É só isso que eu quis dizer. Ou seja, houve muitas oportunidades de se candidatar a todo a uma série de projectos que poderiam ser candidatados e não foram e agora tenho dificuldades em o fazer, mas vou fazê-lo. E por isso a taxa de endividamento há-de aumentar, oxalá, e oxalá nos aprovelem e aí é que está o problema. Depois, em relação àquilo que a Deputada Filipa disse, que há algumas frases que estão no futuro, é óbvio que eu tive - aliás, eu tive o cuidado de dizer isso - vou-me respigar, vou-vos respigar das GOP's, das Grandes Opções do Plano, exactamente como estavam no documento. É óbvio que, se podiam ter, ter alterado, mas eu não quis, não quis fazer isso propositadamente porque, poderia ter feito, mas não quis fazer exactamente para pegar

naquilo que dissemos, naquilo que propusemos e naquilo que achamos que já tínhamos feito, naturalmente que há coisas para fazer. Quanto ao Deputado Luís Nascimento, quando fala aí que o PS insiste em ir buscar o passado para justificar o presente e não sei quê. Em termos de deslocações e estadas, que a despesa tinha aumentado quatrocentos e vinte (420) não sei quantos por cento e eu, o que quero dizer é que, se eu tivesse, se nós tivéssemos considerado, por exemplo, vinte contos (20.000\$00) e, desses vinte contos, passássemos para oitenta contos (80.000\$00), para cem contos (100.000\$00), o aumento tinha sido quatrocentos por cento (400%) e não é nada. Foi o que eu quis dizer. E, naturalmente, que atrás disso, veio uma serie de coisas que às vezes me obrigam a dizer uma coisa óbvia. Depois, se não havia obras, como é que eles continuaram o jardim? E deixo isso, deixo isso, eu deixo isto para o Vereador Artur porque, é óbvio que, a CDU fez algumas obras, poucas. Infelizmente para Borba, infelizmente para Borba. E nem sequer falamos nas taxas de execução das poucas que iniciaram e nem sequer falamos naquilo que falta fazer daquelas que dizem que acabaram porque essas, então, temos muito para trabalhar. Em relação ao Deputado Moura Lopes, a questão da transparência, a questão da transparência. É óbvio que eu não estou a dizer que os outros, das outras Câmaras não são transparentes, naturalmente; até porque já alguém aqui disse - suponho eu que foi a Deputada Filipa que disse - que o Tribunal de Contas o julga. Eu, quando falo em transparência, o que eu quero dizer é que nós aqui neste documento, não há nenhuma Câmara que tenha este documento que está aqui. Não há nenhuma aqui na região. Aqui não há. Não há e tragam-mos para eu ver. Foi o que eu quis dizer com isto. Aqui escrevemos, aqui escrevemos, fomos humildes. Aquilo que errámos temos aqui escrito com objectivo de sempre se melhorar. E já agora, em relação àquilo que o senhor Presidente de Junta de São Bartolomeu disse, parece que não há diferença, mas há aqui uma grande diferença, em relação à questão dos fundos. É que eu disse só que a CCR Alentejo nos deve uma série de dinheiro. Não disse aquilo que o Partido, que a CDU dizia antigamente. : É que antigamente a CDU dizia que a CCR não pagava porque o Partido Socialista que lá estava não lhe dava o dinheiro.

O Vereador Artur Pombeiro: Ora, boa noite a todos. Vou tentar ser breve, senhor Presidente. No entanto, queria, de facto, prestar aqui alguns esclarecimentos e avivar, de facto, a memória do senhor doutor Luís Nascimento. O senhor doutor Luís Nascimento diz que, é que o senhor parece que está nervoso, vem interromper as pessoas quando iniciam, de facto, a intervenção. E eu queria, de facto, lembrar o senhor doutor que nós, efectivamente, pegámos em obras da CDU. Se calhar, o que o senhor doutor pretendia neste momento era ver as suas obras que começou, não acabadas porque, se calhar, isso estava espelhada à nossa incompetência aí porque nem sequer tínhamos capacidade de ter concluído as obras que a CDU, por exemplo, iniciou oito (8) dias antes das eleições na Parreira. Por exemplo, na véspera das eleições, deixando tuvenan nos Montes, em que nós concluímos os caminhos. Uma ETAR que se encontrava abandonada na Ribeira, que nós concluímos e está a funcionar tal, como está a questão da parreira com as ETAR's e com, e com o saneamento que os senhores acabaram. Não iniciámos ainda, mas vamos iniciar o saneamento da Tapada do Anjinho que os senhores, na última semana, foram lá enterrar tubos e estava prometido durante muitos anos. Nos loteamentos, com certeza que tivemos que prosseguir esse caminho; tínhamos que avançar com eles; era necessário; foram iniciados. Se calhar, há outros amanhã a vir a concluir obras do PS. Se calhar virão concluir porque o PS não vai parar e, para já, em projectos, vai bem embalado e nas obras, não é como o senhor doutor está a pensar. O jardim também é um projecto, mas iniciámos e vamos concluir, como todas as obras. Na Cerca que é um loteamento que os calcetamentos e a zona Norte da Cerca, por exemplo. Havia calcetamento e calcetamento para fazer a zonas da Cerca, está quase concluído. A Feira dos Santos, que retirámos daqui para fora e que os senhores, durante doze (12) anos, tentaram retirar e não retiraram. Fora de outras, muitos e muitos pequenos trabalhos, inclusive, muros particulares que nós temos arranjado; era uma promessa da CDU, sim senhor. Fala-se com as pessoas e nós arranjamos, é verdade. Se eram promessas que os senhores tinham feito, nós só temos uma obrigação: era uma promessa da CDU, é concluir isso. É um dever nosso ou de qualquer outra Câmara que venha na sequência de outras. Isto não é favores, é cumprir. Pronto. Fico por aqui.

O Vereador Serra Silva : Pronto. Eu tinha pensado não intervir, não intervir sobre estes pontos, até porque - não é pela hora - é porque, o ano passado por esta altura, quando me pediram para intervir sobre isto da Bancada da CDU, muitos membros da Bancada do PS disseram "Vamos transportar para aqui outra reunião de Câmara", mas penso que, como os outros Vereadores também usaram da palavra sobre este

ponto, que terei que fazer e terei que ter o mesmo direito. Efectivamente, são passados dois anos e meio de mandato. Em dois anos e meio de mandato é claro que tem que haver, tem que haver obra, não podemos dizer que não há obra, nem ninguém diz aqui que não há obra. Relativamente àquilo que era prometido, aquilo que se faz o balanço, é que é pouco relativamente àquilo que era os documentos provisionais e que foram apresentados e muito menos relativamente às propostas que foram apresentadas à população no acto eleitoral. Isso são críticas que se têm que fazer e que se devem fazer e que devem ser transpostas e que devem ser feitas nesta Assembleia Municipal que é para isso que ela existe. Agora, quando nós chegamos aqui e dizemos que, efectivamente, que agora o PS fica muito incomodado quando, quando a CDU diz que, que não há obra, mas esquecem-se que também, há quatro (4) anos atrás, estavam aqui a dizer que, que não havia obra e que a obra era insuficiente. Pronto, mas isto é o papel das Oposições e o papel das Maiorias. É evidente que a maioria do Partido Socialista tem que defender aqui a dama deles. É aquela execução que tem, foi aquela que conseguiu. Não conseguiu mais. Para nós, CDU, pensamos que ela é insuficiente e que, para a população de Borba, é prejudicial aos interesses da população. Quando se diz que o concelho está carente de muita coisa, pois está, mas deixou de estar carente de outras que foram feitas e, quando nós candidatámos, tivemos que fazer opções e a vida, aqui na Autarquia, era opções diárias. É opções diárias e o senhor Presidente sabe isso melhor que ninguém. Tanto que todos os dias, quando chega às reuniões de Câmara, diz assim: "Hoje trago aqui uma coisa que", que eu lhe pergunto, a si: "Isto está em PPI?"; "É claro que não está. Nunca ninguém sonhou isto, nunca ninguém pensou nisto, não tem orçamento, mas vai ali à reunião de Câmara". Vai ali, apareceu, entrou. Não era uma prioridade, mas se aquilo tiver candidatura, passa a ser uma prioridade, pronto. E as prioridades vão-se fazendo assim e é assim que o senhor Presidente as faz e não, não precisa de abanar a cabeça porque sabe bem, muito bem que é assim, tal como foi as Ervas Alimentares que não constavam no PPI. O mesmo se passa com as outras obras e o mesmo se passou com a CDU. Tinha, tinha muito boas intenções de fazer algumas coisas que não conseguiu candidatar porque, quando chegava a aprovação, o dinheiro não chegava para tudo e depois muitas vezes - se calhar, o senhor Presidente já foi confrontado também com quem decide na CCR - dizer assim: "Diga-me lá, das que cá tem, qual é que prefere que seja aprovada. Qual é a sua, qual é a sua prioridade para o concelho". E é nessa base que tem que decidir e depois vê umas aprovadas e outras não, que não passa muitas vezes para ser a primeira prioridade da Câmara. Depois dizer que continuaram as obras da CDU, mal seria que, que elas não continuassem. A Parreira, a Ribeira, o saneamento, a Feira dos Santos que foi mudada, mas que o parque de feiras está lá como, como a gente o vê, que foi feito à pressa para mudar a feira, mas nunca mais lá se mexeu. Teve uma sobrecarga de trabalhos ali que foram caros e a Câmara vai pagar por isso. Depois, também não posso ficar aqui calado quando ouço o senhor Presidente dizer que o perímetro urbano de Rio de Moinhos é responsável pela falta de equipamentos. Ó senhor Presidente, pode convencer toda a gente de Rio de Moinhos, pode convencer toda à gente desta Assembleia, o que eu lhe digo é que não é, não é o perímetro de Rio de Moinhos que não deixa fazer os equipamentos em Rio de Moinhos. Não faz de ladeira abaixo, nem de ladeira acima. Tem que fazer nos terrenos lá. O que não tem havido, por parte do senhor Presidente, é a mesma disponibilidade para comprar terrenos em Rio de Moinhos aos preços que os compra em Borba. E esse é que é o problema. O senhor, o senhor Presidente quer vender terrenos da Câmara caros e quer comprar baratos; acha os terrenos em Rio de Moinhos todos caros; compra em Borba a cento e vinte contos o metro quadrado (120.000\$00/m<sup>2</sup>) e não acha caro. Isso depois, a gente tem que, tem que ver essas questões. É que, por vezes, é preciso também haver vontade política para resolver os problemas. Quando não há, é porque a gente tem que arranjar uma desculpa. A desculpa do PDM dá muito jeito, mas vamos ver se, na revisão, se vai alargar os perímetros urbanos todos como pensa. Por exemplo, o do Barro Branco, já lhe disseram que não. Não, esse está no relatório da UNOR; já disse que não, não mexe no perímetro urbano do Barro Branco. A equipa é a mesma que está a fazer o PDM; aí já, nesse já não mexe. E nos outros, possivelmente, também não porque há muitos terrenos, dentro do interior de Rio de Moinhos, que podem ser aproveitados e podem ser valorizados. Têm, têm o seu valor. As pessoas pedem dinheiro, têm que o saber negociar. Agora, não podem andar a comprar terrenos aqui a cento e dez contos (110.000\$00) e a cento e vinte o metro quadrado (120.000\$00/m<sup>2</sup>) e depois querê-los dados em Rio de Moinhos. E, quando as pessoas começarem a saber e a ouvir os preços que está a pagar em Borba, de certeza que lá sobem também e, para isso, o PDM também os defende. Pronto. Também dizer que, relativamente àquelas comparações que foram aqui feitas, o doutor Luís Nascimento nunca saiu das comparações das questões orçamentais e tudo aquilo que ele comprou era orçamental. Quem quis

introduzir novos critérios foi o Rui Bacalhau. Mas, para lhe dizer que, em termos desta conta, o pior documento que esta conta tem é o balanço e esse balanço é impossível de comparar com qualquer coisa. Por isso, ninguém se metia a compará-lo.

O Membro António Paixão: Senhor Presidente, eu era só para também dar aqui algumas, algumas achegas a esta discussão. Não sei se a vai enriquecer, mas pelo menos, se calhar, trará alguma pouca luz, alguma pouca luz a este debate. Em relação aí às obras é preciso também que isto fique um bocadinho claro, todos nós que fazemos parte desta Assembleia, temos já de certeza absoluta esta noção, mas há pessoas que estão lá fora e às vezes podem não perceber, não se aperceber também de tudo isto. É que, sim senhor, agora aqui a discussão está na continuidade das obras iniciadas ou não pela CDU. É evidente que a CDU iniciou muitas obras - esteve cá doze (12) anos - iniciou muitas obras. Concluir é que concluiu bem poucas. É evidente que a Câmara, este Executivo Camarário, com o qual eu não estou satisfeito totalmente pelas razões bem sabidas também desta Assembleia, tem apenas dois (2) anos e seis (6) meses provavelmente, dois anos (2) e quatro (4) meses de Execução por isso também não podemos agora já exigir, já exigir, em dois anos e quatro meses, comparando os doze anos que a CDU também teve no Poder. É evidente, iniciou muitas obras, como nós também sabemos, e eu e o meu amigo Vereador Serra acompanhámos o início de algumas ali nos últimos três (3) meses do mandato deles que, depois, tiveram que ficar pendurados porque a ideia era só para ver se, deixa lá ver se lá vem mais uma virotada e tal. Em relação, em relação às ausências, em relação às ausências, também já foram aqui anotadas, eu também digo assim: é que, quando olho ali para aquele lado, fico deveras entristecido. Ninguém é mais que ninguém, mas entristece-me a falta do Vereador do João Proença, do doutor Joaquim Manguinhas, do doutor Joaquim Cardoso.

O Membro António Dias : Então, boa noite a todos. Era só para dizer aqui duas ou três coisinhas. Queria dizer, sobre a iluminação, não sei se, não me interessa muito que estejam aí zero (0) ou que estejam cinquenta (50). O que interessa é que realmente, vê-se melhor na Freguesia, tem outra dinâmica e vê-se. Referente aos caminhos rurais na área da Freguesia de Orada, também os melhoramentos foram muito significativos. A ETAR da Parreira também está concluída, que era uma necessidade das pessoas que lá vivem. Quanto à cultura, a Feira das Ervas é uma realidade e que, desde já, eu apelo para a sua participação por parte dos membros desta Assembleia de hoje a oito (8) dias. Agora, tenho muita esperança que o Polidesportivo seja, muito brevemente, remodelado; assim como outras obras necessárias e prometidas por esta Câmara. Muito obrigado.

O Membro Augusto Guégús: Eu só queria dizer uma coisinha ou duas, tendo também um bocadinho em consideração o Congresso da Associação Nacional de Municípios. Mesmo nesta matéria, em termos orçamentais, há reivindicações, há lutas para que - digamos - o orçamento seja apresentado noutros moldes. Eu não sou técnico, mas aquilo, enfim, a ideia com que fiquei é que se pretende acabar com a história das receitas correntes e as receitas de capital e, portanto, englobar de tudo isso no mesmo pacote. Portanto, num orçamento, há as despesas e há receita e, pronto, e não fazer esta distinção entre correntes e de capital. Porquê? Porque, de facto, há muitas despesas que aparecem como despesas correntes que acabam, muitas vezes, por ser despesas de investimento e não está claro. Portanto, eu não estou a pôr, a transportar isto, digamos assim, para a situação local - não é meu objectivo neste momento referir isso - mas é também dizer um bocadinho isso. Quer dizer, por vezes a Autarquia faz, realiza determinado tipo de obras e determinado tipo de trabalhos que depois tem alguma dificuldade - penso eu - em classificar em termos de despesa de capital ou despesa corrente. Pronto. Uma outra questão que me parece extremamente importante é aquilo que me parece que se tem que reivindicar mais é, de facto, maiores, mais meios. Não é só sobrecarregar, muitas vezes, as Autarquias com determinado tipo de responsabilidades. Portanto, há que haver um acompanhamento com os meios financeiros, de facto, significativos para fazer face a essas mesmas responsabilidades. Portanto, aqui penso que também há um caminho, de facto, muito longo a percorrer. Depois, queria dizer que também tenho algumas preocupações em relação, digamos, à execução orçamental. Eu penso que há que fazer um esforço e este Município deve fazer, de facto, um grande esforço na contenção das despesas. Há que fazer um esforço nesse sentido - penso eu - porque, de facto, estas taxas de execução não se compreende, de facto, estas taxas na despesa. Quer dizer, uma coisa tem que estar muitas vezes ajustada à outra e, portanto, tem que haver uma coisa

mais próxima. Quer dizer, a dimensão do Município - penso eu - tem que ser, tudo isto tem que ser reanalisado e avaliado. Quer dizer, nós não podemos estar a querer muitas vezes responder; A Autarquia penso que não tem capacidades para responder a determinado tipo de necessidades e de prioridades que o concelho tem. Isto é, em termos das despesas, quer dizer, acaba por ter um quadro de pessoal extremamente elevado e depois, digamos assim, as acções ficam um bocado aquém dessa mesma despesa. Isto em termos de orientações gerais e orientações de fundo, penso eu. Era só isso.

O Presidente da Assembleia Municipal : Portanto, finalmente, não há mais inscritos. Iríamos passar então à votação dos documentos de prestação de contas, referentes ao ano de dois mil e três (2003). Quem vota a favor da aprovação, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota a contra, faz favor de baixar o braço. Quem se abstém? Portanto, as contas estão aprovadas por maioria, com doze (12) votos a favor e cinco (5) votos contra.

O Membro Luís Nascimento: Declaração de voto (anexo 5)

O Presidente da Assembleia Municipal: Sim senhor. Portanto, agora eu propunha um intervalo de dez minutos e continuaríamos a Ordens de Trabalhos. Ainda temos mais cinco (5) pontos para tratar.

### **PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Aditamentos à Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para ao o ano de 2004.**

O Presidente da Assembleia Municipal: Entrávamos agora, então, no ponto três, três (3.3) - "Aditamento à Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o ano de dois mil e quatro (2004)". Passava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal : Bom, então, em relação às taxas, a alteração de tabela de taxas, aparecem aí duas (2), duas propostas: uma refere-se a descentralizações que foram feitas para a Câmara Municipal e que tem que ver com os postos de abastecimento de combustível; com instalação de armazenamento de combustível também, reservatórios, parques de garrafas de gás e apoio à fiscalização. Estas taxas vêm na sequência de um protocolo assinado com a AMDE e o ISQ e, têm um valor ligeiramente superior por causa das questões administrativas. Depois, propomos ainda a criação de mais umas taxas: uma que tem que ver com taxa por inspecção de veículos com transporte de produtos alimentares; taxa por inspecção de veículos que transportam animais e depois, em relação à remoção dos veículos abandonados da via pública que, antigamente, se referia apenas a viaturas ligeiras no artigo quarenta e dois (art.42) - por isso o artigo quarenta e dois diz que está incluído no artigo anterior - subdividimos em três pontos: o artigo quarenta e um (art.41) que era para viaturas ligeiras, remoção e recolha por dia; viaturas pesadas e máquinas, remoção e recolha por dia e outros equipamentos, remoção e recolha por dia. Portanto, isto, no fundo, é a tentativa de legalização de algumas coisas que nós já vamos fazendo e que queremos que esses serviços sejam pagos. E penso que, para já, é só.

O Presidente da Assembleia Municipal: Alguém quer usar da palavra? Como ninguém quer usar da palavra, vamos passar à votação. Quem vota a favor da proposta apresentada pela Câmara, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem se abstém? Quem vota contra? Portanto, está aprovado por unanimidade.

### **PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Regulamento de venda de lotes:**

a) Loteamento Habitacional de Nossa Senhora da Vitória - Barro Branco (alteração ao anexo A).

O Presidente da Assembleia Municipal: Vamos passar ao ponto três, quatro (3.4) - "O Regulamento da Venda de lotes". Ao ponto A - "Loteamento Habitacional de Nossa Senhora da Vitória, Barro Branco". Alteração ao anexo A. Passava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara : Pronto, esta alteração ao anexo tem que ver com a introdução de uma série de lotes que não tinham sido introduzidos quando da elaboração do anexo. Portanto, os critérios foram

exactamente os mesmos e é colocar neste anexo para, posteriormente, depois procedermos a hastas públicas dos lotes que não constavam do anexo. É apenas isso. Portanto, não tem nada de anormal.

O Presidente da Assembleia Municipal: Alguém quer usar da palavra? Passávamos à votação. Quem vota a favor deste aditamento, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado por unanimidade.

b) Loteamento da Zona Industrial da Cruz de Cristo - Borba (alteração ao anexo A).

O Presidente da Assembleia Municipal: Ponto B - "Loteamento da Zona Industrial da Cruz de Cristo". Alteração ao anexo A. Passava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara : Isto é exactamente a mesma situação anterior, só que aplicada a dois (2) lotes da zona industrial que nos vão levantar, sobretudo na época de Inverno, ou nos poderão levantar, na época de Inverno, problemas muito complicados que são aqueles que estão entre a BIQUIMAR e aquele pavilhão que foi feito agora para a AGNIPAPPEL e que, portanto, está um dos Bombeiros também e que depois, portanto, chovendo, aquilo não tem escoamento. Portanto, é urgente a gente, de facto, tentarmos vender estes lotes porque isso vai-nos trazer complicações em termos de Inverno não só para a AGNIPAPPEL, bem como para as outras oficinas que estão na parte de trás; aquelas dos alumínio e dos electricistas. Daí que, como não constavam do anexo, portanto, nós colocámos estes dois (2) lotes aqui para procedermos à sua venda.

O Presidente da Assembleia Municipal: Alguém quer falar sobre este assunto? Passamos à votação. Quem vota a favor da alteração do anexo, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovado por unanimidade.

Pa cora? Quem se abstém? Está aprovado por unanimidade

**PONTO TRÊS PONTO CINCO: Aquisição de parcela de terreno.**

O Presidente da Assembleia Municipal: Passamos ao ponto três, cinco (3.5) - "Aquisição de Parcela de Terreno". Este ponto não tem votação, é ponto de informação.

O presidente da Câmara : Sim, sim.

O Presidente da Assembleia Municipal: E o ponto três, seis (3.6) - "Alienação de Parcela de Terreno", pode ser também tratado conjuntamente.

O Presidente da Câmara : Pronto. Efectivamente, estes dois pontos, não tinham que vir à Assembleia Municipal, mas nós entendemos que eram pontos, enfim, com alguma importância e que achámos que deviam, que devíamos, pelos menos, trazer aqui para serem apreciados. Portanto, prende-se com a futura construção do Centro de Saúde e, portanto, acontece - como sabem - a verba está inscrita em PIDAC e a questão foi-nos colocada nestes moldes: se, isto é assim, portanto, estava previsto a construção, até - salvo erro - Julho ou Agosto do ano passado; Agosto, talvez, do ano passado, estava previsto que o terreno fosse adquirido pelo Património do Estado. A partir dessa data, recebemos informação - quando a senhora Ministra das Finanças, provavelmente, começou a apertar o cinto e a encolher os cordões à bolsa - a situação que nos foi colocada foi nestes moldes: ou se arranja um terreno em Borba gratuitamente para se construir o Centro de Saúde ou, se não se arranja um terreno gratuitamente em Borba, nós não construímos o Centro de Saúde e poderá ser deslocado para outra localidade e neste momento há uma competição muito grande entre Borba e Vila Viçosa. Há uma pressão muito grande em Vila Viçosa no sentido da construção do Centro de Saúde onde também parece que há um terreno oferecido e que - salvo erro - não consta em PIDAC porque o Centro de Saúde de Borba foi considerado prioritário pelas razões que já foram aqui faladas há bocado no período antes da Ordem do Dia. Portanto, perante esta situação, embora nós, a nossa posição seja de que é injusto. É injusto e, claro que aqui, como diz o povo "Seríamos presos por ter cão e presos por o não ter". Ou seja, se nós não oferecermos o terreno, o Centro de Saúde

não é construído. Se oferecermos o terreno, estamos a dar dinheiro da Autarquia e que podia ser aplicado noutros investimentos para disponibilizar um terreno para uma obra que é da responsabilidade do Governo. Nós tomámos a posição de, enfim, adquirir o terreno e alienar o terreno. Claro que com as críticas naturais que nos possam ser feitas, mas não queremos, de forma nenhuma, que alguma vez se diga que foi porque a Câmara de Borba não disponibilizou o terreno que o Centro de Saúde não se construiu. Portanto, e, a partir deste momento, a nossa decisão vai no sentido de que, no prazo máximo de dois (2) anos, se iniciem as obras. No prazo máximo de dois anos. Portanto, ou seja, a promessa que havia era que, este ano, executavam ainda o projecto. Parece que o projecto, segundo dizem, é um projecto-tipo, um projecto já existente e que esse projecto, portanto, iniciar-se-ia - pelo menos, segundo informação que, que nos foi dada - ainda dentro do próximo ano. Enfim, foi esta a decisão que nós tomámos e que, como nos parece que é uma decisão que nos parece importante, que se relacionava com um problema que se vinha arrastando há muitos anos e que é um problema que é grave porque, como se sabe, o Centro de Saúde de Borba não tem as mínimas condições de trabalho e, portanto, isto quer dizer que nós tomámos, pensamos ter tomado, achamos que tomámos a melhor decisão; embora saibamos que, obviamente, não é pelo facto de existir o Centro de Saúde que o número de médicos irá aumentar. Portanto, isso aí poder-se-á, poderá é contribuir, se as instalações forem melhores, para que as pessoas possam ter mais apetência por vir cá e por trabalhar lá. E fico por aqui, para já.

O Membro Filipa Almeida : Bom, isto, a política faz-se disto mesmo, de opções - como já alguém hoje disse aqui - de opções por umas coisas e não opções por outras. Esta não é uma competência da Assembleia Municipal e, portanto, não se trata aqui de definir posições de votação como vem na Ordem de Trabalhos e como vem na minuta da Câmara. É uma apreciação, uma informação da Câmara e uma apreciação sobre este assunto e o mais fácil, o chamado "politicamente mais correcto" e eu diria o "popularmente mais correcto" é a Câmara oferecer e nós todos nos congratularmos com isso. Sabemos todos que isto não é o mais correcto. Sabemos todos - e os que por cá passaram, na Câmara, sabem ainda melhor - que o Poder Central faz estas pressões e estas chantagens - porque se trata de chantagem - "Só construímos se nos derem o terreno. Só construímos se" - vem a seguir - "nos derem o projecto", isso parece que não porque o projecto é um projecto-tipo. Mas depois os projectos-tipo, os projectos-tipo têm tantos problemas de implantação. "Só construímos se nos fizerem os arranjos exteriores. Só construímos se", etc., etc., etc.. Essas tentativas não são novas. Nos mandatos anteriores e com Governos anteriores também, houve sempre, houve sempre, não é de agora, não é de, de nenhuma força política. Houve sempre tentativas de que as Autarquias se substituíssem às responsabilidades do Poder Central. Eu tenho muitas dúvidas de que esta decisão da Câmara de realizar esta despesa de, de cerca de dezassete mil contos (17.000.000\$00), tenho muitas dúvidas que esta decisão da Câmara sirva para alguma coisa. Estou muito pessimista e muito céptica relativamente à intenção do Ministério da Saúde de construir o Centro de Saúde, um Centro de Saúde novo em Borba e - como, e como disse o senhor Presidente - não é o Centro de Saúde que vai resolver os problemas da falta de médicos; da falta de pessoal especializado; da, enfim, da desgraça que são estes nossos Serviços de Saúde. Acresce-se a isto uma outra coisa que foi falada muitas vezes com os técnicos, com os representantes da ARS em reuniões sobre este mesmo assunto, no mandato anterior, acresce-se uma possibilidade, que todos os organismos do Estado têm, de expropriar terrenos quando estão enquadrados em planeamento em vigor para realizar, para concretizar estes equipamentos. O Ministério da Saúde e a ARS sabem, desde há muito tempo - sempre souberam - que podiam expropriar qualquer terreno em Borba. O Centro de Saúde tem, desde há muito tempo, uma localização definida no plano de urbanização - na minha opinião - uma localização muito melhor do que aquela agora, enfim, tornada realidade pela compra que a Câmara fez. Não sei se fez se vai fazer, mas pela compra que a Câmara já aprovou. O Centro de Saúde localizado, no plano de urbanização, ficaria situado na zona da Cerca, próximo do Mercado Municipal, mais ou menos frontal - assim grosso modo - numa zona muito mais central da vila, tendo em conta o tipo da maioria dos nossos utentes. São pessoas, a maioria dos utentes do Centro de Saúde são pessoas idosas; com dificuldades de locomoção; fragilizadas pela doença; com necessidade, infelizmente, pelos processos que continuam arcaicos - continuam a existir marcação de consultas - com necessidade de estarem muito tempo à espera e, portanto, a localização de um equipamento desta natureza é - na minha opinião - mais importante ainda do que é a do Infantário onde a maior parte das pessoas até vão de carro levar e buscar as crianças. O Centro de Saúde ganharia muito em ficar situado na zona onde está definido no plano de urbanização. Na minha opinião, fica,

ganharia muito; a população de Borba ganharia muito com a anterior localização e não ganha tanto com esta localização numa zona mais, digamos, mais numa ponta da vila relativamente ao resto, embora estejamos numa terra pequena. Mas, quando há dificuldades de locomoção, as distâncias são todas significativas e são todas maiores. Por todas estas razões, mas principalmente porque não compete às Autarquias e já falámos hoje muito de verbas; de, de falta das mesmas; de dificuldades dos concelhos do interior; de dificuldades dos concelhos pequenos; de necessidade de endividamento da Câmara. Principalmente por estas razões, não compete às Autarquias substituir-se ao Poder Central. Não é justo; não é lógico; os autarcas, se calhar, estão todos de acordo. Provavelmente, o senhor Presidente votou na Associação Nacional de Municípios um documento contra isto que acabou de fazer; contra isto que os eleitos da maioria fizeram. Não é justo. Eu percebo quando diz: "Não podemos ser acusados de não ter contribuído". Percebo, percebo, mas não concordo. E esta não é uma discussão entre forças políticas ou partidárias. Esta é uma discussão que atravessa todas as forças políticas porque compreendemos que as pressões são sobre a Câmara do Partido Socialista, como são sobre as Câmaras da CDU, como são sobre as Câmaras do PSD. Agora, perante as dificuldades financeiras e perante as possibilidades que o Estado tem até de expropriar e eu recorde-me que, quando estava na Câmara, aquilo que a ARS dizia, a dificuldade que apresentavam não era de comprar, nunca disseram que não queriam comprar, naquela altura. Disseram que compravam, o problema que punham era que os proprietários dos terrenos onde o Centro de Saúde deveria ficar colocado, pediam muito dinheiro. Era verdade, mas o Estado, a ARS podia expropriar. Não o fez porque não quiseram. O Ministério da Saúde não o fez porque não quis. E agora arranjaram mais uma maneira de dizer: "Só fazemos se a Câmara oferecer o terreno". Perante os factos consumados, eu digo-vos: esperemos que o Centro de Saúde se construa. Lamento que seja naquela ponta da vila. Esperemos que se construa e esperemos também que a Câmara não tenha que pôr muito mais linhas de casa do que aquelas que já pôs. Porque é assim, com estes passinhos, que nós vamos fazendo aquilo que os outros não fazem e, para fazer aquilo que os outros não fazem, não podemos fazer tudo aquilo que nós deveríamos fazer.

O Membro Rui Bacalhau : Queria começar por enaltecer a coragem política desta Câmara em resolver este grave problema que é, efectivamente, o Centro de Saúde e, de facto, aqui já não estando de acordo, mas colaboro com algumas ideias que a Deputada Filipa levantou e aqui já estamos a discutir política. São princípios que a Bancada do CDU ou, neste caso, a Deputada Filipa defende e que nós temos um outro tipo de ideias e, por isso mesmo, a Câmara avançou para este, para esta aquisição deste terreno. Queria dizer que construção desta infra-estrutura, que é de veras importante para Borba, é assim o princípio da resolução deste grave problema que - o senhor Presidente disse e bem - não é suficiente porque depois há que atrair os médicos que, sem os médicos e sem todos esses equipamentos, não há possibilidades de resolver o problema da população, mas que a infra-estrutura, em si, é já um princípio para a resolução desse mesmo problema que, portanto, que abrange a nossa terra. O problema da localização, sim senhora. Eu, por acaso, tenho um, tenho um ponto de vista, relativamente a estes equipamentos, completamente diferente daqueles que a Deputada Filipa apresentou. Para mim, as infra-estruturas devem-se localizar sempre na periferia da vila. Isto é, se o argumento foi a população idosa, olhe, neste caso, nem é aplicável porque a população idosa, em grande maioria - lá está o Lar e outros equipamentos que lá estão a ser construídos - é onde se encontra. Se o argumento for, é de estar um pouco longe do centro. Aí já é válido, efectivamente, mas também leva a que a vila vá crescendo e a vila não fique da forma como estava a ficar, em que a construção de certos equipamentos no centro da vila só inviabilizava a dinamização e o desenvolvimento da nossa vila. Fixando a minha opinião sobre a própria localização, só gostava de saber: li aqui na acta da reunião de Câmara que os Vereadores da CDU votaram contra e apresentaram uma declaração de voto. É possível ter conhecimento desta declaração de voto? Como? Não, não, a declaração de voto da reunião de Câmara. Eu pergunto se é possível. Pelo menos, a Assembleia toma conhecimento do porquê do sentido do voto.

O Presidente da Assembleia Municipal : Essa acta ainda não foi recebida. Não foi, não foi aprovada; não foi assinada. Só vem para a Assembleia depois de assinada .

O Membro Rui Bacalhau : E se os Vereadores da CDU quiserem dar o sentido - também verbalmente o podem fazer - ficava, ficava agradecido. Se não forem, pronto. Também, mais tarde, vamos ter

conhecimento dela.

O Membro Filipa Almeida: Eu quando disse deveria, deveria estar aí, não é a acta. Tal como a minuta veio para a Assembleia Municipal e a minuta refere que houve declaração de voto dos Vereadores da CDU, a declaração de voto deveria vir também.

O Presidente da Câmara : Senhor Presidente, se me permite. É que a declaração de voto foi apresentada verbalmente na sexta-feira passada e, portanto, tinha que ser passada a escrito, mas o Vereador Serra, com certeza, que deve ter ainda na cabeça a declaração de voto e, com certeza, que não se importará de dizer o que é que disse.

O Vereador Serra Silva : Primeiro que tudo, primeiro que tudo, dizer por que é que a declaração foi verbal e não escrita; que é normal nas reuniões de Câmara entregar sempre declarações escritas quando as apresento. Estes dois (2) pontos não constavam da Ordem de Trabalhos. Foram incluídos, nesse mesmo dia, durante a manhã e, de maneira que, já nem deu para preparar, nem sequer para concertar posições sobre o posicionamento. Mas as questões foram questões de princípio que levaram à votação contra esta proposta, no fundo, porquê? Primeiro porque penso que há aqui mistura de competências e essas misturas de competências, nós, no Poder Local, não deveríamos aceitá-las, pelo menos, de ânimo leve e deveríamos, pelo menos, e aquilo que disse ao senhor Presidente é: nós até podemos comprar o terreno, mas temos que denunciar. Temos que denunciar que comprámos o terreno para o Centro de Saúde; se quisemos o Centro de Saúde em Borba ter que ser com o terreno da Câmara. Isto tem que ser denunciado porque a competência é do Poder Central, não é da Câmara Municipal. Então, a primeira grande questão foi essa. A segunda é porque há um conjunto de acórdãos em que consideram ilegal a cedência de terrenos do património da Autarquia para património do Poder Central. Há uma série de acórdãos desses e a Associação de Municípios tem e pode facultá-los. Por isso também uma questão de legalidade. A terceira prendia-se com a mudança de opção também da ARS em que, primeiro, estava disponível para comprar e depois começou a recuar e foi para a cedência. A cedência custa dinheiro, custa dinheiro à Autarquia de Borba - como tinha dito - faz parte das prioridades. Se considera aquela como prioridade e comprou por dezassete mil e quinhentos contos (17.500.000\$00) o terreno; vai doar dezassete mil, dezassete mil e quinhentos contos à ARS para que se faça o Centro de Saúde sem garantias que ele se possa fazer ou não. Na proposta que o Executivo tinha, ainda acrescentei que devia ser considerado um prazo de construção e que, os dois (2) anos foi uma proposta minha para incluir, para ver se havia alguma garantia com o medo de perderem a posse do terreno. Houve uma proposta que tivesse um prazo para que, efectivamente, se construísse. Agora, dizer também que, quando eu apresentei estes argumentos na Câmara, o senhor Presidente teve a mesma posição que teve hoje e disse-me assim: "Se eu estivesse desse lado, tinha feito a mesma intervenção e tinha decidido da mesma forma. Mas, como estou no Poder, não posso ficar com o ónus de ser acusado de não ter resolvido esse problema". Não. Não são confidências. São coisas públicas, são coisas públicas. Então é para que se perceba assim: se calhar, se calhar, não há aqui, por parte do Vereador Joaquim Serra - e se era essa a tentativa - nenhuma má vontade contra o Centro de Saúde ou contra que se construa o Centro de Saúde. Antes pelo contrário. Até houve empenhamento, em diversas alturas, para que ele se fizesse e continua a haver. Agora, o que eu me parece é que nós não podemos continuar com estas questões de que, se queremos os equipamentos, então temos que ceder os terrenos. Há competências distribuídas. Em Rio de Moinhos querem um polidesportivo. É da competência da Câmara; tem que ser a Câmara a fazê-lo. Não pode lá ir ao Instituto do Desporto e dizer assim: "Olhe, dêem-me cá o dinheiro para eu fazer um polidesportivo em Rio de Moinhos". Tem que o fazer. E é, quando nós estamos a fazer estas prioridades, se vamos fazer o Centro de Saúde, de certeza, ou se vamos doar o terreno do Centro de Saúde, de certeza que outras coisas ficam para trás porque - como dissemos - o dinheiro não estica nem encolhe e é mais uma opção daquelas que também não estava no PPI e que o senhor Presidente vai ter que resolver porque, efectivamente, para o pagar, apesar dele ter um prazo assim dilatado para o pagamento; como quem diz, pode ser que se pague ou não pague e o negócio pode voltar para trás, que vai para além deste mandato, não é? Não negociou bem. Negociou para além deste mandato. Isso é uma questão e até me parece que, por ele não estar em PPI, por ele não estar em PPI e por ser como encargo, para além deste mandato, que sobre isto, se calhar, até a Assembleia deveria ter que se pronunciar. Mas é uma questão que tinha que se decidir.

O Membro Moura Lopes : Isto, como o Vereador Serra disse - isto é uma questão de opções e, digamos, a Saúde é uma questão cara a todos nós. Agora, eu tenho que manifestar aqui a minha opinião. Eu não acredito que este Governo vá construir o Centro de Saúde em Borba. Eu não acredito. Portanto, vamos andar enrolados aí mais uma série de tempo, pronto. Eu até dava de barato aí algumas questões, mas eu não acredito que eles vão fazer o Centro de Saúde cá em Borba, nestes anos mais próximos. Ainda há-de ser outro Governo, possivelmente, outro Governo é capaz de o fazer. Este não vai fazer, de certeza.

O Presidente da Assembleia Municipal : Mais alguém quer usar da palavra? Portanto, passamos ao ponto seguinte.

### **PONTO TRÊS PONTO SEIS: Alienação de parcela de terreno.**

Este ponto foi tratado no ponto anterior.

### **PONTO TRÊS PONTO SETE: Apreciação sobre as Actividades da Câmara Municipal .....e da sua Situação Financeira**

O Presidente da Assembleia Municipal : Passo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara : De facto, a capacidade de endividamento aparece aí espelhada. Neste momento, é pouca, segundo este documento que aqui está. Aliás, há uma dúvida que eu tenho que isto que aqui está não corresponda à informação que foi recebida do Governo, relativamente ao dinheiro que nós podemos investir; é uma consulta que se está a fazer. Em termos de montante de encargos prestados e não pagos, portanto, vai ao, um milhão de euros (€1.000.000) com, aliás, isso já, suponho que já tinha sido referido aqui. Portanto, há que reter - como disse aqui - há uma série de dinheiro que estamos para receber e que se espera vir a resolver parcialmente o que aqui está. E, em relação à execução orçamental, portanto, verifica-se que, em relação ao orçamento mensal, uma execução de sessenta por cento (60%) nas receitas e cinquenta e quatro (54) nas despesas e que, aliás, aparece aí espelhada nos quadros. Quanto às actividades da Câmara Municipal e principalmente, em relação aos meus pelouros, portanto, além da actividade normal de gestão de Autarquia, respigo aqui alguns que me parecem mais importantes: um que tem que ver com a possibilidade que temos de avançar com o Plano de Prevenção e Combate à Toxicodependência, que vamos tentar avançar para ver se, quando abrirem as candidaturas, já temos o projecto pronto. Depois também o convite, aliás, a participação com a AMDE numa reunião da Junta da Estremadura no programa PANECSAL que tem em vista a gestão do território e do qual a Câmara de Borba já foi convidada para, em conjunto com a CCR; com a Junta da Estremadura; com uma empresa, portanto, fazer uma candidatura futura ao INTERREG que permitirá que a Câmara de Borba seja pioneira na aplicação de uma ferramenta informática espanhola de gestão urbanística do território e que poderá ser também estendida a planos regionais. Portanto, penso que poderá ser, isto pode ter sido o princípio para que Borba, de facto, venha a estar, em termos de instrumentos de gestão do território ao nível informático, relativamente acima dos restantes concelhos, até porque vai servir de projecto-piloto porque pretendem uma Câmara que tenha um PU em eficácia - que é o PU de Borba - e que tenha também a necessidade de fazer um PU mais pequeno e foi escolhido Rio de Moinhos para ser feito. Depois também uma audiência com o senhor Ministro da Cultura e o Pároco de Borba onde foram tratados vários aspectos relacionados com o Museu das Profissões, com o Museu de Arte Sacra, com a criação de um auditório e também com a questão da Biblioteca Municipal e Cine Teatro. Portanto, naturalmente que o Pároco não tem que ver com estes dois (2) últimos, não é? Mas, portanto, a ideia foi tentar encontrar, tentar rentabilizar outros espaços que nós temos e que temos possibilidade de avançar com este tipo de equipamentos para o concelho. Também a audiência com o senhor Secretário de Estado da Justiça sobre a obra do notariado; tal como uma reunião com os serviços de notariado com o senhor Director-geral porque - como sabem - os cartórios notariais estão a ser privatizados e, portanto, a obra ainda não avançou nesta parte interiores porque havia necessidade de fazer uma alteração ao projecto para permitir que o futuro notário arrende uma parte ou até, inclusivamente, possa comprar. E, portanto, houve que fazer estas reuniões para chegarmos a algumas conclusões e para se fazer algumas alterações ao projecto. Depois houve uma reunião também na CCDRA sobre a AIZM, questões da AIZM e, portanto, em termos práticos, como é que se podiam queimar etapas para que, se fosse possível, elaborar projectos enquadráveis dentro da

AIBT, portanto, Área de Intervenção de Base Territorial. Depois também a participação do FAME, que é já, aliás, o lançamento do FAME que já falámos, que já falámos há bocado. Também, e isto é a prova de que nós não temos andado parado relativamente àquelas situações de Rio de Moinhos. Aliás, temos tido - e o senhor Presidente da Junta sabe isso desde o princípio - Rio de Moinhos tem sido uma das terras, neste caso, principalmente da sede de Freguesia, onde nós mais nos temos esforçado no sentido de resolver problemas que lá existem. E essa reunião que aí está com a dona Maria José Tavares foi, exactamente, com o objectivo de tentar resolver toda uma série de problemas que se relacionam com a Praça de Touros; com o jardim; com o terreno para o polidesportivo junto à comissão de festas. Portanto, há aqui uma série de assuntos que têm que ser tratados ao mesmo tempo e que temos estado a trabalhar para ver se conseguimos, de uma vez só, com a ajuda de amigos, de amigos que pretendem que, em termos legais, se consiga dar a volta a esta situação. E para já, é só.

O Vereador Artur Pombeiro: Pronto. Em relação aos meus pelouros, eu só queria, de facto, realçar alguns pontos, pois estar a repetir o que aqui está escrito e que os senhores já leram, penso que é, de facto, maçudo. Queria, de facto, realçar aqui uma questão que foi, de facto, conseguimos hoje, e já quase à hora da Assembleia estar a decorrer, que o abastecimento de água a Rio de Moinhos se fizesse, de facto, em condições. Portanto, quando eu saí de Rio de Moinhos para aqui para a Assembleia, nomeadamente aquela zona do Pisão e da Tapada, já se encontrava, de facto, com pressão e, segundo informação dos moradores - que alguns já lá mora há bastantes anos - que nunca, ainda nunca tinham tido a pressão com que estava a chegar a água naquele momento. Portanto, pensamos que é uma satisfação para nós porque foi uma semana intensa de trabalho e até com algum trabalho extraordinário que tivemos em Rio de Moinhos para que, de facto, se repusesse uma situação bastante complicada que é a falta de água nas torneiras. E, pronto, que os Executivos, às vezes, não têm culpa, os trabalhadores também não, mas que as pessoas exigem e com muito direito a isso. Portanto, fica aqui esta informação e, e queria apenas frisar: aqui onde se lê calcetamentos do Bairro do Pisão, é calcetamentos no Bairro do Pisão e Rua das Flores. Colocar-me-ia então à disposição dos senhores Deputados para qualquer pergunta que queiram colocar.

O Vereador Humberto Ratado : Portanto, eu também não vou ser muito longo até porque tudo está aí tudo escrito, mas só realçar, portanto, o apoio que estamos a dar, efectivamente, à Liga Portuguesa Contra o Cancro da Mama, acho que é importante, portanto, fazer chegar às pessoas que são convocadas por, fazê-las chegar, então, ao posto móvel que está situado no parque de viaturas dos Bombeiros. Ficando da nossa responsabilidade, é muito importante para a prevenção e até detecção de determinados casos que possam vir a ocorrer. E, entretanto, chamar também a atenção aí relativamente a uma reunião que já tive com a DREA, nomeadamente com o arquitecto Couto relativamente a projectos de intervenção nas Escolas Primárias. Diz aí Santiago e Nora porque, efectivamente, são aquelas com que se deu prioridade de se avançar em termos de projecto e, então, por duas (2) razões: uma razão é porque pretendemos que num dos edifícios que está devoluto - digamos, entre aspas - que não tem ocupação neste momento, na parte do rés-do-chão seja instalada então a Pré-primária que, neste momento, funciona no edifício da cantina e aí ficamos com duas salas totalmente preparadas. Portanto, era nosso objectivo, temos esta, esta intervenção já para o próximo ano lectivo, digamos, realizada. E a outra, na Nora, compreende-se, nomeadamente com a construção do edifício polivalente que vai ter uma pequena copa para proporcionar à comunidade escolar daquela freguesia a alimentação. Portanto, vai ter uma copa; depois, no funcionamento, fora do funcionamento das refeições, funciona como um espaço de desenvolvimento de outras actividades. Nomeadamente, poderá ter computadores, poderá ter um espaço de leitura, portanto, é esse o objectivo. Além, evidentemente, além de todo o arranjo exterior: das infra-estruturas; da iluminação; do aquecimento; da electricidade que vai constar aqui. As outras escolas não estão esquecidas. Portanto, isto foi só a questão de prioridade por causa destas questões porque podemos, efectivamente, na Orada, no próximo ano lectivo - se tudo correr bem - Nora e Barro Branco estamos em condições, espero eu de estarmos em condições de poder fornecer alimentação aos miúdos nestes três (3) pontos que é onde faltam. Na Orada, como é que pretendemos fazê-lo? Pretendemos fazê-lo através da Santa Casa de Misericórdia, através da cozinha que vai ser inaugurada em breve do polo, de apoio domiciliário e, portanto, é através daí que pretendemos, efectivamente, chegar lá, através de um protocolo que se há-de fazer e parece-nos bastante importante esta questão da alimentação de todos os miúdos até porque, se olharmos bem, há uma certa discriminação. Quando nós estamos a doar - digamos, entre aspas

- ou melhor, a ser atribuídos os subsídios de alimentação e subsídios de material escolar no início do ano, obviamente, com as devidas candidaturas, os miúdos, os alunos que frequentam Rio de Moinhos e que frequentam Borba, se lhe é atribuído o escalão A ou o escalão B como todos sabemos, que é cinquenta por cento (50%) ou cem por cento (100%) de isenção, tanto no material escolar até um determinado montante, como na própria refeição, já não acontece com os miúdos da Orada, Nora e Barro Branco que o facto de não poder usufruir de alimentação; é extremamente injusto não poderem usufruir deste, daquilo a que têm direito. E, então, damos prioridade nesse sentido. A informação que temos é que, até Setembro deste ano, têm que entrar as restantes candidaturas, os restantes projectos também; candidaturas e projectos. Portanto, além destes, nós, até Setembro, vamos ter que elaborar para as escolas de Borba e, Orada e alguma pequena intervenção também na do Barro Branco, portanto, têm todos que entrar até finais de Setembro. O que acontece aqui, gostava também de salientar é que - isto para responder também ao senhor Presidente de Junta de, da Orada - é que relativamente ao polidesportivo que lá está no espaço da própria escola e está a ser contemplada a reformulação nessa altura. Por isso é que não vamos avançar com nenhuma intervenção neste momento porque vai estar contemplado no arranjo exterior de toda a envolvente do recinto escolar. Pura e simplesmente por isso. E então, vai ser feito o projecto, todo ele numa só vertente. Portanto, gostaria só ainda aqui de salientar - que não vem aqui - que está a decorrer uma inspecção, uma inspecção que não me recorda agora o organismo, que está aí não tenho aqui o apontamento, mas é uma inspecção aos parques que estão, nomeadamente nas escolas e a primeira inspecção que foi feita foi no Barro Branco. Na escola, está lá uma parte onde os miúdos se podem divertir e foi automaticamente dito pela inspecção que não está em condições, porque tem lá uma série de situações perigosas para os miúdos. De maneira que, foi-nos dado indicações para que tomássemos as devidas precauções. Fizéssimos o que tínhamos a fazer que era aquele recinto - não ser utilizado até eles determinarem a inspecção que vai ser a nível concelhio também dos outros espaços e depois emitirem um relatório final.

O Membro Luís Nascimento : Senhor Presidente, achei piada só aqui a este termo. À penúltima, à penúltima questão que é colocada no que diz respeito à Coordenação Geral e Representação: "Reunião com outra pessoa de Rio de Moinhos para tentar resolver as questões do outro lado do jardim". Tem piada. Isto é, não me interessa. Isso não me interessa saber. Agora, só queria, queria colocar aqui uma questão e agora é uma questão que acho, que acho que é séria, não é? No Planeamento e Desenvolvimento Integrado é aqui colocado no ponto três (3) e quatro (4): no três é a aquisição do terreno lá em cima para instalação da Junta de Freguesia e agora, no quatro (4) a permuta, uma permuta de terrenos com a mesma pessoa, com o senhor Rodrigo da Orada. Eu gostaria de saber o que é que isto quer dizer. Que permuta é esta? O que é que isto quer dizer, não é? Eu depois tinha mais questões a colocar, mas era já sobre outra matéria. Eu termino rapidamente. Sobre a situação financeira, acho que, mantém-se os mesmos traços daquilo que foi visto em relação à prestação de contas para, para o ano dois mil e quatro (2004), no primeiro trimestre. E isto aproveitando - o Vereador Humberto, no outro ponto, aproveitou o "se" para comparar com: "Se houvesse isto, se houvesse aquilo" - eu ponho aqui assim: se, de facto, não houvesse estas receitas extraordinárias que aconteceram em receitas, em receitas correntes e receitas de capital, certamente ou seguramente, se não houvesse essas receitas extraordinárias que aconteceram, sei lá, há aqui uma, há aqui uma que é - ainda há bocado estive aqui a ver isto. Por exemplo, nos passivos financeiros, se fossem tirados os passivos financeiros, baixaria logo imenso em vez de estarem com esta percentagem de duzentos por cento (200%) e duzentos e setenta e um por cento (271%), se estiver só a cem por cento (100%), baixaria imenso a taxa de execução no primeiro trimestre. Portanto, reconsiderar isto como uma receita extraordinária neste momento. O que quer dizer que isto, até final do ano, a tendência de facto, como este orçamento foi mais empolado que o orçamento de dois mil e três (2003), vai, vai aparecer uma taxa de execução - eu gostaria que isto não acontecesse, não é? - mas vai aparecer, certamente, uma taxa de execução mais baixa que aquela que verificámos este ano. Em relação às questões do endividamento, continuo a dizer que gostaria de ver aqui assim espelhado a situação da dívida à Banca, também nas informações que são feitas à Assembleia Municipal. Era só uma questão, só para podermos avaliar melhor toda a situação da Câmara. Era só isto.

O Membro Rui Bacalhau : É também muito rápido e na sequência daquilo que o deputado Luís Nascimento já apresentou. Pronto, de facto, isto tudo apontaria para que a execução financeira, no final do

ano, andasse nos mesmos números que hoje acabamos de discutir ou até um pouco mais baixo. Mas esperamos que haja engenharia financeira e algumas melhorias também para que esses valores possam subir mais. Porque o orçamento já foi feito e então - como o senhor há pouco disse e bem - o orçamento já está feito, portanto, já não há nada a fazer neste momento. Esperemos que o de dois mil e cinco (2005) - que é o das eleições - se consiga fazer um PPI ou, pronto, um orçamento real. É, de facto, é um desafio; vamos ver quem é que tem coragem. Relativamente aqui ao último parágrafo que aqui o senhor Presidente diz: "Pretendemos sempre melhorar a informação financeira prestada aos Membros da Assembleia. Estamos disponíveis". Já houve vários contributos, senhor Presidente. Melhore-me estes mapas porque, senão vamos andar o mandato todo a chateá-lo com estes mapas. O senhor há pouco levou elogios; agora tenho que lhe tirar os elogios. Portanto, há pouco estavam bons, estes podiam estar bastante melhores. Diga aos técnicos que façam isto melhorzinho.

O Presidente da Câmara: Bom, em relação a esta última situação, é óbvio que há sempre formas de melhorar. Infelizmente, agora tivemos um problema com um dos técnicos, portanto, com a técnica que teve que ir descansar porque está grávida e, portanto, não houve oportunidade de fazer mais alterações, mas esperamos que as coisas venham a melhorar. Só que, entretanto, depois vem o parto e as coisas hão-de-se complicar mais, mas pronto. Vamos ver o que é que se consegue fazer. Relativamente à aquisição de terrenos e permuta de terrenos, tem que ver com a questão da resolução do problema relativo à Junta de Freguesia de São Bartolomeu. Não tenho propriamente agora aqui assim os números na cabeça, mas esta aquisição de terreno, portanto, tem que ver com um terreno que vai passar para o domínio público e que fizemos permuta com um terreno de lotes na Orada, com o senhor Rodrigo. Na última reunião de Câmara houve, houve uma alteração, portanto, a uma acta em que a área de construção referida era setenta (70), setenta e tal metros quadrados e afinal a compra, o terreno, o edifício não tem setenta e tal, mas tem cento e trinta (130) e não sei quantos. Cento e trinta e quatro (134), salvo erro, não é? Cento e trinta e quatro e qualquer coisa. E depois há um número de metros de terreno - que também já não me recordo agora - que vão passar para o domínio público. E, portanto, esses terrenos de domínio público, nós trocámo-los com os lotes da Orada, com o senhor Rodrigo. Claro que estas coisas estão avaliadas e, fez-se aquilo que achamos que está correcto fazer.

O Membro Filipa Almeida : Posso fazer um pedido, senhor Presidente da Câmara? Relativamente a esta, a esta questão porque se trata de um assunto muito antigo. Aquele terreno está ali há muito tempo desocupado; parece que foi encontrada uma solução arquitectónica e de ocupação do espaço e que até resolve o problema da Junta de Freguesia de São Bartolomeu. Seria possível, na próxima Assembleia, nós - isto é um pedido que faço - seria possível na Assembleia nós conhecermos melhor aquele projecto e, enfim, como é que aquilo vai ficar?

O Presidente da Câmara : Tudo bem. Será com muito gosto que cá virá. O ideal era que conseguisse, que se conseguisse fazer uma maquete do espaço, mas, não vindo a maquete, há-de vir, com certeza, o projecto.

O Presidente da Assembleia Municipal : Mais alguém se quer pronunciar ou fazer alguma pergunta? Então vamos encerrar o ponto três, sete (3.7). Só queria dizer uma coisa em relação à opinião do senhor Moura Lopes, à descrença do senhor Moura Lopes sobre o Centro de Saúde. Eu, como sou supersticioso, queria deixar ficar era uma posição positiva e, portanto, acredito que, para o ano, vão começar a construir o Centro de Saúde em Borba. Como não há mais inscritos, vamos passar à leitura e votação da minuta da acta. A minuta está aprovada por unanimidade.

### **ANEXOS A ESTA ACTA:**

Anexo 1 - Correspondência recebida

Anexo 2 - Correspondência expedida

Anexo 3 - Saudação 1º Maio apresentada pelos membros da C.D.U

Anexo 4 - Proposta de Moção apresentada pelos membros da Assembleia Municipal

Anexo 5 - Declaração de voto apresentada pelos membros da C.D.U